



O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Declaro aberta a 21ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, destinada a:

a) Oitivas das testemunhas arroladas pelo Deputado Moses Rodrigues, Relator do processo referente à Representação nº 24, de 2025, e apensadas (Representações nºs 25 e 27, de 2025), em desfavor dos Deputados Marcos Pollon, Marcel van Hattem e Zé Trovão.

Quero anunciar aos nobres pares, aos advogados, aos representados e aos meus amigos Deputado Marcel van Hattem e Moses Rodrigues que, a pedido do nosso Presidente, que está a caminho, vamos começar os trabalhos, tendo em vista que a pauta do Conselho de Ética é extensa e que nós queremos dar vazão a todas as matérias que estão nos atos administrativos.

São estas as testemunhas arroladas pelo Deputado Moses Rodrigues: Deputado Lindbergh Farias, Deputado Pedro Campos e Deputada Talíria Petrone.

b) Oitiva da seguinte testemunha, arrolada pelo Deputado Marcos Pollon: Deputado Coronel Meira;

c) Oitivas das seguintes testemunhas, arroladas pelo Deputado Marcel van Hattem: Deputado Sóstenes Cavalcante, Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Deputada Adriana Ventura, Deputado Nikolas Ferreira, Deputado Zucco e Sra. Carolina Barreto Siebra;

d) Oitivas dos representados: Deputado Marcos Pollon, Deputado Marcel van Hattem e Deputado Zé Trovão.

Em conformidade com o art. 5º, parágrafo único, do Ato da Mesa nº 123, de 2020, que regulamenta a Resolução nº 14, de 2020, está dispensada a leitura de atas.

Em votação a Ata da 20ª Reunião deste Conselho, realizada no dia 3 de dezembro de 2025.

Os Deputados que aprovam a referida ata permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada a Ata da 20ª Reunião do Conselho de Ética, realizada em 3 de dezembro de 2025.

Com relação à Representação nº 24, de 2025, e apensadas, informo o seguinte:

Foram encaminhadas aos representados e seus defensores as seguintes respostas recebidas por este Conselho de Ética às diligências solicitadas pelo Relator, o Deputado



Moses Rodrigues: a íntegra dos processos que tramitaram na Corregedoria Parlamentar, os quais instruíram as Representações nºs 24, 25 e 27, de 2025; e o *link* para acesso às imagens da sessão plenária realizada no dia 6 de agosto de 2025.

Comunico que foi disponibilizado a cada testemunha o *link* do sistema Zoom, para participação por videoconferência.

Os Deputados Lindbergh Farias, Pedro Campos e Talíria Petrone comunicam que todas as informações necessárias já constam nos autos do processo.

Faço alguns esclarecimentos a respeito das oitivas das testemunhas de defesa, conforme dispõe o art. 12 do Regulamento deste Conselho de Ética.

Os Deputados convidados como testemunha falarão somente sobre o que lhes for perguntado, sendo-lhes vedada qualquer explanação ou consideração inicial à guisa de introdução — art. 12 do Regulamento.

Inicialmente, será dada a palavra ao Relator, o Deputado Moses Rodrigues, para que formule as suas perguntas, que poderão ser feitas em qualquer momento que entenda necessário.

Após a inquirição inicial do Relator, será dada a palavra ao representado e ao seu advogado para seus questionamentos — art. 12, inciso III, do Regulamento.

A chamada para que os Parlamentares inquiram a testemunha será feita de acordo com a lista de inscrição, realizada pelo aplicativo Infoleg, chamando-se primeiramente os membros deste Conselho, que têm até 10 minutos, improrrogáveis, para formular perguntas, com 3 minutos para a réplica.

Será concedida aos Deputados que não integram o Conselho a metade do tempo dos membros, isto é, 5 minutos — art. 12, inciso VI.

O Deputado que usar da palavra não poderá ser aparteado, e a testemunha não será interrompida, exceto pelo Presidente ou pelo Relator — art. 12, incisos VII e VIII.

Serão permitidas Comunicações de Liderança, mediante delegação de Líder, somente após as oitivas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Anuncio que o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança já está presente, por videoconferência.

Pois não, Deputado Marcel van Hattem.



O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Se V.Exa. me permitir falar como representado, quero em primeiro lugar saudar o Sr. Relator Moses Rodrigues e V.Exa., Presidente.

Nós tivemos duas rejeições de testemunhas que pedimos que fossem arroladas, dos Senadores Magno Malta e Rogerio Marinho. Eu queria pedir a reconsideração do Relator, porque, em que pese eles não estejam ali necessariamente no momento dos acontecimentos, todos acompanharam os fatos que ora são objeto de análise deste Conselho, tanto pelas redes sociais quanto pela televisão. Além disso, há algo muito mais importante. Tanto o Senador Rogerio Marinho como o Senador Magno Malta estiveram na liderança desse movimento no Senado da República. Esse foi um movimento feito em conjunto por Senadores e Deputados de oposição. Mais do que isso, o Senador Rogerio Marinho é o Líder da Oposição no Senado da República e foi um dos idealizadores do movimento democrático — defendemos como absolutamente regimental o ocorrido.

Então, eu queria pedir, Sr. Presidente e Sr. Relator, que pudessem reconsiderar a oitiva dessas testemunhas. Além desses dois motivos, eles são colegas Parlamentares da Câmara Alta e estão à disposição deste colegiado. Eles só virão a contribuir para este andamento aqui no Conselho de Ética.

Seria esse o meu pedido ao Relator, Sr. Presidente.

Agradeço mais uma vez a oportunidade de me manifestar neste início dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Tem a palavra o Relator.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Bom dia, Presidente. Bom dia a todos os Parlamentares aqui presentes e também a todos os membros da Consultoria.

Nós adotamos, Deputado, um critério para as testemunhas. Esse critério é muito transparente: presença física no plenário no dia e no horário do acontecimento. Todas as indicações de testemunha, se a pessoa não estava presente no plenário no horário do fato, foram indeferidas. Eu não tenho como mudar um regramento que foi, de forma muito transparente, anunciado há mais de 10 dias. Esse foi o critério, e é esta a posição do Relator, por isso não reconsideramos o pedido de V.Exa.

Então, eu indefiro de pronto a solicitação de V.Exa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu insisto, Presidente, respeitando a decisão do Relator, que os fatos ocorridos naquela noite só ocorreram porque houve uma



motivação, e essa motivação surgiu do movimento iniciado pelo Senador Rogerio Marinho, junto com o Líder Sóstenes Cavalcante, que vai testemunhar aqui.

Por isso, em que pese eu respeite a decisão do Relator, discordo, porque nós queremos que o maior número possível de testemunhas seja ouvido, para esclarecer esses eventos e trazer aqui a verdade dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Deputado Marcel van Hattem, eu entendo o posicionamento de V.Exa., mas há um indeferimento do Relator. Como Presidente, não tenho como acatar o pedido de V.Exa. O Relator, como eu disse, já indeferiu o pedido, tendo em vista as orientações da Procuradoria.

Vamos seguir o nosso trabalho.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Para que o direito de defesa seja completamente contemplado, Sr. Presidente, eu então pediria ao Relator que, no lugar dessas testemunhas, eu pudesse indicar outras duas, que estiveram realmente presentes no momento do evento. Eu indicaria ainda durante esta manhã os nomes, para que possam participar das oitivas. Havia centenas de Deputados no plenário, e certamente nós conseguiremos indicar, nos próximos minutos, outras duas testemunhas, no lugar dos dois nomes indeferidos.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Não vejo problema. V.Exa. pode fazer a indicação de duas testemunhas que estavam, no dia e no horário, lá dentro do plenário e que acompanharam de perto toda a situação, contanto que elas possam estar aqui hoje, para fazer, logicamente, as suas considerações.

Fica deferida de pronto a inclusão das duas testemunhas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Muito obrigado, Sr. Relator. Serão indicadas em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - De acordo com o entendimento do Relator, aguardamos que esses dois colegas Deputados venham fazer parte da reunião de hoje.

Com a palavra o Deputado Marcos Pollon.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Exmo. Sr. Presidente, eminente Relator, de forma muito respeitável, eu me dirijo a V.Exas. para pugnar no mesmo sentido do colega Deputado Marcel van Hattem, justamente por se tratar de um processo que é político.



Esta Casa me conhece. Eu sou membro desta Comissão desde o começo dos trabalhos, em 2023. V.Exas. conhecem a minha conduta. Eu sempre pugno pela juridicidade do feito, uma vez que nós somos guiados por parâmetros e garantias constitucionais, embora se trate de um processo político, dentre os quais, eminente Relator, eu pugno sempre pelo devido processo legal e, especificamente, pela ampla defesa.

Eu sou advogado há mais de 20 anos, leciono justamente a questão do devido processo legal também há mais de 20 anos. E é sempre esse o cuidado, para que a gente possa ter acesso a esses critérios de defesa.

Eu entendo o posicionamento técnico do Relator e o respeito, mas reitero, e vou ler aqui as testemunhas que eu arrolei, a justificativa delas, pugnando mais uma vez que V.Exa. considere a possibilidade de reconsideração, e, claro, *ad argumentandum tantum*, caso não seja deferido, que também nós possamos fazer como o Deputado Marcel van Hattem.

A iniciativa das testemunhas que eu coloquei foi para quesitos específicos. Eu vou pontuar isso a V.Exa. O que acontece? Desde o começo das prisões das pessoas do 8 de Janeiro, já na primeira semana, eu me dirigi à Papuda e à Colmeia e fui impedido de adentrar o recinto como Deputado Federal. Ingressei, como advogado, junto com os advogados de algumas das partes, para justamente ver como estava a situação física dessas pessoas e oferecer o suporte que pudesse ser oferecido, na verdade, um suporte humanitário.

Então, eu tenho contato direto com essas pessoas. Eu presenciei alguns dos horrores do que aconteceu com essas pessoas, razão pela qual eu arrolei como testemunha o Dr. Claudio Luis Caivano, que é advogado de um desses grupos e testemunhou a minha presença e a minha participação nesses eventos; também a Dra. Ana Caroline Sibut Stern, que, da mesma forma, acompanha esse meu trabalho; também a Dra. Marta Elaine Cesar Padovani, que, da mesma forma, fez esse acompanhamento, assim como o Dr. Hélio Garcia Ortiz Júnior, que inclusive estava lá nesse mesmo dia e adentrou junto comigo, algumas vezes, na Papuda e na Colmeia; e, de outra sorte, também a Dra. Tanieli Telles de Camargo. Todos esses advogaram para pessoas que eu conheci e podem testemunhar a minha participação e a minha proximidade às vítimas desses horrores.



Coloquei também, Sr. Presidente, o Deputado Federal Eduardo Nantes Bolsonaro. Trata-se do julgamento de Parlamentares, por terem exercido tecnicamente um ato de obstrução, como o Deputado Marcel deixou claro, em que havia a integração das duas Casas, uma ação conjunta no Senado e na Câmara, visando exclusivamente o cumprimento do compromisso de se pautar a anistia. No começo do ano, no semestre anterior, a anistia não foi pautada, e nos foi falado que, se nós conseguíssemos as assinaturas das urgências, ela seria pautada. Nós ultrapassamos trezentas assinaturas, e ainda assim ela não foi pautada. E, mais uma vez, neste semestre, pedimos, num ato de obstrução, que ela fosse pautada.

Fato é que, conforme apresentado em todas as defesas técnicas, eu acredito, na minha, com certeza, esse fato específico de obstruir a Mesa já tinha acontecido outras vezes nesta Casa.

Especialmente, não havia tipificação específica para culminar em alguma consequência jurídica deste ato, tanto que, logo depois do evento, foi votada a urgência nesta Casa para uma alteração regimental que acrescentava ao Código de Ética este ato como infração, o que demonstra explicitamente que não havia essa previsão legal.

Por fim, eu convidei como testemunha o Deputado Eduardo Bolsonaro, uma vez que acredito que haverá consequências internacionais para a imagem deste Parlamento, se nós adentrarmos em um julgamento no qual, efetivamente, Deputados da Oposição estão sendo julgados por terem feito obstrução, que é um ato natural da Oposição.

Por isso, mais uma vez, e para justificar a incisividade dos meus atos, eu reitero a importância de ouvir essas pessoas, porque elas podem atestar o grau de participação e de conhecimento que eu tenho em relação aos abusos cometidos contra essas pessoas.

Mais uma vez, fixo que faço isso de maneira extremamente respeitosa e pugno pelo deferimento e pela sensibilidade do eminente Relator, uma vez que os motivos dos atos são mais importantes que os atos em si. Nós estávamos lá exclusivamente porque muitos de nós conhecemos pessoas diretamente que estão sofrendo esses abusos. Efetivamente, para quem tem formação jurídica, elas não deveriam nem sequer estar sendo objeto de nenhum processo, pois não há, em praticamente todos os casos, nem sequer a individualização da conduta, que é condição *sine qua non* para qualquer persecução penal.



O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Repasso a palavra para o nosso Relator, para que ele possa deferir ou indeferir a petição.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Presidente.

Deputado Marcos Pollon, mantenho a minha decisão, mas já de pronto adianto que vou seguir o mesmo critério dado ao Deputado Marcel van Hattem. V.Exa. poderá apresentar duas novas testemunhas, contanto que estejam na Casa e possa indicar até...

(Intervenção ininteligível fora do microfone.)

Eu estou deferindo duas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu sugiro, Presidente e Sr. Relator, que os trabalhos sejam suspensos. Nós estamos aqui, mas nós vamos ter que ir atrás de testemunhas. O art. 70 nos faculta a suspensão dos trabalhos, para que a gente possa, dentro do prazo — não sei — de 1 hora, no máximo, fazer contato com as testemunhas.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - A minha sugestão ao Presidente é que a gente possa dar continuidade e, através das suas assessorias, advogados e consultorias, até meio-dia, V.Exas. façam encaminhamento, cada um de duas novas testemunhas. Nós temos testemunhas presentes.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - No caso do Deputado Pollon, se não estou enganado, ele tem direito a oito — não é? — e indicou uma só.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Veja bem, a questão é que houve um indeferimento. Neste caso, eu não teria obrigatoriedade de aceitar novas testemunhas. Eu estou fazendo uma concessão, para que seja garantido o direito da ampla defesa. Fiz para V.Exa. e também para o Deputado Marcos, concedi, para cada um dos dois, mais duas novas testemunhas que estiveram no dia e no horário, presencialmente, no plenário, e que tiveram participação direta ou indireta nos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Deputado Marcel van Hattem e Deputado Marcos Pollon, nós temos que seguir. Eu acho que, se há — e eu acredito que haja — condição de arregimentar esses amigos, esses Deputados que estavam nesse contexto, podemos seguir aqui com as oitivas e aguardamos até meio-dia para que esses colegas possam vir fazer a sua parte. Vamos seguir.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Antes de o doutor falar, Sr. Presidente, eu não tenho nenhum interesse em protelação, aliás, antes pelo contrário, eu vejo que o que a gente mais tem é Deputados querendo arguir em nossa defesa.



Agora, eu acho que fica desequilibrado. Se eu tenho direito a oito testemunhas, indiquei seis e posso indicar mais duas, o Deputado Marcos Pollon, tem direito à ampla defesa e também às oito testemunhas. Eu estou advogando praticamente, apesar de ele estar muito bem representado aqui. Em nome do colega e em meu nome próprio também, entendo que a ampla defesa signifique no limite da possibilidade que foi dada de arrolar as oito testemunhas.

Eu entendo que o Relator está fazendo certa concessão em me permitir indicar outras duas, mas eu também entendo que os fundamentos que apresentei aqui eram absolutamente corretos de que não necessariamente precisaria ter, naquele momento, registrada a presença dos Deputados no plenário.

V.Exas. são Deputados como nós somos. Ligar para um colega Parlamentar para pedir que participe é muito melhor do que uma assessoria fazer o pedido. Eu sei que a assessoria vai trabalhar. E mais do que isso: durante o período em que estivermos ligando, nós estaremos prejudicados na nossa defesa aqui na banca porque não poderemos acompanhar os trabalhos que estão sendo realizados.

Então, eu pediria, por gentileza, a V.Exa., que suspenda os trabalhos. Não precisa ser por 1 hora, mas até resolver esse assunto, com um prazo máximo de 1 hora. Pode ser meia hora, talvez 15 minutos.

Como eu estou lhe dizendo, há muitos Deputados querendo depor como nossas testemunhas de defesa. Basta que nós nos sentemos aqui, organizemos, liguemos para os Deputados e repassemos ao Relator as novas testemunhas, que certamente serão deferidas porque, apesar de discordarmos do critério, aceitamos que seja este o momento dos eventos.

Então, eu pediria a suspensão dos trabalhos, aí eu passaria a ligar. Aqui já tenho duas sugestões. Inclusive, uma delas já está bem encaminhada, no meu caso, já está quase resolvida. Talvez para o Deputado Pollon demore um pouco mais, porque ele precisa de sete novas testemunhas. Se considerado o amplo direito à defesa, a que ele tem direito, com o perdão da redundância. E eu faria esse pedido a V.Exa., para que nós fizéssemos a suspensão dos trabalhos, mas ela será brevíssima, até resolvermos esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Deputados, entendemos que são os acontecimentos do momento, mas nós temos o Deputado Luiz



Philippe de Orleans e Bragança que já está pronto em videoconferência para começar os trabalhos. Ele já está à espera.

Eu acredito que se começarmos e dermos seguimento, haverá tempo para V.Exas. ligarem para um colega que vai poder atender essa demanda de V.Exas. Agora, parar fica ruim. Vamos seguir. Dá para nós, com calma, com zelo, tocarmos o trabalho.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Presidente, quero falar justamente sobre o ponto que o Deputado Marcel van Hattem levantou, que é o de a gente não perder as informações. Se a gente se ausentar durante a oitiva do Deputado Luiz Philippe, por exemplo, a gente vai perder elementos da defesa, entendeu? A suspensão seria para não perder as informações, porque, se ele se ausenta, a testemunha dele fica prejudicada. Se eu me ausento, como posso me beneficiar de algumas das informações da testemunha dele? Então, seria só nesse sentido. Seria algo bem tranquilo.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Excelência, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Pois não, Ricardo.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Ratifico tudo o que o nobre Parlamentar Marcel disse, em razão de que há uma necessidade de que nós apresentemos oito testemunhas, pois sete foram indeferidas. Das oito testemunhas que o Deputado Marcel indicou, foram indeferidas apenas duas. Então, eu reitero o pedido do Deputado Pollon, para que nós possamos substituir as sete testemunhas.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Deixem-me falar para V.Exas. uma coisa: como Presidente, nós temos que ser imparciais no nosso trabalho.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - É uma questão de equidade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Eu entendo. Precisamos ser muito imparciais. A minha vontade, diante da qualidade de conhecer a maioria dos colegas desta Casa, é de que isso se resolva da melhor forma possível. Essa é a minha vontade, neste momento, no exercício desta Presidência.

Tem a palavra o Deputado Moses Rodrigues.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Presidente, eu queria só fazer algumas considerações. A primeira é a seguinte: no critério que foi estabelecido, foi



deixado muito claro, há 10 dias, quando nós anunciamos a data que iríamos iniciar a ouvir as testemunhas. Então, o critério adotado foi um critério muito claro, e os Deputados tinham a possibilidade de fazer e solicitar a inclusão de novas testemunhas até ontem. Nós estamos fazendo aqui uma concessão, já para que o Deputado Marcel e o Deputado Marcos possam fazer a inclusão de duas novas testemunhas, no andamento do processo.

Eu não vejo a possibilidade de fazermos uma suspensão da reunião, até porque, durante o dia de hoje, nós só podemos fazer uma suspensão, e essa suspensão, possivelmente, deve ser ali no horário do almoço, quando todo mundo estiver mais desgastado. Então, temos que fazer um recesso, para que possamos lanchar, enfim, almoçar.

Quanto à questão do deferimento, Presidente, de duas novas testemunhas para o Deputado Marcos, embora ele solicite mais, nós estamos deferindo duas, até porque nós entendemos que os fatos são os mesmos para os três Parlamentares. São os mesmos acontecimentos para os três Parlamentares. Nós já temos todas as informações através de vídeos, temos as informações através da própria Corregedoria, que fez o seu trabalho, e teremos hoje a possibilidade de ampliar a defesa dos Parlamentares através da oitiva das testemunhas que foram arroladas.

Então, Presidente, eu sugiro que nós possamos dar continuidade ao processo de escuta das testemunhas, sem fazer, neste momento, nenhum tipo de recesso, e com a inclusão de duas novas testemunhas, tanto para o Deputado Marcel como para o Deputado Marcos, até o meio-dia. Quanto ao avançado da hora, V.Exa., como Presidente, vai entender qual é o melhor e mais adequado horário para que se possa fazer uma pausa para o almoço.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Pois não, Deputado.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Presidente, eu escutei atentamente a fala do Relator. Eu gostaria de ponderar que o fato de ter sido gravado o local e na hora dos fatos não significa e nem dispensa a oitiva de testemunha. Caso fosse assim, estaria na regra do procedimento que, em caso de haver gravação, se dispensam as testemunhas. As testemunhas são essenciais justamente para comprovar, atestar o que aconteceu, como aconteceu, antes, depois, as motivações, sem contar que as gravações,



por si só, não são de nenhuma maneira provas conclusivas. Ninguém aqui deixa de assistir futebol, e, de determinado ângulo da gravação, a bola sai ou a bola não sai. Então, é óbvio que as testemunhas são importantes, tanto é que a própria defesa está solicitando para que sejam indicadas as demais.

Lembro aqui que isso não traz prejuízo nenhum. O Deputado Marcel falou que precisaria de 15 minutos, 30 minutos. Isso em nada compromete — 15 minutos ou 30 minutos — a busca de outras testemunhas. Então, aqui, eu solicito e ratifico o pedido do Marcel, haja vista que não causam prejuízo 15 minutos ou 30 minutos a mais, e, segundo, que o fato de estar sendo ou não gravado não dispensa a oitiva de testemunha, já que a própria defesa disse que isso é importante.

O segundo ponto dito pelo Relator é que os fatos são idênticos. Ora, se os fatos são idênticos, as testemunhas poderiam ser as mesmas. Um dos argumentos da defesa é justamente de que a individualização dos fatos deve ser atentada. Inclusive, na minha visão, acredito que deveriam ser feitas as acusações e as representações em separado, porque as defesas deveriam também ser separadas. Apesar de acontecerem no mesmo ambiente político, no mesmo local e na mesma data, é evidente que as motivações de cada um, a defesa de cada um, inclusive as testemunhas de cada um, podem ser diferentes. Então, esse argumento de antemão do Relator, *data maxima venia*, não corresponde ao devido processo legal, tanto que a própria defesa contesta isso.

Então, eu solicito que seja respeitado o direito de defesa, tanto o do Deputado Marcel como o do Deputado Marcos Pollon — acredito que foram os dois que manifestaram agora —, para solicitar a presença dos dois e outras testemunhas, até porque isso, sim, pode prejudicar lá na frente eventual alegação de ausência de ampla defesa, devido processo legal e outras coisas. Para evitar esse tipo de alegação no futuro, eu acredito que é muito mais razoável proporcionar esse direito a eles do que o contrário.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Meus amigos, eu não posso suspender a reunião, porque, se eu suspendê-la, de acordo com o que está aqui no Regimento... Deixem-me ler para V.Exas. entenderem: "*suspender a reunião por única vez, pelo prazo máximo de uma hora (...)*". Se eu suspender até 1 hora, eu não posso mais usar esse expediente.



Por isso, vamos fazer o seguinte: eu vou conceder aqui a palavra para a Deputada Adriana Ventura. Se nós tivéssemos, na conversa aqui, no entendimento, cedido esse tempo, sem suspender a reunião, já teríamos um prazo quase que suficiente para os Deputados terem feito os contatos com os Deputados que irão participar.

Então, eu acho que o melhor aqui é não suspender a reunião. A gente marca um tempo aqui de 10 minutos a 15 minutos, dando tempo para que os colegas possam fazer esse contato e garantindo que o devido processo legal seja respeitado, conforme os argumentos do Deputado Gilson.

Deputada Adriana Ventura, por gentileza, a palavra está com V.Exa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Muito obrigada, Deputado Albuquerque. Na verdade, eu só quero fazer uma ponderação em relação à necessidade dessa suspensão. Eu tenho dois pontos para falar, porque eu participei dos fatos. Então, até por ter participado dos fatos, eu quero reiterar a importância... Eu sei o que foi decidido, inclusive, eu respeito muito o Deputado Moses — nós temos uma boa relação. Eu entendo as razões, mas o que aconteceu de fato naquele dia não foi só o que aconteceu ali no plenário. O que aconteceu foi fruto do que houve de conversas, de planejamento. Por isso, eu queria pedir que seja reconsiderado, e o Senador Rogerio Marinho venha depor, e eu vou falar o porquê.

Como a obstrução é algo legítimo, é um ato de obstrução que já ocorreu reiteradas vezes, em vezes passadas, com vários partidos e vários Parlamentares, eu acho que, para resgatar a verdade e a credibilidade, Deputado Moses Rodrigues, o Senador Rogerio Marinho faria toda a diferença para falar como foi esse processo. Afirmando isso, porque aquilo não foi um processo isolado de alguns Deputados que subiram ali e fizeram alguma coisa; foi uma coisa que veio por meses, que escalou e que teve um planejamento.

Por isso, a primeira coisa que eu queria pedir é que o Relator reconsidere, porque eu estava lá, eu participei, eu vi. Então, eu acho que seria importante ouvir o Senador da República Rogerio Marinho — esse é o ponto número um.

O ponto número dois é em relação à suspensão. Eu entendo as suas razões, Presidente em exercício, Deputado Albuquerque. Porém, o art. 6º dispõe:

Art. 6º Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados:



I - zelar pela observância dos preceitos deste Código, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar na Câmara dos Deputados;

O que eu estou pedindo aqui? Eles estão pedindo uma hora para poderem inclusive organizar e trazer testemunhas, porque isso é importante para provar e para mostrar... Cada um tem o seu direito.

Então, este é um pedido que eu faço — eu não vou estender mais minha fala, até porque o relógio está correndo: 1 hora de suspensão faria muita diferença para eles, que estão aqui como representados.

Quero fazer um pedido ao Deputado Moses, porque a questão do Senador não é banal, é importante. O relato dele faz diferença na hora de construir essa decisão e esse relatório de V.Exa.

Agradeço bastante a atenção. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Obrigado, Deputada, pelo seu posicionamento.

Deputado Moses, vamos entrar num entendimento, de acordo com o que o Deputado van Hattem e o Deputado Marcos Pollon propõem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Questão de ordem, com base no art. 10, Sr. Presidente, do Código de Ética e de Decoro Parlamentar. O regulamento diz que *"ao representado é assegurado amplo direito de defesa, podendo acompanhar o processo em todos os seus termos e atos pessoalmente ou por intermédio de procurador"*.

Eu reforço esse ponto, porque o Deputado Pollon foi muito feliz quando disse que, no momento em que tem de ir atrás de testemunhas, como é o meu caso e o dele agora, ele vai perder a oportunidade que lhe é dada pelo art. 10, aliás, não é dado, é um direito assegurado, de acompanhar todos os termos e atos.

Para mim, sinceramente, Sr. Presidente, suspender a reunião por 1 hora agora é muito mais benéfico para a defesa do que suspendê-la para o almoço. Eu passo o almoço aqui tranquilamente e eu acho que aí está no interesse da defesa. A ampla defesa depende de testemunhas que venham aqui dar o seu depoimento.

Eu quero estender essa questão de ordem ainda, Sr. Presidente, lembrando até, baseando-me nas palavras do Sr. Relator, que, se fossem os mesmos fatos a serem julgados aqui e analisados por este colegiado, não deveríamos estar apenas os três sentados como representados, mas as dezenas de Parlamentares que participaram.



Então, eu desdobro essa questão de ordem numa segunda, que é relacionada ao pedido de suspensão desse processo, enquanto não há análise da Mesa do pedido feito pelo Líder Sóstenes Cavalcante de separar esses três processos em três individuais, ou juntar todos os mais de 70 processos, porque nós aqui estamos a tratar de um caso que foi decidido no coletivo. A Deputada Adriana está corretíssima. Só não tratamos de Deputados e Senadores juntos, porque os Conselhos de Ética são separados nas duas Casas e não há um do Congresso Nacional, senão deveria ser um só do Congresso Nacional, inclusive.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço aqui vênias à interpretação distinta, mas o mais adequado para assegurar o direito à ampla defesa seria que tivéssemos essa hora de recesso, de suspensão dos trabalhos. Não tenho problema nenhum, espero que as demais defesas concordem comigo em passar o horário do meio-dia aqui e terminarmos hoje.

Repito: não há o interesse de protelar. O interesse aqui é o de garantir a ampla defesa, que, na minha interpretação — e eu já disse isso para o Relator com toda a vênias —, já foi tolhida quando nós não pudemos indicar testemunhas, que, sabedoras do fato, eventualmente não estavam presentes no plenário, mas motivaram a organização do evento e acompanharam tudo pelas redes sociais, pela televisão e mesmo por telefone, porque o próprio Senador Rogerio Marinho, por exemplo, que já foi citado e trazido à baila aqui por algumas vezes, estava em contato constante conosco. Mas, nesse caso, apesar de discordarmos, respeitamos e concordamos que ele não fosse chamado, isso de nossa parte, antes, desde que substituído. Foi dada a oportunidade de substituição...

(Intervenção ininteligível fora do microfone.)

Mas foi negado — eu já disse que recorreria, mas não é esse o local adequado. Dada a oportunidade de outras duas testemunhas, que tenhamos esse tempo. No caso do Deputado Pollon, da mesma forma, para que a gente possa, sem prejuízo do andamento dos trabalhos, buscar as testemunhas.

Aliás, nós estamos, acho que, discutindo esse caso já há quase meia hora. Se tivéssemos feito a suspensão, já teríamos resolvido esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Tem a palavra o Deputado Moses.



O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Bom, eu quero fazer uma consideração. Primeiro, eu mantenho o indeferimento da questão do Senador Rogerio Marinho.

A gente adotou uma lógica, Deputada Adriana, que é uma grande amiga e parceira na Comissão de Educação, e eu pretendo seguir a lógica que foi adotada, 2 semanas atrás, de ouvir as testemunhas que estavam presencialmente lá no dia do ocorrido e no horário do acontecimento.

Segundo, eu queria fazer uma sugestão de entendimento com o Presidente e também com os Deputados que estão aqui neste momento. Já são 10h30min. A gente poderia fazer o almoço entre 12 horas e 13 horas, fazendo a suspensão normal de almoço. A gente daria continuidade agora até o meio-dia. Anteciparíamos um pouco o almoço, que estava previsto para 13 horas, ou 13h30min, para o meio-dia. Assim, V.Exas. teriam a oportunidade de almoçar e também fazer a indicação dessas duas testemunhas.

Eu acho que assim ficaria um entendimento arrazoado, que vai manter, vamos dizer assim, a ampla defesa de todos.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Tem a palavra o Deputado van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - De minha parte, sendo que as duas testemunhas completarão as oito a que eu tenho direito, eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Eu acho que dá para a gente continuar nessa proposta do Deputado Moses.

Deputado Pollon, podemos seguir?

A gente começa os trabalhos ouvindo e seguimos. É uma ideia que não vai atrapalhar os nossos trabalhos.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Só para confirmar, então, o prazo para a indicação de novas testemunhas seria hoje às 13 horas, Confere?

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Isso, logo no reinício, depois do almoço, eu estou sugerindo — e a decisão é do Presidente — que seja das 12 horas às 13 horas. A decisão é do Presidente, não é minha.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - O.k.

Tem a palavra o Sr. Eduardo Barros de Moura.



O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Presidente, eu gostaria de fazer uma solicitação ao Relator.

Em que pese o Deputado Zé Trovão não estar presente, como foi concedida a possibilidade de duas testemunhas e haver alguns fatos novos, eu gostaria que esse direito também fosse estendido ao Deputado Zé Trovão, para que a gente conversasse, até para igualarmos as possibilidades.

Eu gostaria também de fazer um pedido, novamente, referente ao Senador Magno Malta, no sentido de que as teses das defesas, em parte, caminham no sentido de fazer um comparativo entre fatos ocorridos em 2017 e 2018 e os atuais. Se ele não esteve presente no de agora, no de lá ele esteve. Isso nos ajudaria a mencionar que nada mudou. Não existe como ter uma punição tão severa em algo que foi similar.

Então, eu gostaria de reiterar esse pedido da testemunha do Senador Magno Malta, respeitando o critério...

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Presidente, só respondendo ao Dr. Eduardo, que representa aqui o Deputado Zé Trovão, mantenho o meu indeferimento quanto à questão do Senador, por não estar presente fisicamente, no dia do episódio, no plenário. Porém, eu acato as duas testemunhas, mesmo fora do prazo. Nós estamos atendendo o Deputado Marcel, o Deputado Marcos e, agora, o Deputado Zé Trovão, através do seu advogado, que é o representante legal aqui no Conselho de Ética, o Dr. Eduardo.

Acatamos as duas testemunhas também para o Deputado Zé Trovão.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Vamos seguir.

Tem a palavra o Deputado Coronel Meira.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Bom dia, amigo Deputado Albuquerque, Presidente da sessão.

Eu queria pedir para fazer a nossa fala como testemunha, se possível, porque, a partir das 14 horas, nós teremos uma reunião nacional do PL. Como eu sou Presidente do PL, lá em Pernambuco, da capital Recife, não posso faltar a esta reunião.

Obrigado.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Tem a palavra o Deputado Marcos Pollon.



O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Presidente, eu queria pugnar três questões muito específicas.

A primeira é a diferença dos eventos, a diferença dos fatos. Compulsando os vídeos que registraram os fatos — nós vamos solicitar a demonstração dos vídeos —, verifica-se que, da chegada do Presidente aonde eu estava, depois que ele chegou, eu fiquei algo em torno de meros 40 segundos ocupando a cadeira, sem contato com o Presidente, sem contato visual, sem qualquer solicitação dele para que eu...

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Deputado Pollon, vai haver um momento...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sim, eu estou dizendo a respeito da diferença das situações, mas são três temas que eu vou abordar. O primeiro é esse.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - V.Exa. no momento...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Eu não vou me alongar. Eu vou ser bem breve.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Por gentileza.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Esse é um dos pontos.

O Deputado Marcel estava na cadeira do Secretário. Depois que o Deputado Marcel saiu, o Secretário levou mais de 4 minutos para ocupar o seu espaço. Então, seria impossível o Deputado Marcel tê-lo obstruído. Percebam a diferença desses dois fatos.

O Deputado Zé Trovão nem na mesa estava. Tão logo o Presidente encontrou com ele, ele cumprimentou o Presidente e cedeu passagem. Percebam que são diferentes os três fatos.

Daí a importância da oitiva das testemunhas, mas eu não vou insistir mais, em respeito ao eminente Relator. Não quero tumultuar o feito. Só estou explicando a diferença dos pontos. É evidente que, durante o prazo, depois, eu vou procurar V.Exa. para pugnar uma dilação em relação à quantidade, mas eu não vou fazer isso aqui agora. Depois eu converso em reservado com V.Exa.

A outra questão, específica também, diz respeito a um fato superveniente de que nós tomamos conhecimento na data de ontem. Eu já encaminhei para a Assessoria da Mesa, para a Dra. Adriana, justamente o que o Deputado Coronel Meira suscitou. Nós teremos uma reunião de urgência do nosso partido, às 14 horas, uma reunião de



bancada. Como V.Exas. sabem, dadas as situações juspersecutórias no Brasil, o PL está numa crise muito grave, uma vez que o nosso líder político maior está encarcerado.

Hoje eu figuro como pré-candidato a Governador no meu Estado. Eu sofreria um prejuízo enorme se não participasse dessa reunião. Da mesma forma, sofreria outro prejuízo ainda maior se não participasse desta reunião aqui. *(Risos.)*

Então, venho trazer esse fato superveniente a V.Exa. Há previsão constitucional, no processo civil, no processo penal, que trata dessas questões.

Por fim, o que nós buscamos realmente é o deslinde do fato, que corrobora a necessidade de oitiva das testemunhas por uma questão muito simples — e aqui eu encerro a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Obrigado.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Não. Eu vou dizer qual é a questão muito simples e encerrar a manifestação.

A questão muito simples é a seguinte: quando nós realizamos a obstrução, Líderes de praticamente todos os partidos estavam negociando a desocupação do espaço. Foram feitos acordos, inclusive acordos a respeito de como seria essa desocupação.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Deputado Pollon, eu compreendo V.Exa., mas acho que vai haver o momento para V.Exa. explanar e fazer...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sim. Quero mostrar por que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Por gentileza.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Dentro desse acordo, houve uma composição e um compromisso de como seria feita essa desocupação. Esse compromisso não foi respeitado, o que seria atestado pelas testemunhas.

Então, mais uma vez, eu fixo: a diferença dos pontos; como é que se culminou no deslinde; e o fato superveniente, que nos dá um prejuízo enorme. Tanto sair daqui como ficar aqui culminarão em prejuízos enormes, como disse o Deputado Coronel Meira.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Deputado Coronel Meira, por gentileza, vamos dar prioridade às mulheres.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Muito obrigada.

Presidente, eu estava conversando com o Sr. Relator e com a nossa querida Secretária da Comissão sobre o art. 48.



Como a motivação maior foi a concessão da anistia — o art. 48 é muito explícito quando diz que cabe ao Congresso Nacional debater esses temas —, eu fiz uma solicitação para que os Senadores pudessem ser ouvidos. Eu conversei com o Deputado Moses.

Como foi tomada uma decisão — e a gente entende que o rito tem que continuar —, eu fiz uma solicitação ao Sr. Relator e à Sra. Secretária, a fim de que os Senadores possam ser ouvidos neste Conselho como não membros.

Eu vou passar a palavra para o Deputado Moses e para V.Exa., para que pelo menos não seja cerceado o direito de defesa e que os Senadores tenham a palavra aqui como não membros, depois.

Deputado, obrigada.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Chegamos a um entendimento com a Deputada Adriana. Ela fez uma sugestão muito válida, que vai corroborar a ampla defesa.

Existe todo um rito aqui no Conselho de Ética para que a gente possa ouvi-los numa sequência lógica. Após essa sequência, nós temos a oportunidade dada a Deputados não membros do Conselho de Ética. Estamos abrindo a possibilidade de ouvirmos também Congressistas, que são os Senadores, por até 5 minutos. Dentro dessa sequência, conforme o Regimento permite, nós vamos ampliar o escopo da ampla defesa dos Srs. Parlamentares, para que a gente possa ouvi-los.

Então, eu faço essa proposta ao Presidente. Se ele a acatar — de minha parte, não há nenhum problema, nenhum impedimento —, vai ser muito útil incluir nessa janela dos não membros os Congressistas não membros, para que possam ser ouvidos por até 5 minutos.

Há outro ponto, Presidente, quanto à fala do Deputado Marcos Pollon.

Deputado Marcos Pollon, as testemunhas que V.Exa. vai apresentar precisam ser ouvidas antes da fala do senhor. O senhor só pode falar depois da fala das testemunhas. Então, quanto ao compromisso de V.Exa. às 14 horas, V.Exa. vai ter que decidir se vai ficar aqui ou se vai para a reunião. Infelizmente, todos nós tivemos que mudar as nossas agendas. Eu também tive que mudar a minha agenda. Eu entendo V.Exa. Ontem eu tive que pedir a autorização da Presidente Tabata para mudar um relatório que estava marcado para hoje, às 14 horas.



V.Exa. vai ter que priorizar o Conselho de Ética, porque nós não poderemos ouvir as testemunhas arroladas por V.Exa. Só podemos ouvi-las antes da fala do senhor. Então, se o senhor sair, vai ficar prejudicado. Nós teremos que dar continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Deputados, deixem-me falar com os senhores.

Eu estou neste Conselho desde o meu primeiro dia aqui nesta Casa. Esta representação, no meu ponto de vista, é uma das mais emblemáticas. Devemos trabalhar nela com muito carinho, com muito respeito e com atenção aos direitos das partes.

Por isso, eu estou ouvindo V.Exas. e buscando o melhor entendimento, Deputado Moses Rodrigues, para que, no fechamento dessa representação, nenhum Deputado, seja o acusador, seja o acusado, possa dizer que seu direito de defesa foi cerceado. Então, vamos trabalhar com muito respeito.

Esta Presidência, em nome do nosso Presidente Fabio Schiochet, tem a preocupação de garantir ao Parlamentar o direito de exercer suas prerrogativas e, ao final, dizer que foi respeitado aqui, como é o papel deste Conselho.

A gente acata o que V.Exa. propôs. Vamos seguir.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Coronel Meira. Logo depois, V.Exa. será a primeira oradora das oitavas. *(Pausa.)*

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Presidente, eu queria, mais uma vez, reiterar a solicitação de quase todos. Eu estava aqui orando, pedindo que o espírito de Natal tocasse o coração do nosso Relator, o Deputado Moses Rodrigues, e que esse espírito de Natal trouxesse o sentimento que V.Exa. acabou de colocar neste momento: respeito a todas as partes, a todos os Parlamentares.

Há um problema de relacionamento muito sério aqui na Casa. A gente fica triste, porque sabe o que aconteceu, como aconteceu e os motivos que levaram a acontecer. Talvez a gente possa suspender a sessão e convocá-la em outro momento, quiçá no início do próximo ano, depois do Natal e do Ano-Novo. No novo ano, eu acho que a gente poderia até fazer o que é mais necessário nesta Casa hoje, que é exatamente uma pacificação dos representantes do povo.

Eu mesmo fui agredido por uma canetada. Vim ao Conselho, mas foi indeferido o meu pedido. Coloquei que iria questionar, mas nem questionei, porque tenho o



entendimento de que a gente tem que se respeitar nesta Casa — respeitar em todos os sentidos, respeitar até mesmo quando a gente diverge, respeitar até mesmo quando se senta na cadeira do Presidente da Casa. Eu sei que aquilo foi o fato gerador.

Então, meu pedido verdadeiro, agora, neste momento, é que a gente suspenda a sessão realmente. Eu sei do belo trabalho que o Relator está fazendo. Eu sei da ansiedade de se entregar um resultado, mas acho que é mais urgente a gente discutir uma anistia para o povo brasileiro. É mais urgente a gente se debruçar, como estamos fazendo, sobre a PEC 18/2025, da segurança pública. É mais urgente a gente resolver o problema de mais de 300 mil brasileiros que vão ficar desempregados com o absurdo que fez o Ministro Renan ao fechar todas as autoescolas do Brasil. Há tanta coisa mais urgente para um fim de ano, nestas 2 semanas. Só faltam 2 semanas, Relator.

Então, eu queria pedir encarecidamente que a gente realmente suspendesse esse belo trabalho. No próximo ano, a gente resolve.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Obrigado.

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Presidente, eu queria fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Tem a palavra o Deputado Zucco.

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Muito obrigado, Presidente.

Meu querido Relator, V.Exa. está numa elegância!

Eu queria me manifestar de forma muito respeitosa. Logicamente, os Deputados que ocupam a presidência e a relatoria são da mais alta credibilidade no Parlamento.

Eu não vou ser repetitivo. A minha fala será muito rápida. O que aconteceu naquele evento já tinha se repetido no espectro oposto, ou seja, a Esquerda já havia feito algo semelhante.

Também nos chama a atenção que agora estejam sendo elencados os Deputados Marcos Pollon, Marcel van Hattem e Zé Trovão. Eu não vi o nome dos outros cinquenta, sessenta, setenta Parlamentares que participaram igualmente da mesma ação.

Eu quero pedir a V.Exas. que entendam que foi uma manifestação extremamente controlada. Conversamos com o Presidente Hugo Motta. Inclusive, ele tomou assento à posição da Presidência. Nós já recebemos a devida advertência. Acho que os colegas aqui estão sendo, de certa forma, pinçados, talvez pelo seu protagonismo político, pela sua força.



Eu queria pedir a V.Exas., na medida da responsabilidade, que a gente levasse isso para o campo político. Sabemos que, em outros momentos, a Esquerda agiu de forma idêntica, e não foi feito o mesmo barulho, não houve a mesma projeção. Sei que isso será levado em consideração, Presidente e Relator. Conheço V.Exa. e sei do seu profissionalismo.

O Deputado Marcel van Hattem é uma das maiores vozes no Brasil. O Deputado Pollon é um jurista renomado na sua área. Essa exclusividade não cabe a eles. Nós teríamos que chamar os mais de cinquenta Parlamentares que participaram do movimento para também, se for o caso, apresentarem sua defesa.

Era essa a minha consideração.

Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Deputado Zucco, o papel desta Presidência no Conselho não é fazer a representação chegar da forma que nós queremos. O papel da Presidência é executar o que chega. As representações vieram do Presidente da Casa.

O nosso papel é este: se chegar representação à Mesa, nós temos que tocar a pauta. Sobre a forma como chegou, a forma como foi construída essa representação, esta Presidência não tem como delinear nem opinar.

Vamos dar seguimento à reunião, com a primeira oitiva de testemunha do Deputado Marcos Pollon. Vamos ouvir agora o nosso nobre amigo Deputado Coronel Meira.

Registro a presença do Deputado Coronel Meira, testemunha arrolada pelo Deputado Marcos Pollon. Agradeço a disponibilidade de S.Exa. em comparecer perante este Conselho de Ética.

Inicialmente, passo a palavra ao Relator, o Deputado Moses Rodrigues, que irá inquirir a testemunha.

V.Exa. gostaria de vir se sentar à mesa, Deputado?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Pode ser, ou posso ficar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Por gentileza, venha para cá. A presença de V.Exa. aqui enobrece a Mesa. *(Pausa.)*

Deputado Moses, a palavra está com V.Exa.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Bom dia novamente a todos os senhores e a todas as senhoras que, neste momento, estão aqui no Conselho de Ética.



Presidente, eu queria fazer algumas perguntas ao Deputado Coronel Meira. Se for possível, peço que a nossa Secretária-Executiva entregue papel e caneta ao nosso Deputado, para que ele possa anotar as perguntas. Eu vou fazer as perguntas — queria fazê-las —, e, depois, V.Exa. devolveria a palavra ao Deputado, para que ele pudesse responder aos questionamentos. Primeira pergunta ao Deputado Coronel Meira: V.Exa. estava presente no plenário no dia 6 de agosto de 2025? Poderia nos relatar a dinâmica dos fatos ocorridos naquela ocasião, envolvendo os Deputados Marcos Pollon, Marcel van Hattem e Zé Trovão? Como se vê nas imagens, antes de o Presidente Hugo Motta se dirigir à Mesa Diretora e antes de os representados Marcel van Hattem e Marcos Pollon se sentarem nas cadeiras do Presidente, houve uma reunião prévia naquele espaço entre os Parlamentares de oposição. V.Exa. estava presente nesse momento? O que foi discutido e acordado nessa reunião prévia? V.Exa. confirma que os Deputados Marcos Pollon e Marcel van Hattem permaneceram sentados nas cadeiras do Presidente, enquanto ele aguardava para tomar assento e iniciar a Ordem do Dia no plenário, e que o Deputado Zé Trovão estava impedindo fisicamente a passagem de Parlamentares para a Mesa Diretora? Houve um acordo entre a Oposição acerca de quem se sentaria nas cadeiras do Presidente e do Vice-Presidente? Na sua opinião, o que levou os representados Marcos Pollon e Marcel van Hattem a tomarem tal atitude? Como se vê nas imagens, por que os representados insistiram em se manter sentados, mesmo com outros Deputados da Oposição pedindo que se levantassem? V.Exa. apoiou a atitude dos Deputados Marcos Pollon, Marcel van Hattem e Zé Trovão? Presidente, essas são as nossas considerações e perguntas para que o Deputado Coronel Meira possa falar um pouco sobre estes questionamentos.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Presidente, eu tenho uma questão de ordem ou um pedido de esclarecimento.

O Relator leu que consta da denúncia que os representados teriam se sentado nas cadeiras do Presidente, mas o Presidente só tem uma cadeira. Não sei se foi um equívoco ou se...

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - É equívoco: Presidente e Vice-Presidente.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Ah, está bem. Então, se puder corrigir em aditivo...



O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Corrijo: na cadeira do Presidente e do 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - O.k.

Então, o Deputado Coronel Meira está com a palavra, para as suas respostas.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Bom dia, nobre Relator. Bom dia, Brasil. Bom dia, meu Pernambuco. Dizer que, realmente, volto a reiterar que acho desnecessário — está certo? —, acho desnecessário, na minha visão, a gente chegar a este momento. Acho que nós — e tenho certeza —, eleitos pelo povo brasileiro aqui nesta Casa, a gente veio principalmente para dialogar. Então, se a gente não consegue manter o mínimo de diálogo entre nós, 513 Parlamentares, mesmo de oposição, mesmo com bandeiras ideológicas totalmente diferentes das nossas... Mas eu entendo que a gente está aqui para fazer gestão: fazer gestão em benefício do povo brasileiro lá na ponta. E que se vença no voto na Câmara Federal. Em respeito — está certo? — a toda a história da Câmara Federal, em respeito exatamente a S.Exa. o voto é que eu discordo um pouco... Por isso que pedi para a gente colocar em outro momento, mas já está decidido, e vamos exatamente enfrentar esse momento. Eu estava presente, sim. Estava presente e estava inclusive na parte de cima. Eu tive que fazer uma viagem. Inclusive antecipei minha viagem. Vim de Portugal. Era uma viagem que estava programada há mais de ano, porque eu tenho um filho — está certo? —, meu filho mais velho, que, mesmo morando aqui em Brasília, já casado há 2 anos, ele e minha norinha resolveram ter filhos e acharam que, realmente, no Brasil, hoje, não tem mais condições de se ter um filho aqui no Brasil. E, aí, um engenheiro muito bem-sucedido, engenheiro mecânico, TI, minha nora também muito qualificada, foram para Portugal. Então, eu e minha esposa ficamos privados dele por mais de ano, e foi a janela, a oportunidade que tivemos exatamente de visitá-lo. E foi quando surgiu tudo isso. Antecipei, vim para o Brasil e estava neste momento, neste último dia, praticamente, lá e participei, junto com o meu Líder da Oposição, Zucco, que está aqui presente, exatamente das negociações, mais ouvindo do que mesmo interferindo, já que, como narrei aqui, eu estava fora do Brasil e antecipei e vim exatamente para poder participar desse momento difícil pelo qual nós, com um único intuito... A verdade é essa: a gente tem que saber a motivação. Eu acho que o grande fato aí, van Hattem, Pollon, Zé Trovão, que aqui está, é o fato gerador. O que a gente queria só, e a gente quer ainda e está lutando ainda; a gente não desiste, é que fosse resolvida



— está certo? — essa grande injustiça — grande injustiça! —, independente de cor partidária, que acontece no Brasil. A gente está lutando por uma anistia. E a gente estava exatamente lutando para que fosse pautada — está certo? — essa anistia. Acho que respondo à primeira pergunta: presente, sim. E a dinâmica era exatamente essa que eu vi: uma dinâmica de revezamento na cadeira, uma dinâmica que eu procurei... E aí, no início, conversando com o Zucco, havia um entendimento com o Presidente Hugo Motta, e o Hugo Motta queria também, apesar de estar muito chateado — estive com ele —, estar apresentando exatamente, vamos dizer assim, um constrangimento para ele enorme, como Presidente da Casa, a nível Brasil... A gente entende isso. A gente tem que se colocar — está certo? — na figura do Presidente da Câmara Federal, que hoje é o nosso Presidente Hugo Motta — nosso porque eu votei nele, está certo? E dizer que o Zucco e outros Líderes, o Sóstenes — tinha alguns — e se fez uma negociação de quê? Qual seria a negociação? Aqueles que estavam conversando com o Hugo Motta se dirigiram, como se dirigiram, aos que estavam ocupando lá em cima o plenário, a parte da Mesa Diretora da Câmara, para fazer o acordo de irem — está certo? — alguns Líderes buscar o Hugo Motta; o Hugo Motta viria exatamente para o local; e aí se desocuparia ali. O que é que aconteceu? Em frações de segundos ou minutos, o Hugo Motta, junto com outros Deputados, resolveu ir de vez, de bolo, como se diz — o termo vulgar que eu uso: "de bolo"; "vai de bolo". E aí, o que é que aconteceu? Todos foram pegos de surpresa. Foram pegos de surpresa. Participei das reuniões, da reunião prévia com o Zucco, como já disse aqui, e outros Líderes. Estou citando mais o Zucco porque eu estava muito próximo do Zucco o tempo todo. Como eu sou Vice-Líder da Oposição, o Zucco: *"Meira, fica aqui comigo, para a gente..."*. O revezamento existia, sim. Zé Trovão, ele foi convidado por vários... E eu acho que até eu mesmo pedi a Zé Trovão — está certo? — para ele fazer, devido ao corpo dele, de 2 metros de altura, 1 metro de largura, reconhecido com esse chapeuzão dele... Ele ficou exatamente na subida, ali, de onde a gente faz a fala, olhando para frente, do lado direito do plenário. E o outro lado também já estava... Por quê? Porque a Situação começou a fazer um movimento de querer ocupar lá em cima, onde a gente estava. Exatamente a Esquerda, liderada por PT, PSOL, alguns que estavam lá, em um primeiro momento, eles desocuparam, deixaram só a gente, mas, num segundo momento, quando viram que estava havendo a negociação para o Presidente Hugo Motta voltar, eles resolveram apoiar o Presidente Hugo Motta. E, para



apoiar o Presidente Hugo Motta, eles quiseram exatamente invadir — invadir, em termos, porque não é. A Casa é deles também, não é? Afinal de contas, é a Casa do Povo, é a nossa Casa. Mas eles quiseram subir para fazer um contraponto exatamente para nós que estávamos ali em cima, está certo? E aí, o Zé Trovão ficou lá, porque Zé Trovão... Se fossem dois Deputados, eu e algum outro — eu e o van Hattem mesmo —, tinham que ficar dois para poder fechar. Zé Trovão, sozinho, fechou ali a subida. O que é que acontece? Zé Trovão... Eu estava nesse momento... Eu estava nesse momento, e Zé Trovão não viu Hugo Motta subindo, porque na cabeça de Zé Trovão e na de todos nós — na de Pollon, principalmente, que estava sentado na cadeira também —, iria vir pacificamente uma comissão de Líderes trazendo o Hugo Motta, e a gente ia fazer um gesto. Foi isso. *"Vamos fazer um gesto aqui, para todo o Brasil assistir, que a gente está saindo e está confiando no Presidente Hugo Motta para fazer os trabalhos."* Foi isso que exatamente eu... Eu não aceito baderna; nunca aceitei na minha vida, está certo? Acho que tudo tem uma lógica de ser. E foi essa exatamente a construção que foi feita. Foi a construção que foi feita. Então, Zé Trovão impedindo? Estava, sim, mas, digo, dessa maneira. A Situação queria ir para o plenário? É, a Situação queria subir. Apoio. Apoiei — está certo? —, apesar de chegar no último dia, como já disse aqui — no último dia —, vim para ficar. Não saberia que aquele dia seria o último dia, mas, graças a Deus, peguei um voo, antecipei um voo e vim de Lisboa direto aqui para Brasília com a minha esposa. Ela, muito nervosa, porque, vendo a situação toda, quem não fica nervoso? *"Lula, tem calma. Eu sei que tu é muito esquentado, não sei o quê". "Mas não tem que esquentar! Lá são meus pares! Não tem problema nenhum! A gente vai resolver! Lá eu não estou lutando contra bandido na rua, que é diferente. Lá são amigos, amigos de ideologia, são Parlamentares eleitos pelo povo brasileiro, e a gente tem que respeitar."* Então, o intuito, tanto meu, e eu tenho certeza que de todos, Presidente... Albuquerque, você sabe disso. O intuito era unicamente — está certo? — a gente mostrar ao povo brasileiro que nós estávamos ali querendo a pacificação do Brasil. É isso que a gente quer. A gente quer pacificar este País. Não pode continuar do jeito que está, não. Ainda temos presos na Papuda, temos pessoas ainda com tornozeleira, temos pessoas... principalmente brasileiros fora do Brasil. Eu posso falar isso. Se tem um Deputado nesta Casa que pode falar isso é Coronel Meira. Já fizemos cinco audiências públicas. Sou Presidente da Subcomissão exatamente do Dia 8 de Janeiro. Dia 10 agora estamos fazendo a última. É



muito ruim a gente assistir aos depoimentos de pessoas que estão fora do Brasil, mulheres que foram violentadas, senhores, senhorinhos — está certo? —, idosos, enfim. Quantos estão aí, famílias que foram, literalmente, acabadas — está certo? — em virtude de tudo isso? Então, nós temos hoje, na Câmara Federal, um acervo de todos os depoimentos — de todos os depoimentos. No dia 10 mesmo, vamos ouvir o nosso amigo, o nosso Deputado Ramagem. Inclusive, deixei tempo livre para ele. Ramagem, no dia 10, vai falar por 1 hora, 2 horas, o tempo que ele quiser. Ramagem vai contar tudo o que aconteceu com ele, as perseguições. Nós temos também Débora do Batom, que nós estamos também trazendo para falar no dia 10. Então, isso mexe muito, Relator, com o sentimento de todos nós. Eu sei que mexe com o seu também, Relator, porque eu sei a sua história, e você está aqui na comissão de ética exatamente por esse seu perfil conciliador — esse perfil que, aqui na Câmara, a gente vê e respeita. Mas a gente tem que entender que existe um fato motivador para tudo isso. O fato motivador, em momento algum, nem Coronel Meira, nem nenhum desses que aqui estão, foi contra o Presidente desta Casa, Hugo Motta. De maneira alguma. O fato motivador — está certo? — não foi contra exatamente ninguém verdadeiramente da Esquerda — do PSOL, do PT. Apesar de que a gente não gosta da ideologia deles, mas eu respeito todos eles, eu converso com todos eles — eu converso com todos eles! —, porque eu acho que é o meu papel ser gestor. Então, eu queria, encarecidamente, terminando — e estou disponível aqui para qualquer pergunta —, deixar exatamente este sentimento: tudo o que aconteceu foi pura e unicamente porque a gente quer que esta Casa vote uma anistia; que a gente pacifique o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Tem a palavra o Deputado Moses Rodrigues.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Deputado Coronel Meira, eu fiquei só com uma dúvida — ou eu não ouvi, ou o senhor não falou — sobre o que foi discutido e acordado na reunião prévia que antecedeu o acontecimento. V.Exa. teve acesso a essas informações? Essa é a única dúvida com que eu fiquei da fala de V.Exa.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Tanto tive acesso como participei, como já disse aqui, junto com o Deputado Zucco, Líder da Oposição, e eu, como Vice-Líder. O que foi acordado é que seria encerrado aquele movimento. Primeiro ponto: encerra-se o movimento hoje. Segundo ponto: vamos fazer de maneira tal — está certo? — que Hugo



Motta e a Casa sejam respeitados. E, para serem respeitados, o que foi feito? Foi dito que — está certo? — alguns Parlamentares que foram escolhidos ali naquela hora, principalmente os Líderes, iriam buscar o Presidente Hugo Motta, iriam trazer... Ele iria ser avisado do acordo: *"Olhe, está feito o acordo. A gente vai..."* E trariam o Presidente Hugo Motta para ele se sentar exatamente na cadeira de Presidente e voltar a dirigir a Casa, a Câmara Federal. Porém, por ansiedade — não sei qual foi o motivo. Não posso responder porque não sei. Não participei desse momento. Não sei qual foi o motivo —, alguns Deputados, principalmente alguns da Oposição, chegaram com o Deputado Hugo Motta de vez, de bolo — como já disse aqui, de bolo. A verdade foi essa. E foi tão de bolo que Zé Trovão estava parado lá e ele não esperava. Ninguém esperava! Estava Zé Trovão sentado; eu, na frente, ali, de Zé Trovão, naquela última cadeira que tem ali, perto, ali — estava em pé na hora; o pessoal, sentado nas cadeiras; e a gente, aguardando. Eu estava aguardando a vinda de Hugo Motta. E, quando a gente viu, foi antecipado, tudo antecipado, pegou todo mundo de surpresa. Eu tenho certeza de que o Pollon não o viu. Ele tinha falado algumas vezes na cadeira. Pollon não viu, não sabia. Pollon não estava entendendo exatamente o desfecho que foi feito sem ser um desfecho que estava acordado nessa reunião. Então, isso foi acordado. A maneira como iria — está certo? — se desocupar o plenário, ou a Mesa Diretora, na verdade. Como iria se desocupar a Mesa Diretora para que o Presidente da Casa, Hugo Motta — está certo? —, respeitosamente, pudesse voltar e se sentar para os trabalhos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Relator, o senhor me permite só fazer um esclarecimento com a testemunha em relação a uma palavra que ele usou?

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Eu posso... Deixe-me concluir. Eu tenho mais um questionamento a fazer. Aí o Presidente vai passar a palavra a V.Exas.

Então, no momento em que o Presidente Hugo chega com alguns membros da Mesa, naquele momento, já tinha havido o acordo de se iniciar a Ordem do Dia. Ele chega, faz a abordagem para assumir a sua posição e, naquele momento, então, ele não foi atendido pelos Parlamentares que estavam à mesa. É isso? Já tinha um acordo naquele momento?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Eu quero registrar aqui que não vi, não presenciei nenhum Parlamentar falar qualquer coisa — está certo? — contra a Mesa Diretora da Casa, contra o Presidente Hugo Motta. Muito pelo contrário, o que eu



presenciei é que todos estavam querendo um acordo que fosse um acordo — está certo? — que todos saíssem ganhando. Seria muito ruim — está certo? — estar empurrando... Já imaginou Deputado empurrando Deputado ali em cima, o Brasil todo assistindo? Então, o acordo foi feito, só que o acordo foi antecipado, e os que estavam lá em cima, que não desceram para fazer esse acordo — está certo? —, do qual o Deputado Zucco participou e outros mais... Ele foi antecipado e, na verdade, quem estava ali estava aguardando o momento — entendeu? — de ser comunicado. E não houve. Só isso.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Então, passo a palavra ao Deputado Marcos Pollon e a seu advogado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu não quero fazer perguntas ainda. Eu as farei depois do Pollon. Só quero um esclarecimento, porque eu acho que ele usou uma palavra, que eu quero até confirmar com a testemunha. O senhor prefere que eu fale depois?

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Deputado Marcos, a palavra, no momento, é de V.Exa.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Bom dia, Deputado. Coronel, quando o Deputado Presidente Hugo Motta ingressou atrás do plenário para chegar, existiam aproximadamente quantos Deputados ali em cima? O senhor tem uma ideia? Eram muitos?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Muitos.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Os Deputados que estavam sentados à mesa no momento em que ele chega — o Deputado Pollon e o Deputado Marcel van Hattem — tinham condições de visualizar a entrada do Deputado Presidente?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Completamente impossível.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Nesse momento ali, existiam muitos Deputados conversando. Então, existia, enfim, um barulho maior. Dava para ouvir alguma coisa ou era difícil a comunicação? Tinha que falar mais alto?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Tinha que falar bem mais alto em virtude de que a Oposição — PT, PSOL, os "P" da vida —, eles, quando viram o que ia haver, eles ocuparam lá, está certo? Eles tentaram exatamente subir, inclusive, para o local da Mesa Diretora, e a zoadinha era muito grande, o barulho era muito grande. E eu quero até aqui



destacar, porque o próprio Marcos Pollon já colocou com muita clareza para esta Casa... Porque o Pollon é uma pessoa muito inteligente. O Pollon tem um foco, está certo? Ele, quando pega uma missão, o Pollon foca ali. Ele praticamente fica blindado. Eu, até, conversando com ele depois, ele disse: *"Meira, eu não estava ouvindo nada, Meira. Eu não estava vendo nada"*, exatamente por essa concentração que Pollon tem — está certo? —, que é especial. Então, tenho certeza absoluta e quero dar aqui o meu testemunho total de que Pollon, em momento algum — em momento algum —, viu Hugo Motta chegar, viu pedir a cadeira, está certo? Ele estava ali concentrado. É aquela história: bota a missão. Estou aqui na missão. Pronto: é ficar aqui na cadeira até ser avisado. Por quem? Por quem avisou a Pollon que iria vir uma ordem, uma determinação, para ele sair! Ele, em momento algum, questionou que não sairia. Nenhum! Nem ele, nem van Hattem. Todos nós tínhamos esse sentimento! Fez o acordo? Vai subir, Ordem do Dia, continua. Vamos... A gente já fez o nosso papel. O Brasil todo já viu — está certo? — a nossa revolta. Mas a Casa — a gente entende, todo mundo entendia isso, eu também — tem que funcionar. A gente não pode continuar dessa maneira. Então, é isso que eu queria deixar aqui.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Coronel, os denunciantes — o Deputado Lindbergh, a Deputada Talíria — estavam embaixo. Eles tinham a mesma condição de visualizar o Deputado Presidente Hugo Motta ingressando, ou eles tinham uma dificuldade, por estarem em um local mais baixo, de visualizar a entrada do Deputado? Havia a possibilidade, a mínima possibilidade, de eles ouvirem os diálogos? Porque no vídeo fica bem claro que, quando o Deputado Hugo Motta, o Presidente, chega, ele cumprimenta o Deputado Sóstenes, ele sorri. Em momento algum, ele demonstra alguma irresignação, enfim. Ele chega conversando com todos. Então, o senhor observou isso, essa cordialidade com que ele chega? Quando ele chega até o Pollon, o senhor se recorda que o Deputado Luizinho estava conversando com o Pollon e, portanto, estava impedindo que o Pollon visualizasse — porque o Deputado Luizinho obstruía o campo de visão do Deputado Pollon — a chegada do Presidente Hugo Motta. Depois, eu faço mais. Só para não ficarem muito extensas as perguntas, depois, eu continuo as perguntas, para o senhor ir respondendo. Então, pergunto se os denunciantes, que estavam lá no campo mais abaixo, tinham condições de ouvir alguma coisa, de ver o Deputado Hugo Motta chegando. Se eles tinham condições de ver que o



Deputado estava sendo recebido cordialmente; que cumprimentou o Deputado Sóstenes e outros Deputados; que ninguém obstruiu o caminhar dele; ele que parou. Então, é só para o senhor confirmar isso e, enfim, a questão do Deputado Luizinho obstruindo o campo de visão do Deputado Pollon.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Eu não posso falar sobre o Lindbergh Farias nem a Talíria porque realmente não me lembro da posição. Sei que eles estavam lá ativamente trabalhando, trabalhando muito, exatamente para perturbar. O intuito deles não era negociar; era perturbar. O intuito deles não era... Eu não vi, em nenhum momento, chegarem para conversar ou propor alguma coisa. Eles queriam — cobravam, inclusive. Cobravam! — que Hugo Motta tomasse uma decisão. Cheguei a ouvir de um deles — e aí peço até para não citar o nome. Se for necessário, depois eu cito — que Hugo Motta estava afrouxando; que era um frouxo. Entendeu? E eu coloquei na hora: *"Não, rapaz. Hugo Motta está respeitando nós, que somos Deputados Federais igual a vocês. Ele está respeitando, como Presidente da Casa"*. Então, coloquei isso muito claro. Quanto ao nosso Pollon, chegar a ver exatamente, eu acho muito... eu acho impossível. Com certeza, eu me lembro do Luizinho, que fez um belo trabalho de negociação, o Líder do PP. É Líder do PP o Deputado Federal Luizinho, o Sóstenes também fez, enfim, todos preocupados. Agora, é impossível. Estava lotado. E aí as imagens mostram como estava lá em cima, lotado. A gente tinha dificuldade. E tenho certeza de que não dava, não tinha campo visual, principalmente, como eu disse, Pollon estava sentado olhando para frente, estava focado na cadeira ali, uma maneira que ele tem, que todo mundo conhece aqui o nosso grande Deputado Federal Marcos Pollon. E ele estava focado, ele estava olhando ali. Entendeu? E algumas pessoas, conversando. Eu mesmo fui lá, em um determinado momento, conversar com ele. E aí: *"Tranquilo, vai sair agora, a gente vai resolver"*. E uma das coisas que foi prometido, e aí eu cobro é que até hoje, faltam 2 semanas para acabar os trabalhos desta Câmara neste ano, e até agora, neste momento, a anistia não foi pautada. Isso é muito ruim. São vários acordos que foram quebrados. Primeiro, que os Líderes apoiassem. Os Líderes apoiaram a anistia. *"Não, vamos colocar agora que a gente precisa coletar a assinatura de todos os Deputados para poder pautar."* Foi coletada a assinatura de todos os Deputados para pautar a anistia. Depois desse movimento que foi feito, que seria exatamente de se tratar o tema, de se pautar a anistia, e até hoje não o foi. E eu tenho certeza absoluta: se essa anistia for colocada, amanhã, em pauta aqui na



Casa, ela vai passar. Ela vai passar porque ela tem a maioria dos Deputados. Ela vai passar, porque já hoje tem Deputados de oposição, e eu conversei com eles, transito, exatamente, inclusive, por estar participando das reuniões de Líderes, inclusive, ajudando exatamente como Vice-Líder. A maioria dos Deputados desta Casa tem o entendimento de que foram excessivas as penas dadas. Então, como vai ser a anistia, certo, se vai ser dosimetria, que sou contra porque não é o papel desta Casa fazer a dosimetria — a dosimetria é lá na Justiça, eu defendo a anistia —, se vai ser redução de pena, o que seja, a gente tem que votar. A Câmara Federal não pode mais estar colocando embaixo do tapete a anistia, para exatamente ser votada aqui na Casa.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Obrigado, Coronel. Vou continuar as perguntas. Coronel, o senhor relatou, agora respondendo ao Relator, que havia um revezamento de Deputados ali, havia outros Deputados, outros Parlamentares que se sentaram nas cadeiras ali do Presidente e do Vice-Presidente. Então, eu gostaria que o senhor esclarecesse isto: em momentos anteriores, aproximadamente quantos Deputados fizeram isso? Enfim, era um revezamento que o senhor sabe dizer quanto tempo o Pollon ficou ali, enfim?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Eu não posso informar, porque, como eu disse, estava viajando, cheguei na madrugada. Pedi, todo o tempo, à minha assessoria aqui, ao nosso gabinete, à nossa chefe de gabinete, a Carol, para acompanhar. Então, eu estava em Portugal, mas estava acompanhando, praticamente em tempo real, tudo o que estava acontecendo. Eu soube que exatamente existia um revezamento, já que ficou dia e noite, e que esse revezamento era feito exatamente por alguns Deputados. Vi sentado o Marcel van Hattem e vi também o Pollon sentado nesse momento, pela manhã. Eu estava lá.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Coronel, o senhor tem conhecimento de, em sessões pretéritas, terem ocupado a... O senhor tem conhecimento de que a Deputada Erundina ocupou a cadeira do então Presidente, à época, Rodrigo Maia? O senhor sabe qual foi o desdobramento no Conselho de Ética, se ela foi punida, enfim?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Eu sou um Deputado de primeiro mandato, está certo? Foi a primeira vez que vi esse fato real, mas fui informado, e inclusive algumas fotos a gente viu. Foi divulgado nas redes sociais que realmente o fato aconteceu, mas não tenho nenhuma informação a acrescentar.



O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - No momento que o Deputado... Isso está no vídeo. Eu só gostaria que o senhor confirmasse. Eu lhe pergunto se o senhor visualizou isso. O senhor relatou que o Deputado Pollon estava concentrado. Ele tem hiperfoco, enfim. O senhor é sabedor de que tem um laudo no departamento médico, aqui, em que o Deputado Pollon tem uma condição especial, como o senhor falou, ele é autista. Nesse momento, o senhor sabe o que ele estava fazendo lá? O senhor sabia que ele estava rezando um terço? Ele estava concentrado? No momento em que o Presidente chega, e o Deputado Pollon é avisado — e isso está no vídeo, eu gostaria de saber se o senhor presenciou isso —, em menos de 40 segundos, o Deputado Pollon se levanta. Em momento algum, ele obstruiu, em momento algum, ele obstaculizou que o Deputado Hugo Motta se sentasse à cadeira dele. Depois que o Deputado Hugo Motta chega, ele demora ainda de 2 minutos a 3 minutos para abrir a sessão, porque o Secretário Lucas, Secretário-Geral da Mesa, demorou 3 minutos ou 4 minutos para chegar. Então...

(Intervenção ininteligível fora do microfone.)

Depois que os Deputados saíram, o Deputado Marcel e o Deputado Pollon. Então, eu lhe pergunto: o senhor presenciou isso? O senhor visualizou que, em menos de 40 segundos, os Deputados se levantam? O Deputado Marcel se levanta antes. Quando o Deputado Pollon entende, porque estava uma gritaria ali, todo mundo falando alto, e ele não conseguia, até pela condição dele, enfim, especial de não ouvir, do hiperfoco dele... O senhor confirma que o Deputado Hugo Motta chega e, em 40 segundos ou menos de 40 segundos, o Deputado Pollon se levanta; que, no momento em que ele visualiza, ele sai imediatamente; que o Deputado Helio Negão chega e o cumprimenta, fala, e ele entende? Quanto tempo depois? Isso está no vídeo. O senhor presenciou que foi aberta a sessão 3 minutos ou 4 minutos depois?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Realmente, esse fato está gravado aí, pelas imagens. Foi um tumulto enorme, um tumulto enorme. Pollon realmente estava concentrado ali. É uma, vamos dizer, característica dele. Ele vive rezando. Não sei nem se ele não está com o terço dele aí agora, mas deve estar, porque eu nunca vi Pollon sem esse terço. Eu até muitas vezes, quando estou muito aperreado, chego junto dele: "Ó, vamos rezar aqui uma..." Pronto, olhe aí. Pronto. Então, isso é característico. Com certeza, nos momentos mais difíceis, ele já me disse que ele ora. Isso é uma coisa muito importante. Eu tenho um desses, Pollon, mas é na cabeceira da minha cama, para rezar à



noite antes de dormir, agradecer a Deus o dia. Mas realmente é impossível. Não tinha como, rapaz. Em momento algum eu vi o Presidente Hugo Motta, posso dizer, chateado. Não, ele estava sorrindo, ele estava entendendo, ele estava entendendo aquele momento ali. Eu não vi, nem dele, nem de Marcel van Hattem, nem de Zé Trovão, ninguém, não houve isso. Aquilo era um momento que a gente estava vivendo, um momento histórico, está certo? Com certeza foi bem melhor do que o momento lá atrás, em outra legislatura, com a Erundina. Tenho certeza absoluta. Mas um momento de construção, um momento de construção da verdadeira democracia, coisa que a gente não vive hoje. A gente está tentando viver uma democracia dentro desta Casa, porque o Brasil hoje vive uma ditadura, a ditadura da toga. Agora diga que o Coronel Meira está mentindo! A gente vive uma ditadura neste Brasil, a ditadura da toga! E está querendo interferir aqui dentro da Casa, interferir exatamente em nós, que somos Parlamentares, eleitos pelo voto.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Deputado, o senhor relatou antes a questão dos Deputados da Esquerda aí. O senhor entende que essa denúncia feita neste Conselho foi motivada exclusivamente pela questão... por questões políticas, pela posição que o Deputado Pollon ocupa, pela liderança que ele tem? O senhor entende que isso seja meramente político, nada técnico, nada que... Enfim, como Parlamentar, o que o senhor entende sobre essas denúncias contra o Deputado Marcel, o Deputado Zé Trovão e o Deputado Pollon?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Cem por cento política. Lindbergh Farias, Líder do PT... Não sei nem se ainda é Líder, porque Hugo Motta não está... disse que não aceita mais ele na Liderança. Essa é a verdade. A gente tem que dizer para o Brasil. Eles são useiros e vezeiros em perder aqui no voto para nós. Eles não têm capacidade de dialogar, de debater com esse time que está aqui. Eles não têm condições. Eles não... Eles apelam. É uma vergonha. Com certeza foi, sim, porque ele extrapola os limites da Câmara Federal, do Congresso Nacional. Quando ele perde aqui dentro, ele recorre a quem? Diga que o Coronel Meira está mentindo. Ao STF. Ele vai para fora pedir ajuda, pedir arrego ao STF para vir interferir no nosso trabalho nesta Casa. Isso é uma vergonha! Inclusive, eu já disse isso olhando para o olho dele: *"Lindbergh, para com isso, rapaz!"* Já disse olhando no olho dele. *"Isso é muito ruim para nós Parlamentares. Decisões tomadas aqui nesta Casa, você recorre sem motivo algum ao STF?"* Então, com certeza absoluta — eu sei que o Relator vai ter esse entendimento —, isso foi um ato



simplesmente, simplesmente, de politizar um movimento que foi feito por Parlamentares, dentro da nossa Casa, de questionar ou de trazer à baila uma coisa seríssima, que é exatamente o quê? A gente pautar e votar a anistia. Só queríamos isso, só queremos isso: a anistia ser votada.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Deputado, vou concluir então. Depois o Deputado Pollon vai continuar fazendo as perguntas.

O senhor falou na judicialização, enfim, que o Deputado denunciante, se recorre quase que diariamente — são palavras do Presidente Hugo Motta — ao Judiciário para resolver questões internas aqui. Nós declinamos disso quando foram indeferidas as testemunhas. Fizemos um pedido de reconsideração, e foi novamente indeferido. Nós declinamos de impetrarmos o mandado de segurança, enfim, justamente para não judicializar. Essa é a orientação, Deputado Pollon, porque as questões do Parlamento devem ser resolvidas no Parlamento.

Eu reproduzo aqui a posição do Deputado Pollon.

Para finalizar, então, eu lhe pergunto sobre a questão de uma punição, de uma possível punição, enfim. O senhor é um Parlamentar atuante. Conheço o seu trabalho, respeito a sua posição. Sempre respeitei os militares. Enfim, tenho orgulho de ter um Parlamentar como o senhor no nosso País. Este Conselho aqui... O que o senhor visualiza na rua? No seu entendimento, o que deve ser aqui definido por este Conselho, sem judicializar, enfim, sobre essas questões, para a sociedade? Qual é o recado da sociedade que nós, como cidadãos comuns, que observamos o Parlamento assim de uma forma externa... O senhor convive com essas pessoas. O que o senhor entende disso? Qual é o recado que este Conselho deve passar?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - É muito boa a pergunta. Quero aproveitar e deixar bem claro aqui para o Presidente que está presidindo os trabalhos, para o Relator que, eu me lembro bem, o Deputado Pollon não foi, em momento algum, tocado ou puxado para deixar a cadeira do Presidente, está certo? Pollon saiu antes de Hugo Motta chegar. Pollon levantou-se da cadeira e, logo após... levantou-se de livre e espontânea vontade e, logo após, Hugo Motta chegou e sentou, está certo? Agora, como disse, tudo frações de segundos, tudo frações de segundos. E quero dizer que o Secretário-Geral, o nosso Lucas, realmente era impossível. Apesar de ele ser grandão também, estava um tumulto enorme. E ele, que é uma pessoa muito respeitosa, o Lucas é muito respeitoso,



com certeza ele não quis, naquele momento, ou empurrar ou tentar tirar algum Parlamentar. Estava todo mundo ali em cima. O foco era aquele. Segundo, quero dizer que realmente eu confio nesta Comissão de Ética. Confio tanto que fui prejudicado, semana retrasada... Um parecer que foi feito — eu fiz questão de ir ao IML aqui em Brasília —, e não foi colocado. Inclusive, a minha assessoria até ficou chateada, a Giovana, a Gigi, que está aqui, que é a nossa advogada, a Carol, a Chefe de Gabinete: *"Mas, Coronel, vamos recorrer"*. Eu digo: *"Não, eu vou respeitar a Comissão de Ética"*. A única coisa que eu queria é que a Deputada que me agrediu, que causou uma lesão corporal na minha mão — está aqui, foi furada mesmo —, que ela simplesmente tivesse a capacidade... Eu sei que não tem. É pedir muito! Eu queria muito que ela tivesse a capacidade, na reunião aqui da Comissão de Ética, de pedir uma desculpa a mim. Mas, não, foi para a rede dizer, só porque eu sou verdadeiro e disse que, se fosse em outra ocasião, se fosse um homem, eu não tinha só colocado a mão, eu tinha dado uma bofetada nela. Disse e repito novamente. Pode botar de novo na rede social, entendeu? Mas respeito mulher. Eu tenho minha filha, tenho minha mãe, tenho toda a minha família, a minha sogra, que está aí, a minha mãe, com 97 anos. Eu respeito mulher. Não tinha perigo de agredi-la. Eu não agrido nenhuma mulher. Não tem perigo. Na minha história, pode ver, puxar minha história aí, nunca agredi nenhuma mulher, muito pelo contrário, eu acho que a gente tem que protegê-las. Mas ela não teve a capacidade de pedir desculpa por um ato que ela fez. Um fato: eu simplesmente tentei defender o Kim Kataguiri, que estava sentado. Ele não estava vendo que ela estava vindo com a... Ela veio exatamente com uma caneta dessa (*o orador segura uma caneta*), e está nas imagens, com a ponta, e ia agredir Kim. Eu estava no microfone de aparte. Simplesmente só fiz isso: girei o braço. E ela, como não ia conseguir, que ela é mais baixa, ela é mais frágil, ela não ia conseguir atingir Kim, o que ela fez? Propositadamente, ela meteu a caneta na minha mão. Não foi minha mão que bateu na caneta dela, não. Ela meteu a caneta e furou. Então, eu acho que, com esse testemunho que eu estou dando aqui, meu, meu, em respeito à Comissão de Ética, respeitei a decisão do Relator, não recorri, não coloquei nada em rede social nenhuma criticando o Relator ou a Comissão de Ética, está certo? Então, eu acho que essa Comissão de Ética... a gente tem que preservar a Comissão de Ética, está certo? A gente tem que preservar exatamente o Relator, o Presidente, todos os membros desta Comissão de Ética, está certo? Porque assim deixa, eu acho, de existir



a essência de nós estarmos aqui nesta Casa, na Câmara, está certo? Então, se a gente já tem problemas sérios com o Governo, imagine se, internamente, a gente não respeita a Comissão de Ética. E eu tenho certeza absoluta que esse fato vai passar, que isso aqui vai servir como construção, uma construção para que a gente amadureça mais a nossa maneira de trabalhar aqui, amadureça mais a democracia, porque eu acho que só tem sentido a gente estar aqui nesta Casa se for realmente para cumprir o que os nossos eleitores nos colocaram aqui.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu recebo uma mensagem agora do Secretário-Geral da Mesa dizendo o seguinte: "*Sras. e Srs. Líderes, de ordem reforçamos a necessidade de comparecimento pessoal*" — está em negrito a expressão comparecimento pessoal — "*dos Líderes na reunião. O Presidente Hugo fará uma conversa reservada com as Lideranças após a fala do Deputado Mendonça Filho*".

Esclareço, Sr. Presidente. Neste exato momento foi marcada uma reunião de Líderes para as 10 horas da manhã. Neste exato momento ela está ocorrendo. Eu decidi não ir, até para não prejudicar a minha defesa pessoal e porque se trata, ou tratava-se, da apresentação do relatório sobre a PEC 18 pelo Deputado Mendonça Filho. Até aí, é algo que eu posso recuperar depois. Afinal de contas, em que pese o prejuízo de não assistir ao vivo, poderia me consultar com os demais Líderes e com o Relator. No entanto, dada essa nova mensagem, enviada pelo Secretário-Geral da Mesa, sem antecipação sobre o que tratará essa conversa reservada, e sendo eu Líder partidário, Sr. Presidente, eu gostaria de submeter à avaliação de V.Exa. a suspensão desta reunião, para que eu possa participar da reunião de Líderes, sem prejuízo da minha própria defesa neste Conselho de Ética.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Deputado van Hattem, eu entendo o seu papel, compreendo o seu trabalho aqui na Casa, mas vamos dar seguimento a esta reunião.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, eu tenho que protestar, porque não sou dois, eu sou um só.



O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - O senhor tem vice.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não. Não temos. Representação partidária não tem vice. Nós temos a liderança da Representação partidária.

Eu fui convocado pelo Presidente da Câmara, por meio do Secretário-Geral da Mesa. E, se eu saio daqui, perco a condição de exercer a minha defesa.

Então, recorro outra vez a V.Exa. a respeito da nossa questão de ordem anterior, que até hoje não foi respondida, sobre a separação dos processos. Se tivesse sido feita a separação dos processos, o que pedimos ao Deputado Hugo Motta — inclusive, essa solicitação, que segue em berço esplêndido, ainda pode ser deferida —, não estaríamos passando por isso. Hoje estamos todos os três juntos aqui num processo, amarrados um ao outro. Entendo que há uma testemunha da outra parte, mas, como estamos todos juntos na mesma representação, vem em prejuízo da minha defesa a minha ausência.

Eu não posso deixar de atender a um requerimento do Presidente da Câmara, o Deputado Hugo Motta, a menos que V.Exa. assim o diga e faça, junto ao Presidente da Câmara, o apelo para que eu não esteja lá com ele. Acho que é algo que aqui se torna muito sensível neste momento.

Desta vez, eu prefiro protestar aqui e pedir encarecidamente a V.Exa. que suspenda a reunião neste momento, para que eu possa participar da reunião de Líderes, haja vista que falta meia hora, 30 minutos, para o meio-dia, o prazo dado.

Quem sabe antecipamos o retorno para as 12h30min, se a reunião de Líderes terminar antes, mas eu preciso estar na reunião de Líderes neste momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Deputado van Hattem, acerca da separação do pedido, esta Presidência não recebeu a determinação ainda. Depende do Presidente o deferimento do requerimento que foi feito, acredito eu. Chegando aqui, certamente esta Presidência seguirá a determinação da Presidência e dos atos da Corregedoria.

Eu quero indeferir o seu pedido e vou dizer que vamos continuar a oitiva, repassando a fala para o Deputado Pollon.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas eu não posso ser julgado à revelia, Sr. Presidente. Se eu saio daqui para atender o convite do Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - V.Exa. tem que escolher o que é mais importante para V.Exa. Ou lá ou aqui. Aqui nós vamos continuar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Para mim, obviamente, eu preciso exercer o meu direito à defesa. Agora, para a atividade partidária e para o futuro do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Eu compreendo o seu papel parlamentar, eu compreendo perfeitamente, mas faltam 30 minutos para suspendermos a reunião, e assim V.Exa. pode dar prosseguimento aos seus atos administrativos na Casa.

Passo a palavra ao Deputado Pollon.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Vamos antecipar a suspensão, Presidente. Não custa antecipar a suspensão em meia hora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Por meia hora, a gente segue.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E se resolução for tomada nesta próxima meia hora?

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Deputado van Hattem, se tivéssemos seguido essa oitiva na hora em que começamos o trabalho, já teríamos ouvido e dado um seguimento maior. Vamos seguir.

Tem a palavra o Deputado Marcos Pollon.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, eu protesto. Isso não alteraria o fato de que o Presidente está convocando, neste momento, os Líderes, e eu sou Líder partidário. Se tivesse andado mais ou menos...

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Deixe-me dizer uma coisa a V.Exa., Deputado. Nesse caso, há um ato administrativo do Presidente. Nós vamos seguir com a reunião.

Tem a palavra o Deputado Marcos Pollon.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu quero que fique consignado em ata que a minha defesa está prejudicada neste momento ou, pelo menos, a minha participação como Líder na Presidência da Câmara.

Vou tomar a decisão sobre o que fazer, mas eu quero aqui que seja registrado isso em ata, Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - O.k.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - ...sob meus protestos, porque isso não é o que se espera.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Eu compreendo, Deputado, mas vamos seguir com a reunião.

Tem a palavra o Deputado Marcos Pollon.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Obrigado, Sr. Presidente. Coronel Meira, o senhor é Presidente da Subcomissão que trata dos abusos e desrespeito aos direitos humanos dos presos políticos do 8 de Janeiro. Quero iniciar pedindo a V.Exa. um esclarecimento. V.Exa. disse, respondendo às questões do eminente Relator, que, acompanhando o Presidente Hugo Motta quando ele se direcionava — como V.Exa. fez questão de registrar, ele estava com um semblante calmo, tranquilo, até sorridente, muitas vezes —, ficou registrado que ele estava acompanhado da Oposição. Só queria pedir esse esclarecimento. Ele estava acompanhado dos que nos opõem. Quem o acompanhava era o pessoal do Governo, da Situação. Só queria pedir esse esclarecimento, de primeiro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, desculpe-me a interrupção.

Devido à urgência da matéria, vou me ausentar, vou cumprir com minhas obrigações partidárias de Liderança, vou atender ao convite pessoal do Presidente Hugo Motta, e deixo desde já consignado em ata que o meu direito à ampla defesa está prejudicado a partir deste momento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - O Deputado Moses quer fazer alguma fala?

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Presidente Albuquerque e Deputado Marcel, eu acabei de falar com o Presidente Hugo para que possa prorrogar e aguardar, a fim de que seja feita a fala de V.Exa. com ele depois da suspensão, ao meio-dia, justamente para que não haja prejuízo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Todos os demais Líderes esperarão então meia hora? Porque a reunião é com todos os Líderes, não é só comigo, não.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Sim, mas eu falei com ele.



Então, para que V.Exa. não fique prejudicado nestes próximos minutos, eu já falei com o Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O.k.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Obrigado. Boa!

Pois não, Deputado Coronel Meira.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - O nosso Relator quer realmente pacificar. Olhe o gesto dele.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Sim, sim. É um bom homem.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Parabéns, Relator!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E foi o gesto correto, porque senão eu ficaria prejudicado. Agradeço ao Relator porque, se nós não tivéssemos essa solução aqui, estaria eu prejudicado no meu direito de defesa.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - É, realmente...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - É que a gente é mesmo oposição. *(Riso.)*

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - A gente tem a mesma posição. *(Riso.)* Eu conto sempre aquela história, eu digo o seguinte: eu sou polícia, e o cara é bandido. Então, para mim, bandido é mais genérico, entendeu? Nós somos verdadeiramente conservadores à direita. Então, na verdade, foi exatamente o grupo do Governo, certo? Nós somos oposição a eles.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Excelente. Coronel, o senhor tem conversado com os advogados, com os familiares, e todas as pessoas do Brasil inteiro têm buscado no senhor amparo e informações a respeito da anistia justamente por conta do seu trabalho na subcomissão. Quero perguntar a V.Exa. se, em algum momento, o senhor foi interpelado como sendo o único resultado de todo o trabalho que a gente vem fazendo desde o começo do nosso mandato pela anistia, ou seja, desde 2023, trabalhando para que ela fosse pautada e votada, e se o sentir das pessoas é que o único resultado prático que viram como resposta desta Casa foi a perseguição dos Parlamentares que estão trabalhando incansavelmente pela anistia.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - É, realmente, desde o início, aqui, inclusive no primeiro ano, nós estamos com um PL aí para ser votado — espero que um dia seja votado —, colocando o dia 8 de janeiro no calendário nacional como o Dia do Preso



Político. Está aí, já conseguimos aprovar algumas Comissões. Segundo, a gente procura sempre entrar com todo tipo de documentação necessária. Eu tenho a honra de dizer que sou coautor, com o Marcelo Crivella, desse projeto de anistia que está aí. A gente está trabalhando. Inclusive, ontem à noite fizemos um evento, a gente rezou, pedindo exatamente isso, com o Marcelo Crivella. Realmente é bem claro que todos nós somos perseguidos aqui, perseguidos inclusive covardemente, porque são os bastidores. Eu digo sempre que a Câmara tem esta figura bonita. A gente está aqui agora, mas existem os porões da Câmara e nesses porões da Câmara tem muitos ratos, não é isso? Força e honra, grande Fahur! Existem muitos ratos que têm outros interesses que não são os nossos, está certo? Não são os nossos. E aí de todas as maneiras e principalmente, a gente sabe, interesses econômicos. *(O orador usa a ponta do indicador e do polegar para fazer sinal de dinheiro.)* Mas, Pollon, a gente não desanima, está certo? A gente vai continuar na luta. E dizer que realmente o que a gente vê em todas as cinco audiências públicas que fizemos é uma perseguição tanto aos que estão fora do Brasil quanto aos que estão dentro do Brasil que foram presos indevidamente, que não tiveram o devido processo legal respeitado, e nós Parlamentares que temos coragem de colocar aqui e de expor. Eu acho que é a última coisa que a gente pode fazer. E ficam tremendo, porque eu estou dizendo que vai sair um livro, vai sair um filme que a gente vai fazer para que fique registrado na história do Brasil que um dia o Brasil viveu uma ditadura, a ditadura da toga.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Coronel Meira, quero perguntar a V.Exa., que acompanhou a chegada do Presidente à Mesa, se, em algum momento, eu fui interpelado pelo Presidente.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não me lembro, está certo? Não me lembro, mas, com certeza, todas as vezes que vi, você estava lá tranquilo, em momento algum proferiu nada que fosse para...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Eu estava rezando o terço. *(Riso.)*

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Estava rezando o terço. E que tenho certeza absoluta porque vi, estava o Luizinho do seu lado, eu me lembro bem da figura do Luizinho, o Sóstenes. Quando o Hugo chegou, você já tinha levantado da cadeira. Em resumo, não foi necessário em momento algum: *"Pollon, saia da cadeira! Pollon, deixe o Presidente sentar! Pollon, tu está errado aí, saia!"* Não, em momento algum. Você



levantou espontaneamente da cadeira, e o Presidente Hugo Motta veio e sentou logo em seguida.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Quero perguntar a V.Exa.: eu fui o único Parlamentar que ocupou aquele espaço?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não. Acompanhei, como disse, lá de Portugal, com o assessoramento do nosso gabinete, tudo que estava acontecendo, inclusive vi o revezamento que foi feito. Inclusive sinto muito, não sinto mais porque eu estava cuidando da minha família, que é o bem maior que a gente tem, está certo? Eu estava matando saudade, eu e minha esposa, de mais de 1 ano sem ver meu filho e minha nora, que estavam em Portugal. E saíram do Brasil unicamente porque, neste País, neste País, não tem condições de um jovem poder progredir, está certo? A gente tem uma total instabilidade! Qual é o futuro deste País para os nossos jovens, para quem estuda? Porque os meus filhos estudam, são primeiro lugar, passam em tudo, todos engenheiros formados, porque eu e minha esposa, a gente renunciou de viajar para a Europa, para tudo, para dar educação a eles. Então, graças a Deus, eles correspondem. Então, em momento algum me arrependo de estar com o meu filho, está certo? Mas volto a dizer: antecipei minha viagem para vir aqui participar desse momento histórico. Eu digo que esse momento que aconteceu foi um momento histórico para, exatamente, o Brasil.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Pergunto a V.Exa. se, durante o ato de obstrução, o senhor teve notícia ou acompanhou qualquer ação injuriosa, violenta ou qualquer impropério desferido a quaisquer um dos Parlamentares, inclusive o nosso Presidente.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Nesse dia em que estava aqui, que foi um dia único, não vi nada. Muito pelo contrário. A preocupação de todos nós que fazemos oposição a este atual desgoverno, a preocupação que tinha era o quê? Preservar a Câmara, preservar o Presidente Hugo Motta e se ter uma saída honrosa, honrosa, do fato que já tinha acontecido e estava exatamente para chegar à conclusão.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Pergunto a V.Exa. se o senhor se recorda, porque o PL apoiou em bloco a eleição do Presidente Hugo Motta, se o senhor se recorda se pautar a anistia fazia parte do acordo que nos foi apresentado como Parlamentares para que depositássemos o nosso voto.



O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Foram feitas várias reuniões com o Presidente Hugo Motta na época. Particpei de uma exatamente com a bancada da segurança pública, onde foram colocados exatamente os compromissos. Mas esta reunião onde foi exatamente colocada a anistia foi transmitida a nós através do nosso Líder Sóstenes, que fez um trabalho com todos. A gente questionou. E, com certeza, nas reuniões do PL com o Sóstenes, depois com o nosso Presidente Valdemar Costa Neto, com o Altineu, que seria colocado exatamente como está hoje, Vice, foi colocado que uma das pautas que a gente solicitou foi que fosse votada a anistia nesta Casa.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - O senhor se recorda se nós Parlamentares do PL sofremos algum desgaste nas nossas bases em apoiar publicamente esse apoio?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Nas nossas bases, não. Quem verdadeiramente aqui é do PL, e bota a cara e trabalha defendendo a anistia, com certeza a base está olhando, e está agradecendo. Existe uma revolta? Existe. Alguns chegam até a passar das raias do absurdo e dizer: *"Não tem ninguém que resolva isso, que resolva Alexandre de Moraes?"* Eu entendo o que é "resolva", todo mundo entende, mas a gente tem que entender que o melhor instrumento é a democracia. Apesar de eu aos 12 anos de idade já usar um coturno — na vida toda a minha formação foi forjada exatamente na caserna —, sou contra qualquer tipo de governo, inclusive dos militares mesmo, ou de esquerda, de extrema esquerda ou de direita... Eu acho que o melhor sistema é exatamente o sistema da democracia. Por isso que a gente luta tanto. Então, não tenho nada — entendeu? — que possa dizer a respeito.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Se havia o compromisso de se pautar a anistia, por que nós da Oposição fomos instados a colher assinaturas para o apoioamento do pedido de urgência?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Pollon, aí até eu entendo o posicionamento do Presidente Hugo Motta. Não quero dizer que concorde, mas entendo, porque esse submundo que existe aqui na Câmara, nos porões da Câmara, ele existe no Governo e exatamente no STF. E todo mundo sabe que, a partir do momento em que o Presidente Hugo Motta se posicionou para a anistia, ele passou a ter uma perseguição. Ele é de um Estado vizinho nosso, a Paraíba. Conheço a família de Hugo Motta, porque, afinal de contas, a minha origem é a mesma. Eu venho de São João do Cariri, na região do Prata, na Paraíba, que fica próximo de Patos, e inclusive tenho uma ex-cunhada que



exatamente nasceu lá em Patos, e minhas sobrinhas são exatamente lá da cidade de Patos — casada com meu irmão Delamo. E o que que eles fizeram? A Polícia Federal foi e abordou a avó de Hugo Motta, que é Deputada Federal, o pai de Hugo Motta, enfim, levantaram coisas que, segundo eu tenho informação, foram todas resolvidas e esclarecidas. Então, é esse o mecanismo dessa junção que existe, junção maligna, uma junção do satanás, verdadeiramente. A gente que crê — somos católicos —, a gente sabe que a grande luta hoje no Brasil é do bem contra o mal, que é exatamente esse consórcio que existe hoje no Brasil, que é PT-STF. Está claro este consórcio para todo mundo: PT-STF. E aí, amigo, quem se opuser a isso aqui, e inclusive posso ser até eu... Mas eu não tenho medo, não, graças a Deus nasci destemido.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Tem mais coragem que juízo, não é?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - O velho gerou um cabra destemido, um paraibano macho lá do Sertão. Mas é exatamente isso aí. Tem interferência total.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Coronel, nós conseguimos as assinaturas?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Todas as assinaturas foram conseguidas e, também, todos os Líderes assinaram. Primeiro momento: Liderança, os Líderes concordaram. Segundo momento: assinatura de Parlamentares, conseguimos a assinatura de Parlamentares.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Pergunto a V.Exa. se a anistia foi pautada no primeiro semestre.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Até hoje não foi pautada, não é? Nós estamos aguardando. Eu ainda faço fé. Eu tenho fé num Deus... Espero que esta semana, mas temos duas semanas ainda.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Quando nós retornamos do recesso — todos estivemos nas nossas bases —, o que motivou o ato de obstrução, capitaneado, como o Marcel pontuou, pelos Líderes do Senado e por alguns Líderes aqui da Câmara?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - A pressão de todos, não é? A revolta é grande no Brasil, não enxerga quem não quer. É só fazer uma pesquisa. Bote pesquisa em campo para ver. Então, a revolta é geral. O povo brasileiro é um povo pacífico por essência, Pollon, pacífico por essência, e ninguém aceita uma situação dessa — ninguém aceita uma situação dessa. Inclusive, pessoas que se dizem da Esquerda, pessoas que



fizeram o "L", chegam para conversar e, realmente, quando a gente coloca, que conversa, que inicia um debate: *"Realmente está demais, realmente é um absurdo"*.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Pergunto a V.Exa. se eu, o Marcel Van Hattem ou o Zé Trovão fomos os três atores que motivaram, orquestraram, organizaram, ensejaram, convidaram e deram ensejo inicial ao ato de obstrução.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Com certeza, não. E aí está a prova, com imagens, com tudo. E até me sinto no dever de dizer que eu queria estar exatamente sentado aí do lado dos senhores. Queria, de coração, estar aí sentado do lado dos senhores, porque todos nós aqui queremos um bem maior para as nossas famílias, que é a paz. Um país que vive sem ter paz não é um país. O povo brasileiro é tão pacífico que não tem coragem de ir para uma guerra civil — não tem coragem de ir para uma guerra civil. Agora, a revolta está grande. E eu tenho certeza absoluta de que, na próxima eleição, se for respeitado o voto — se for respeitado o voto —, vai vir uma resposta nas urnas, pode crer, vai vir uma resposta nessas urnas que ninguém desse lado aí do mal acredita que vai vir. Mas eu tenho certeza de que vai vir uma resposta positiva para quem defende a paz, para quem defende um país pacificado, um país em que se possa trabalhar, em que seus filhos possam morar aqui no Brasil e ver um futuro. Então, é isso que a gente deseja e quer.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Deputado Coronel Meira, eu entendo o sentimento de V.Exa. e creio que nós três aqui compartilhamos do mesmo sentimento, porque, quando você vive num estado de exceção, não está sendo vítima de nenhum tipo de perseguição e é oposição, você está sendo oposição do jeito errado. Mas quero perguntar a V.Exa., de maneira muito respeitosa, se durante o ato de obstrução... Nós conseguimos observar nas imagens que praticamente todos os Líderes do Centro, junto com o Líder do PL e também com o do NOVO, estavam presentes no átrio da mesa. E foi mencionado ali que se buscava um acordo para a desocupação do espaço. O senhor tem conhecimento desse fato?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Total, como já narrei aqui detalhadamente. E quero parabenizar todos os Líderes que procuraram exatamente respeitar a Casa. Porque o que eu vi da Esquerda foi um desrespeito à Casa. Eles realmente desrespeitaram. Desrespeitam todo dia a Casa, não é? E realmente foi feito um acordo. Isso aí eu vi pessoalmente, um acordo de que os Líderes iriam buscar o Presidente da Casa, Hugo



Motta, iriam avisar, para a gente desocupar, e o Hugo Motta viria, assumiria e iniciaria exatamente a Ordem do Dia. Foi isso que ficou muito claro. Não existe dúvida nenhuma.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Para deixar ainda mais claro e constar na ata e nos autos, ao que parece os Líderes ensejaram um acordo com a Presidência desta Casa em que se posicionariam na entrada de acesso à mesa, onde comunicariam oficialmente o fim da obstrução. Todos nós, de maneira ordenada, desocuparíamos, em bloco, o espaço — todos nós desocuparíamos, em bloco —, e, uma vez estando o espaço completamente vazio, subiria toda a Mesa, não só o Presidente, ocupariam seus respectivos lugares e dariam início aos trabalhos. Foi isso?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Exatamente assim como o nobre Deputado acabou de narrar.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - E aí eu pergunto a V.Exa.: como é que se deu a desocupação, de fato, da mesa? O que aconteceu depois desse combinado? Veja que foi feito esse combinado — quero que fique consignado —, foram avisados todos os Parlamentares de que seria feito dessa forma, de que haveria uma desocupação em bloco e todos os Líderes ficariam embaixo, de que não subiria ninguém do Governo, ou da Esquerda, para que nós não demonstrássemos que houve um achincalhamento do nosso ato e que nós fomos removidos de lá à força. Seria um ato consensual, com o compromisso de se pautar, primeiro, a PEC das garantias ou, como a imprensa chamou, a PEC da blindagem, e na sequência seria pautada a anistia. Foi esse o combinado?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Exatamente esse o combinado, porém a Esquerda desta Casa, o atual Governo, ficaria muito ruim para eles se acontecesse da maneira que nós concordamos todos ali. Como eu só participei de um dia...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Mas houve o acordo?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Houve o acordo.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Houve o acordo.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Houve o acordo.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - E o acordo foi comunicado a todos os Parlamentares que estavam lá em cima?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Com certeza, a todos.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - E aí eu pergunto a V.Exa., especificamente: o acordo foi cumprido?



O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não foi cumprido o acordo, em virtude, como eu estava dizendo aqui agora, de que a Esquerda...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Tumultuou.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - ... se mobilizou, foi contra esse acordo, e queria fazer o carnaval, está certo? E tentou fazer. E aí foi, pressionou...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Mas aos Parlamentares que estavam lá em cima foi comunicado exclusivamente que havia o acordo e que a desocupação seria nos termos do acordo?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Havia o acordo, e a gente estava aguardando. Por isso, o Zé Trovão, que estava de costas exatamente para a subida da escada, foi pego de surpresa com a presença do Presidente Hugo Motta querendo passar.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - O senhor, observando isso aí... Vê-se nas imagens que, tão logo o Presidente chega, o Zé Trovão lhe concede a passagem, graciosamente. O senhor presenciou, ouviu ou teve notícia de qualquer ato de hostilidade por parte do Deputado Zé Trovão?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Nenhuma. Apesar do tamanho, 2 metros de altura por 1 metro de largura, é um *gentleman*.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - O coração é maior que ele, não é?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - O coração é maior que ele.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Deputado, ficou consignado no acordo que haveria essa sucessão de votações, já na outra semana, da PEC das prerrogativas associada à votação da anistia?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Essa pergunta aí eu quero que, se possível... Para responder corretamente, seria com o Líder Sóstenes e o Líder Zucco. Eu não participei dessa reunião mais fechada...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Mas nos foi falado isso.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - ... mas nos foi repassado isso, exatamente, dessa maneira.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Foi falado isso. Pois muito bem. Na semana que se sucedeu aos eventos, a anistia foi votada?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Espero que seja votada amanhã.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Na outra semana, a anistia foi votada?



O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Espero que seja votada amanhã.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Foi apresentada a votação da PEC das prerrogativas chamada pela imprensa de PEC da blindagem. O PL votou favoravelmente a essa PEC?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Votou favoravelmente à PEC.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Entregou todos os votos?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Entregou todos os votos, porque a gente entende que esta Casa tem que estar protegida contra o STF.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Pois bem. Eu sofri desgaste no meu Estado por conta da minha votação, uma vez que a imprensa divulgou que era PEC da blindagem. V.Exa. também sofreu esse desgaste?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Com certeza. Todos nós sofremos. Houve uma interpretação, ou foi montada uma interpretação da PEC da blindagem...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Uma narrativa?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Uma narrativa, uma narrativa que não é verdadeira.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Mas V.Exa. assume que nós tínhamos consciência de que sofreríamos esse desgaste e que assumimos o ônus desse desgaste porque o nosso interesse maior era que fosse pautada a anistia?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Com certeza.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Ao que parece, V.Exa. dá mais importância à anistia que ao seu próprio mandato.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Cem por cento.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Ao que parece, outros Parlamentares ombreiam com o senhor no mesmo entendimento

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Com certeza. Graças a Deus.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - E eu pergunto ao senhor: depois de nós termos entregue 100% dos votos do PL, praticamente, a essa PEC, algo que nos causa desgaste na nossa base eleitoral, desgaste sabido, e que assumimos conscientes de que ele viria, por conta de que havia o compromisso, mais uma vez, de que fosse pautada a anistia, foi pautada a anistia?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Aguardo que seja pautada amanhã.



O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Pois muito bem. Além disso, Sr. Coronel Meira, quero perguntar a V.Exa.: observada a desocupação da mesa, o início dos trabalhos foi imediato, ou levou de 5 a 10 minutos para que eles fossem retomados? Se sim, isso demonstra que não houve qualquer prejuízo, seja na presença do Deputado Zé Trovão, seja na presença do Deputado Marcel van Hattem, seja na minha presença naquele momento?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Com certeza não houve nenhum prejuízo. Demorou um pouco, e foi em virtude exatamente de o Secretário da Mesa ter uma certa dificuldade de chegar até o seu local de trabalho, mas em momento algum... Tudo muito pacífico, muito ordeiro. Volto a dizer, o próprio Presidente Hugo Motta — está registrado nas imagens —, ele estava exatamente com o semblante de que estaria, vamos dizer assim, satisfeito com todo o acordo que foi feito.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Pois bem. A que V.Exa. atribui o fato de estarmos apenas nós três aqui?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Exatamente o fato gerador é o PT, o PSOL. O Lindbergh Farias e a Talíria, eles não sabem, realmente, exercer o papel para que foram eleitos, de vir para a Casa dialogar, debater, e perder, porque a gente perde e ganha, mas perde e ganha dentro do respeito à democracia, ao voto.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - V.Exa. percebe algum grau de pessoalidade nessas representações, sendo que existiam mais de setenta Parlamentares envolvidos na obstrução?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não, nenhum.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Então o senhor acha que o fato de nós estarmos aqui não é nada pessoal?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não, nada pessoal.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Muito bem. Bom, V.Exa. preside a Subcomissão que trata dos presos políticos. Eu queria perguntar se o senhor tem conhecimento... Vou refazer a pergunta. Foram setenta Parlamentares que participaram do fato. Foram setenta Parlamentares que participaram do fato. Por que que só nós três estamos aqui?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Exatamente porque vocês são objeto de quem? Da perseguição que é feita por Lindbergh Farias.



O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Então há pessoalidade.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Exatamente, pessoalidade.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Então, há pessoalidade.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - O.k..

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Então, há pessoalidade. Muito bem. É só para deixar claro que a testemunha não tinha entendido a pergunta.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não, não entendi, pensei que seria alguma coisa contra vocês dos outros Parlamentares.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Não, não, dos nossos colegas não.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - O.k.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Dos inimigos. *(Risos.)*

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Dos inimigos.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Pois muito bem. O senhor preside a Subcomissão que trata dos presos políticos do Brasil. V.Exa. em algum momento teve conhecimento da minha participação dando suporte humanitário às vítimas do 8 de Janeiro?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Total, desde o início, indo a presídio, apoiando, inclusive colocando advogado, sendo advogado. Então quero lhe parabenizar, está certo? Eu tenho certeza de que também V.Exa. trocaria o seu mandato exatamente por uma anistia total e irrestrita, ampla, total e irrestrita no Brasil.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Então não seria exagero pontuar, especificamente, que muitos dos relatos de violência, abuso, tortura ocorridos eu os vi pessoalmente e eu conheço essas pessoas individualmente, uma a uma.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Com certeza. Sou testemunha desse fato, porque a gente tem esse trabalho conjunto desde o início.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Exmo. Sr. Deputado, foi noticiado pelo Ton Molina: *"Uma mãe chora ao abraçar duas crianças enquanto fala 'saudades' repetidas vezes. Ao agachar, é possível ver uma tornozeleira eletrônica em sua canela. Uma das crianças pergunta sobre o pai, e ela responde: 'Seu papai está chegando já, já. Ele está cumprindo uma missão'".* Essa senhora é dona de um *trailer* de lanches em Vitória da Conquista, na Bahia. Ela ficou 6 meses presa, enquanto seu marido, também detido nos autos, segue na cadeia. O casal tem três filhos, dois deles menores de idade. O senhor



tem conhecimento desse abuso, ou de algum outro que seja conveniente o senhor ressaltar?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Todos sofreram exatamente abusos, como o amigo está colocando. É um absurdo o que aconteceu e ainda está acontecendo, porque nós temos vários brasileiros que estão fora do Brasil — na Argentina, no Paraguai, em todo lugar —, sofrendo, sofrendo porque não podem estar vendo sua família, está certo? Então, isso, com certeza, é uma coisa assim terrível, chocante, e vai ficar registrado. Vão ficar registrados na história do Brasil todos esses crimes: crimes contra a humanidade.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Em nota, o STF garantiu que os processos têm corrido — abre aspas — "com garantia do contraditório e ampla defesa". O senhor tem conhecimento de algum advogado reclamando de falta de acesso aos autos?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Totalmente falta de acesso, e inclusive levou à morte um dos grandes guerreiros advogados, que é o Dr. Luiz Felipe, que faleceu...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Meu amigo.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Meu amigo também. E quero aqui render uma homenagem a todos os advogados do Brasil que encampam essa luta...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Quer continuar depois?

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Eu quero fazer uma pergunta a V.Exa. Fizemos o acordo de parar às 12 horas...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Eu posso continuar depois.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Ou quer parar agora e retornar às 13 horas?

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Eu posso continuar depois.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Falta muito ainda?

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Falta. Agora eu entrei em outra seara.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Então vamos suspender...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - A minha ideia, Sr. Presidente, era demonstrar, primeiro, os abusos que estão acontecendo. Segundo, que eu os conheço, que eu recebi essas pessoas na minha casa, que eu estive na Papuda e na Colmeia. Eu vi o que aconteceu — não é de ouvir dizer. Todos os Parlamentares da Direita e muitos do Centro



também têm recebido apelo de familiares ou de conhecidos, ou até o apelo público para que cesse essa sandice, esse capítulo horrível da história brasileira. Só que no meu caso é um pouco diferente. Eu conheço essas pessoas. As pessoas que estão e estavam presas se dirigem diretamente à minha pessoa. Até hoje, há pessoas que sofreram esses abusos que só têm acesso à medicação controlada porque eu compro, porque nem emprego elas têm. Tem uma professora do meu Estado, Sr. Presidente, uma senhora humilde, intérprete de Libras, que perdeu o emprego. Eu tentei colocá-la no meu gabinete como assessora, para ela me ensinar Libras. A Casa proibiu, por conta do histórico criminal dela, porque, pelo Regimento, é incompatível. Então, eu quero deixar consignado, no julgamento do meu processo, que, no meu caso específico, eu vi o que aconteceu *in loco*. Eu sei o que aconteceu, porque essas pessoas falam para mim. E são essas notícias que eu vou reportar ao Sr. Coronel Meira, como eu faria para todos os advogados, que não vão se fazer presentes. Mas ele, como Presidente da Comissão, já ouviu esses relatos. Então, eu tenho vários pontos, um a um, e eu posso continuar depois.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - É um direito de V.Exa., e o tempo aqui é de V.Exa.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Vamos suspender agora, para o almoço, de acordo com o combinado, e às 13 horas estaremos aqui novamente, para continuar.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - A propósito, Sr. Presidente, quero ressaltar a excelente condução dos trabalhos de V.Exa., como tem feito sempre aqui nesta Comissão. Nós nos conhecemos aqui há bastante tempo, e também o eminente Sr. Relator. V.Exas., assim como o corpo técnico desta Comissão, sabem da minha postura extremamente ética nesta Comissão. Eu jamais faltei com respeito a nenhum colega. Eu jamais participei de nenhum momento de lacração na Internet com nenhum colega. O meu maior contrainterlocutor, ou opositor, aqui é o Deputado Chico Alencar. Os debates mais intensos que tenho a respeito de garantias fundamentais são com o Deputado Chico Alencar, e em momento algum nós nos desrespeitamos. Eu faço questão de demonstrar os abusos de que tomei conhecimento e o contato fino, contato próximo, que tenho com essas pessoas, porque eu vejo nelas pessoas do meu círculo próprio. Quando eu vejo um



senhor preso injustamente, quando tomo conhecimento disso aí, eu vejo que meu avô poderia estar na mesma condição, que meu pai poderia estar na mesma condição, meus irmãos, ou meus filhos. Então, é isso que eu quero deixar consignado e demonstrado. Podemos continuar depois, Sr. Presidente, porque, reitero — e o corpo técnico sabe —, em momento algum nesta Comissão eu faltei com respeito a nenhum colega. O fato é que é impossível para um ser humano que tenha um pinga de humanidade no coração suportar o conhecimento que eu tenho sobre a vida dessas pessoas e não fazer nada. O que aconteceu no dia da obstrução nada mais foi do que um conjunto, uma avalanche, uma sucessão inequívoca de abusos acontecidos no País, que culminaram num pedido desesperado da Oposição para que fosse feito algo absolutamente regimental, que é respeitar a democracia e ir para o voto, exclusivamente pautar um projeto que restabeleça a anistia, que, como já ficou consignado, foi acordado na eleição, foi acordado depois do pedido de urgência. E, sim, nós estamos em uma situação desesperadora. O que culminou naquele ato de obstrução foi, sim, o clamor, o grito dessas pessoas. Não há mandato, Sr. Presidente, que valha um dia sequer de um inocente preso, e são dezenas, são centenas, são milhares que, além de presos, estão sendo humilhados e torturados à nossa revelia. Nós não suportamos mais. Eu agradeço enormemente a paciência que V.Exa. tem tido comigo, porque eu sei que minhas perguntas são extensas, mas é importante que esta Comissão saiba, que esta Casa saiba e que o Brasil saiba que nós não nos calaremos, nós não retrocederemos e nós lutaremos até o final pelo fim dessa injustiça. Mais uma vez, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - No tempo de V.Exa., suspendo a sessão. A previsão é que retomemos a reunião às 13 horas em ponto. Vamos almoçar.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Boa tarde a todos.

Reabro a sessão, para dar seguimento às oitivas.

Vamos continuar ouvindo o Deputado Marcos Pollon, que está inquirindo o nosso Deputado Coronel Meira.

Seguimos com a sessão.

(Pausa prolongada.)



O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Vamos dar seguimento à nossa oitiva.

Deputado Marcos Pollon, peço a V.Exa. que dê continuidade à sua oitiva ao Deputado Coronel Meira.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Obrigado, Sr. Presidente.

De início, eu quero consignar o pedido das testemunhas suplementares. Acho que esse seria o termo técnico. E, dado o princípio da oralidade, que conduz os atos processuais e é princípio geral do processo civil, vou pedir vênica para falar, oralmente, os nomes.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Presidente, só quero fazer um aparte.

Peço a V.Exa. que faça a indicação das duas testemunhas, assim como o Deputado Marcel van Hattem e também o representante do Deputado Zé Trovão.

Nós havíamos combinado que, até às 13 horas, V.Exas. iriam indicá-las. Nós voltamos às 13 horas e estamos dando continuidade à oitiva agora.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Serão os Deputados Delegado Paulo Bilynskyj e Mauricio Marcon.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Vou pedir à Secretária da Mesa para anotar os nomes dos Deputados Delegado Paulo Bilynskyj e Mauricio Marcon.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E o Deputado Luiz Philippe, que estava pronto para entrar, mas tinha um voo. Ele pediu para ser colocado para mais tarde.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Mas esse já estava marcado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Já estava, mas, como atrasou o início...

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Perfeito.

Deputado Marcos Pollon, os dois...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - O meu seria o Deputado Messias Donato.

Deputado Marcel, V.Exa. indicou o Deputado Zucco como sua testemunha?

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Não.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - O Deputado Frederico está em deslocamento. Eu não sei se ele vai ter tempo.

O Deputado Evair está na Casa? *(Pausa.)*



O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Deputado Marcos Pollon, a Secretária da Mesa, a Adriana, está informando que o Deputado Dr. Frederico está em deslocamento, mas ele consegue fazer por vídeo por um dos celulares.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Ótimo.

Mas eu queria pedir a V.Exa. — se não houver tempo para o Deputado Dr. Frederico — a indicação do Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - O.K. Então, V.Exa. está colocando os dois...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - E um terceiro em substituição, caso o Deputado Dr. Frederico não consiga.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - O.K.

Qual é o nome do terceiro?

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Deputado Alfredo Gaspar, sem nenhum problema.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Está ótimo.

Então, Deputado Messias Donato e Deputado Evair.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Está anotado aí?

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Caso o Deputado Dr. Frederico não possa, o Deputado Evair, por vídeo.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Perfeito. Está anotado aqui pela Secretária da Mesa.

O representante do Deputado Zé Trovão está aqui? *(Pausa.)*

Nós tínhamos dado o prazo até as 13 horas. Como ele não compareceu, Presidente, eu queria, se não chegar essa informação até as 13 horas e 30 minutos — já com 30 minutos de tolerância — indeferi-la.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - O.K. Então, vamos seguir.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Eu vou fazer uma ligação para o Deputado Zé aqui.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - O.K.



O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Só para ficar claro para o Deputado Marcel e o Deputado Marcos: nós combinamos até as 13 horas. Já são 13 horas e 23 minutos, e não chegaram ainda as testemunhas do Deputado Zé Trovão.

Estou informando para o Presidente que o limite, se ele acatar, é até as 13 horas e 30 minutos, ou seja, mais 30 minutos de tolerância.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Chegou.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Chegou o representante do Deputado Zé Trovão?

V.Exa. já chega e nos informe, de pronto, o nome das duas testemunhas, por gentileza.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Nós não conseguimos a confirmação em função do tempo. Então, a gente vai ter que declinar pelo prazo dado.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - O.K.

Então, Presidente, o Deputado Zé Trovão declina do pleito da inserção de dois Parlamentares ou pessoas que estivessem presentes lá no plenário no dia do ocorrido.

E ficamos com as testemunhas do Deputado Marcel e do Deputado Marcos, para que possamos ouvi-las.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Registrado.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Podemos?

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Pode seguir.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Muito bem, Exmo. Sr. Deputado Coronel Meira, o Ministro Flávio Dino, que era Ministro até então... E a gente vê, em algumas filmagens, que estava bem tranquilo durante o evento — no linguajar de onde eu fui criado, diria até um pouco serelepe —, não demonstrava qualquer preocupação. O que nos causou estranheza foi o fato de não ter disponibilizado ao Supremo as filmagens — e em Brasília há câmara por todo lado. Isso nos causa uma desconfiança inamovível. Mas ele diz que: *"O dia 8 de janeiro ainda terá toda a sua terrível história contada, os covardes que estão na sombra serão revelados e julgados."* Ao que parece, ele faz, na verdade, uma profecia, porque há toda a aparência de que o que houve aqui foi similar ao incêndio do Parlamento alemão, para justificar uma crescente onda autoritária no País, algo completamente alegórico, forjado. Não há golpe em final de semana com pessoas desarmadas, sequer sem capacidade física, porque a maioria eram idosos e crianças



para fazê-lo. Quando muito, alguns infiltrados, se não até contratados, fizeram atos de vandalismo. Eu queria que o senhor discorresse sobre quais informações o senhor tem a respeito da inocência dessas pessoas e, principalmente, do fato desse chamado golpe, que as pessoas têm dito "golpe do Alexandre Moraes", tenha sido um ato alegórico e tramado por, segundo palavras do Flávio Dino, *"covardes que estão nas sombras"*. Espero, sim, que sejam revelados. Espero que, se não julgados pela Justiça brasileira, porque eu acho muito difícil, sejam julgados pela história.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Realmente, é um fato que já foi bastante tratado, mostrado, inclusive com imagens de vândalos que adentraram antes os prédios, devidamente protegidos pelo General G. Dias — ninguém tem dúvida disso — e todos que estavam ali trabalhando. A gente sabe também que não foram acionadas verdadeiramente as forças que deveriam ter sido acionadas. Ele sabia do fato que estava acontecendo, porém, a Força Nacional, enfim, e todos que poderiam ter impedido o ato não o fizeram. Fora isso, é tudo o que, com muita clareza, e está nas imagens — e ninguém pode discuti-las —, mostrando que realmente foi montado. Inocentes que estavam desesperados, que estavam em um acampamento, foram levados, foram conduzidos como uma manada, exatamente para o local onde já estava pronta toda a destruição. A gente sabe que eles nunca fariam uma destruição daquelas. Então, é isso que está bem claro para todo o Brasil.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Deputado, a gente está vendo muitas reclamações das pessoas por não terem acesso aos inquéritos, que estão sendo mantidos em sigilo, e também não terem acesso aos autos, o que seria uma violação de direitos humanos, uma vez que o art. 5º assegura, como elemento da ampla defesa, o contraditório. E, para que você possa fazer isso, é necessário acesso aos autos. Até o pessoal está falando bastante da questão do Filipe Martins, que não está tendo acesso a esse material. Mais do que isso: a minha pergunta é se o senhor tem informação sobre esse grau de sigilo, uma vez que os atos processuais devem ser públicos. O sigilo é exclusivamente para impedir que se atrapalhe a condução do processo. Também causa-me estranheza o fato de o processo da Carla Zambelli, mesmo após o trânsito em julgado, ser mantido em sigilo, o que não tem justificativa nenhuma, talvez para esconder o grau de absurdez do processo. Mas pergunto se o senhor tem conhecimento desse grau de sigilo. V.Exa., como representante do maior órgão legislativo do Brasil, de



representação de voto direto, que se trata aqui... Nós temos aqui 100% dos votos válidos. Na Casa Alta, no Senado, por ser majoritária, nós temos os que tiveram a maioria de votos. Então, não estão todos os votos lá. Mas aqui estão todos os votos, aqui é a Casa do Povo: 100% dos votos válidos se fazem representados aqui. Então, o senhor, como representante do Legislativo Federal, Presidente da Comissão que estuda isto aqui, com certeza teve franqueado o acesso, ainda que de forma sigilosa, a todos esses processos. Então, se V.Exa. sabe desse grau de sigilo, se isso atrapalhou a defesa dessas pessoas e se o senhor tem acesso a esses processos como Presidente da Comissão, uma vez que na CCJ a gente tentou acessar os autos da Carla, mas recebemos um amontoado de documentos completamente bagunçados, muitas vezes, faltando peças. Então, quero saber se V.Exa. teve acesso a isso.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não, não tivemos acesso. Esse é um instrumento que está sendo usado por esse Governo atual... *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Desculpe, como tem a questão do horário das 13h30min, chegaram os nomes das testemunhas para a gente. Será que eu ainda posso passá-los?

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Pode. Ainda faltam 10 segundos.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Deputado Sargento Gonçalves e Deputado Alberto Fraga. Obrigado e desculpe-me pela interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Registrado.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Voltando aqui, respondendo à pergunta, realmente a gente sabe que nesse Governo atual, nesse desgoverno, o STF, como a gente já colocou, esse consórcio PT/STF coloca exatamente sigilo em tudo. Recentemente, o que está mais gritante agora é o sigilo do Banco Master. Então, está tudo sob sigilo agora. Então, com certeza, todos os fatos estão encobertos em sigilos. A gente espera que um dia a gente possa acessá-los, num futuro bem próximo, e poder passar a limpo tudo o que aconteceu no Brasil.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Pelas imagens, a gente vê que alguns vândalos são identificados, só que muitos deles nós não vemos repercussão e nem processo a respeito. O senhor tem conhecimento de pessoas identificadas naquelas imagens que não estejam respondendo processo?



O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - A gente tem o caso exatamente da pessoa que quebrou o relógio. Dizem que está preso. E o mais importante é de uma mulher, que é ligada inclusive a alguns Parlamentares e Ministros, Ana Letícia, alguma coisa dessa, Ana alguma coisa, que foi quem comandou e que desapareceu, sumiu do mapa.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Essa ninguém achou?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Ninguém achou.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - O senhor tem conhecimento de algum outro que aparece quebrando que não foi encontrado?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não, não, não, não. Só denúncias, mas a gente... Eu não posso colocar aqui porque não tenho prova.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Certo. Depois, se V.Exa. puder nos disponibilizar, eu vou tentar me valer do que sobrou da garantia do art. 53, se é que ele ainda existe, para que eu possa fazer divulgação disso usando as prerrogativas, se é que eu ainda as tenho no meu mandato, que seria a inviolabilidade de palavras, opiniões e votos. O Ministro Alexandre de Moraes diz textualmente que ele não precisa dizer que — entre aspas — *"Fulano quebrou a cadeira A ou riscou o quadro B"*, ou seja, deixa textualmente declarado que pouco se importa com a individualização da conduta, o que é pressuposto básico do Direito Processual Penal e do Direito Penal, reafirmando — entre aspas — *"estar lá já é crime"*. O senhor sabe de alguns relatos de pessoas que meramente estavam naquele dia dentro dos prédios, outros até que não estiveram nos prédios? A gente sabe que muitos que não estiveram nos prédios foram condenados e outros ainda que nem sequer saíram do acampamento na frente do Exército e também foram processados e presos. Essa é a primeira pergunta. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Tenho conhecimento. Agora, dizer que conheço ou que tive algum relacionamento, não.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Não conhece as pessoas, mas teve conhecimento que isso aconteceu?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Tenho conhecimento que aconteceu, com certeza.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Pessoas que não quebraram nada foram processadas e julgadas.



O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - É o caso da Dilma lá de Pernambuco, que estava cozinhando no acampamento, nem lá chegou e passou...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Nem para Esplanada ela não veio?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Nem para Esplanada veio e foi presa e ficou tornozeleira até recentemente. E aí eu quero mandar um abraço para o nosso Paulo Faria, advogado dela.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Meu amigo.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Advogado exatamente de Daniel Silveira, nosso amigo, e que a defendeu. E ela hoje está em casa, graças a Deus, e sem tornozeleira.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Bom, então, parece que o fato não é estar lá já é crime. Ser bolsonarista ou ser Direita já é crime no Brasil, porque pessoas que sequer estiveram na Esplanada foram processadas e julgadas. Agora, eu pergunto para o senhor, que é policial, coronel, tem décadas de força policial, então V.Exa. tem um conhecimento vasto sobre o Código Penal, do que é ou não crime, o senhor compreende o que é fato típico: o senhor se recorda de algum tipo penal que descreva estar lá como fato criminoso?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Então, a gente pode dizer que, em tese, essas pessoas foram processadas, presas, julgadas e condenadas por um fato atípico?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Deputado Pollon, eu compreendo V.Exa. e, como Deputado também, eu conheço todo o processo desde quando entramos nesta Casa, mas eu gostaria que o Deputado se ativesse muito mais à finalidade.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sim. Excelência, é que como eu disse no encerramento da primeira parte da reunião, o foco da minha explanação é especificamente sobre um aspecto. A premissa menor que eu estabeleço é que, em 3 anos de convivência nesta Casa, eu nunca faltei com o respeito a nenhum colega.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Sim.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sou membro desta Comissão desde o começo dos trabalhos lá em 2023. E nós somos colegas aqui. A gente se conhece. O



senhor sabe qual é a minha atuação, sempre técnica. Nós já tivemos momentos acalorados aqui dentro, e eu não protagonizei nenhum deles. O que eu quero deixar consignado para a minha defesa é que muito mais grave do que qualquer ato de obstrução que nós tenhamos participado, e digo até junto com vários outros Parlamentares, é muito mais pesado, muito mais grave o que está sendo feito com essas pessoas, porque, veja, não é normal uma pessoa que mantém a vida toda um procedimento ético padrão, sem desrespeitar quaisquer dos limites impostos, sendo conhecido por sua cordialidade e respeito na conduta, inclusive tenho uma relação muito boa com o corpo técnico desta Comissão, justamente por conta do meu perfil. Deve haver algo extraordinário que justifique um ato extremo calcado num fato de obstrução, que, como já apontou o Deputado Marcel, já foi usado reiteradas vezes pela Esquerda em outros momentos históricos e tratado como deve ser tratado um ato político de obstrução. O fato de eu levantar esses abusos é para deixar bem claro, tanto para o Relator como para os nossos pares que vão votar o relatório, num futuro próximo, que houve uma sucessão de motivos que tiram o sujeito mais pacato do seu nível ordinário de conduta. Explico: como eu disse anteriormente, eu conheço pessoalmente boa parte dessas pessoas, então eu quero trazer para os senhores um pouco dos horrores que eu presenciei, que vêm acontecendo, para que entendam que o fato que nos motivou a agir, e nos motiva até hoje, é a inquietação insuportável de saber que, sob os nossos olhos, acontece a maior atrocidade institucional da história da República brasileira, o que culminou no ato de obstrução. Por isso, eu disse das várias vezes que nós acreditávamos que seria pautada, e não foi, dos vários movimentos institucionais que fizemos apelando para que fosse pautada, e não foi. E agora, mais uma vez, para que conste no meu processo, eu selecionei aquele rol extenso de testemunhas justamente porque cada advogado traz um calhamaço de atrocidades, tortura, prisões ilegais absurdas, como essa que acabou de relatar o Deputado Coronel Meira, de uma senhora que nem aqui esteve. Então, esta é a minha linha de defesa, esta é a pertinência temática dos pontos. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Continue, Deputado.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Obrigado, Sr. Presidente. Deputado Meira, seis mães com filhos menores de 12 anos continuam presas, como todos os dias vemos



nos noticiários, condenadas por crimes atrozes como homicídio e tráfico, tendo a prisão domiciliar decretada por serem rés primárias pelo fato de terem filhos menores. O senhor tem conhecimento dessas mães que foram presas, que são todas rés primárias, sem qualquer elemento factual de individualização de conduta?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Temos sim. Além delas, tem vários, vários, vários pais de família que também são o cabeça da casa, avós, que estão presos, que foram presos e que realmente não têm direito. Então o caso das mães é muito mais sério. E eu espero, tenho certeza, tenho fé em Deus de que esta Casa vai se posicionar e que este ano, ainda, nós vamos votar a anistia nesta Casa.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Deputado, eu mencionei, no primeiro turno da nossa reunião, que uma senhora, salvo engano, do Mato Grosso, Alessandra Rondon, que tem um *trailer* de lanche e filhos pequenos, que não tem condição nenhuma de representar qualquer ameaça para qualquer pessoa — quanto mais para o tão falado Estado Democrático de Direito, enorme leviatã que subjuga as pessoas —, foi acusada de crime de associação criminosa armada. Pergunto: a espátula de fritar o lanche, o hambúrguer, é arma? Como uma senhora dessa pode participar de uma associação criminosa armada? O senhor tem conhecimento de alguém que estava armado aqui nesse dia?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Ninguém armado, em nenhum acampamento, não só aqui de Brasília, do Brasil todo. Se há uma coisa que os nossos patriotas são, são ordeiros, respeitadores. Então, é um golpe sem armas. Nunca vi isso na minha vida. Mas a verdade é essa, ninguém armado.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Quando você é preso, você pode comunicar isso para o seu advogado. No entanto, o casal que foi preso, a Alessandra e seu marido, tiveram relatado posteriormente por um dos seus advogados que os filhos do casal chegaram a pensar que os pais os tinham abandonado ou morrido. Essas pessoas foram conduzidas de forma multitudinária ao pavilhão de um ginásio esportivo da Polícia Federal, um troço jamais visto, nem no tráfico. Você nunca viu, por exemplo, a polícia fechar um ambiente de tráfico e conduzir em ônibus e ônibus e ônibus de supostos traficantes para averiguação. Nem no tráfico. O senhor acompanha junto comigo também a iniciativa da Invasão Zero. Você vê o crime de invasão de terra, onde centenas de pessoas cometem o crime de invasão, e nunca um ônibus pegou todo mundo e levou



para a delegacia para fichar todo mundo. Agora, aqui, os manifestantes foram submetidos a isso. Eu pergunto: essas pessoas tiveram as suas garantias constitucionais garantidas, como, por exemplo, comunicar um advogado ou a família? A audiência de custódia, em 24 horas, eu sei que não aconteceu. Isso acontece para traficante, para homicida.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Com certeza não, e muito pior. Não tiveram nem direito a sanitário, não tiveram direito a tomar remédios. Alguns têm debilidades e precisam realmente tomar os remédios com continuidade de tratamento. Realmente, tudo um absurdo, Pollon, e todos que estão nos assistindo aqui. Quebraram, está certo? Foram quebradas todas as condições de dignidade humana com essas pessoas que foram, como eu já disse, como um rebanho: orientadas, empurradas para dentro de ônibus. Isso, com a aquiescência, exatamente, do Exército Brasileiro, o que é uma vergonha. E eu posso falar isso porque sou amigo do Exército. Inclusive, a gravata que estou usando hoje aqui, olha, é do Exército Brasileiro, que eu ganhei. Então, hoje, o General Ribeiro, que é o Comandante Militar do Nordeste, fez um belo trabalho, está passando o comando. Hoje era para eu estar lá, exatamente, na passagem de comando dele. Mas, em virtude, exatamente, de todas as pautas aqui, importantes, inadiáveis, ele entende, como amigo, que eu não posso estar lá nessa passagem, mas estarei com ele no próximo final de semana. Quero dizer realmente, Pollon, foi usado. Usaram o Exército, usaram o Exército para essa orientação. A gente tem depoimentos de pessoas que foram escolhidas, exatamente, para fazer esse trabalho. Infiltraram antes, e a gente que é da polícia, do setor de inteligência, sabe como se faz isso: se infiltra antes, exatamente, nos locais onde a gente quer. E esses infiltrados que já estavam há alguns dias inclusive dormindo em barracas aqui no DF foram os que levaram os inocentes a cometer esse ato, unicamente de deslocamento e de pressão. Nunca de depredação, nem de anarquia.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Seriam esses os que saíram dos prédios utilizando *rappel* pelas laterais do Planalto?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Com certeza. E fizeram porque quiseram, porque estavam com total proteção de G. Dias, de toda a equipe desse atual desgoverno, para que pudessem fazer, e depois sair ilesos, inclusive com vestimentas da camisa do Brasil, bandeiras do Brasil, que depois tiraram. Existem filmagem deles em ônibus mostrando a sua cara verdadeiramente, com camisas do Lula, do PT, camisas vermelhas,



debochando dos inocentes que foram levados a cometer esses delitos. Foram imputados a eles, na verdade, os delitos que foram feitos.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Deputado, na Subcomissão que o senhor preside, eu fiz uma denúncia de uma mulher do meu Estado que, quando estava presa, provisoriamente na Colmeia, estava sofrendo torturas e maus-tratos. Ela me implorou, aos prantos, que eu não fizesse nada enquanto ela estivesse encarcerada, porque ela apanhava reiteradamente e era hostilizada reiteradamente. Eu não me recordo se uma ou algumas carcereiras se empenhavam de transformar a vida dessa mulher no inferno. Eu quero perguntar a V.Exa. se o senhor se recorda, além desse episódio e desse episódio que eu relatei... Eu vi pessoalmente, ninguém me contou, uma mulher — chegou o tempo da sua regra — que ficou toda ensanguentada, deitada num chão molhado, passando frio, sem poder se limpar, sem poder tomar banho, sofrendo ameaça, tortura, espancamento. Pergunto se, além desse caso, e especificamente também nesse caso, o senhor se recorda de algum episódio de maus-tratos, tortura ou condição desumana que aconteceu com essas pessoas?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Tem vários. Nessas cinco audiências públicas que fizemos, várias mulheres... Inclusive essa última agora, esqueço o nome dela — vou até pedir para gravar o nome para poder citar em alguns locais — tem um problema já no seu organismo. Ela tem exatamente as regras muito fortes, principalmente quando está sob estado exatamente psicológico afetado. São um horror os depoimentos, as imagens. Este é um ponto, Pollon, que a gente tem que depois... Se Deus quiser, para o ano, o ano vai ser um ano difícil, mas a gente tem que colocar o sistema prisional brasileiro, a gente tem que rever muita coisa, porque é um horror tudo que foi narrado, as comidas que foram entregues. A gente sabe que são para todas, com baratas, com tudo. A gente entende que o preso tem que ter um mínimo de dignidade quando está preso. Agora, não podem realmente fazer o que foi feito com todos esses aí, todos os depoimentos que tem, tanto de homem como de mulheres. Inclusive todos saíram, perderam muito peso em virtude de não conseguir se alimentar e não conseguir ter o respeito das suas necessidades básicas de ser humano.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Há algumas semanas, Deputado, um casal de idosos do meu Estado, de Naviraí, pessoas pacíficas e ordeiras, que nunca cometeram nenhum ilícito, nem sequer administrativo, pessoas de conduta ilibada, respeitadas em



comunidade, que contribuem para o desenvolvimento da sociedade, conhecidos por serem pessoas boas, que ajudam várias pessoas, foram condenadas a mais de 14 anos de prisão, o casal, e a uma multa de 30 milhões de reais e, segundo informação do próprio STF, exclusivamente por estarem entre as pessoas. Não se baseia sequer em financiamento da viagem, nem em depredação de absolutamente nada, mas, sim, simplesmente no fato de, como disse o Ministro Alexandre de Moraes, "*estarem ali*". O senhor tem conhecimento de mais pessoas que foram perseguidas e presas por "*estarem*" ou "*não estarem ali*", embora o senhor já tenha deixado claro que não é tipo penal, não existe crime "*estarem ali*"?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Várias, Pollon. Inclusive pessoas que não estavam foram depois presas, foram buscadas em casa por narrativas ou por colocações nas suas redes sociais. Então, foi feito um trabalho, exatamente, coordenado totalmente por Alexandre de Moraes, de vasculhar todas as redes e todo mundo que, por acaso, se opôs ao fato acontecido.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Quero deixar consignado, Sr. Presidente, que, segundo o STF, este casal, do meu Estado (*exibe foto*), não participou de nenhum ato de vandalismo ou depredação, absolutamente nada, apenas cometeu o ilícito imaginário, que não é crime no Brasil, de, abre aspas, "*estar ali*". As condenações foram: abolição violenta do Estado Democrático de Direito, 4 anos e 6 meses; golpe de Estado, 5 anos; dano qualificado, 1 ano e 6 meses; deterioração de patrimônio tombado, 1 ano e 6 meses; associação criminosa armada, 1 ano e 6 meses. Perceba, Sr. Deputado, que o próprio STF reconhece que esse casal não quebrou absolutamente nada. Eu lhe pergunto: onde está o direito de condenar quem, verificadamente, não quebrou absolutamente nada por dano qualificado? A pergunta é: por que eles foram condenados por dano qualificado?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Desculpe, amigo, é porque às 2 horas eu prometi ir para a reunião. Estou mandando avisar aqui.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sem problema, eu já vou terminar. Já vou encerrar.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Tudo bem. A gente vai ficar. Só estou avisando que não vou chegar na hora.



O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - ... por dano qualificado, se foi reconhecido que eles não quebraram nada? Por que eles foram condenados? E, junto, por deterioração de patrimônio tombado, se não quebraram nada? E, junto disso, há no Brasil o princípio da consunção, ou seja, quando existem vários crimes com um escopo só, o crime principal absolve todos os crimes-meio. Então, ou se condena por deterioração do patrimônio tombado, ou dano qualificado, os dois não dá, mas, reconhecidamente, esse casal, segundo a própria manifestação do STF, não quebrou nada. Por que eles foram condenados nesses dois tipos penais, que, no caso, deveria ser um só? Isso, sim, é dosimetria. Na hora de fazer o cômputo da pena, aplicam-se esses princípios. O senhor tem alguma informação de por que houve essa condenação, visto que nós jamais teremos acesso aos autos, que são secretos?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Só lamento. É mais um casal de brasileiros que está envolvido e está sofrendo exatamente por este ditador, o Alexandre de Moraes.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Deputado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado também são crimes correlatos, que deveriam ser aplicados utilizando-se o princípio da consunção, e eles estão sendo somados, coisa que não se faz nem com traficante. A que o senhor atribui esse fato?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Perseguição insana do ditador Alexandre de Moraes.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Associação criminosa armada. É um casal que não é capaz de pegar um troco errado, reputação ilibada, réus primários, sem nunca terem feito nada de ilícito. Foi apreendida alguma arma entre os manifestantes? Foi visualizada alguma arma? Existe notícia de qualquer coisa relacionada a arma neste evento do 8 de Janeiro?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Negativo, até agora nada foi apresentado e não vai ser apresentado, porque nunca existiu.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Dezoito de julho, momentos antes do retorno dos trabalhos desta Casa, quando houve o ato de obstrução: *Moraes manda idosas dos atos de 8 de janeiro de volta à prisão* — Vildete Guardia, de 73 anos, e Iraci Nagoshi, de 72 anos. Durante o recesso, depois de esperar que a anistia fosse pautada, tão logo encerrasse a eleição da Presidência desta Casa, não foi; depois das assinaturas para urgência, não foi; nós aguardamos até o final do primeiro semestre, não foi; nós, durante



o recesso, sendo procurados por essas famílias e por essas pessoas diretamente, todos nós do PL, somos surpreendidos com duas idosas de mais de 70 anos reconduzidas ao cárcere. Essas pessoas, como vocês podem ver, representam que tipo de ameaça à sociedade? Qual é o grau de ameaça que essas pessoas representam à sociedade? Eu peço ao senhor que diga para nós se o clamor deste absurdo, assim como chegou a mim, chegou a V.Exa. no final do recesso?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Desde o início, Pollon. Desde o início, todos nós aqui, que representamos uma fatia do eleitorado brasileiro, lá do meu Pernambuco, muita coisa, de alguns que estavam aqui e do Brasil como um todo, recebemos esse clamor. Então, conversando com os advogados amigos, conversando com todos, as narrativas são as piores possíveis, e, realmente, é um absurdo.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Presidente, este rapaz aqui, com a foto de recém-casado, ao lado de sua esposa, com bebê no colo, chama-se Lucas Costa. Ele relata que foi vítima de tortura e asfixia, que chegou desmaiado no presídio. Ele teve uma filha, e sua filha nasceu quando ele estava em cárcere. Ele só conseguiu vê-la 1 ano depois. Segundo informado pelo detento, houve o disparo de *spray* de pimenta e o fechamento das portas do camburão, a fim de gerar sufocamento pela inalação da substância tóxica. O pai dele conta, o Sr. Evandro, que o filho estava algemado durante ação dos agentes e passou mal devido ao sufocamento. Abre aspas para o pai do Lucas: *"Quando abriram a porta, ele e os outros presos"* — ou seja, não estava só ele ali dentro — *"estavam praticamente desmaiados, e os policiais rindo"*. O senhor tem notícia dessas atrocidades desse pai, que só conseguiu ver a filha com mais de 1 ano de idade, depois de recém-nascida, e a outra, que nasceu, mas com a qual parece ele não conseguiu ter contato até agora?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Nesse caso especificamente, não. Mas, com certeza, acredito que todo o fato aconteceu.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Eu, pessoalmente, vou encaminhar à Subcomissão, vou deixar separado, para que fique consignado que pessoas cometeram o crime, abre aspas, *"de estarem lá"*, um crime inexistente, um tipo penal que não existe, pessoas inocentes que foram presas, torturadas. Que o Brasil saiba que existem alguns Deputados que recebem o clamor dessas famílias todos os dias sem exceção. Existe ainda um número ainda menor de Parlamentares, no qual incluo V.Exa., e me incluo, que



tem contato direto com essas vítimas. Então, muitas coisas que eu relato, aqui, Sr. Presidente, eminentíssimo Relator, não foi alguém que me contou, foram coisas que eu presenciei pessoalmente. Reitero o caso da Profa. Soraia, de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, ativista de direita, sempre pacífica, ordeira, uma simples professora, humilde, que foi presa sem sequer participar desses atos, ainda em Campo Grande, ficou mais de 1 ano em reclusão. Infelizmente, ela não participou da minha campanha, já tinha outros compromissos, mas todos aqueles que ela apoiou, pediu voto, defendeu, nem sequer foram lhe fazer uma visita. Infelizmente, hoje, se ela tem acesso à medicação controlada, é porque eu proporciono. Eu não falo isso para poder divulgar um ato. Eu, por muito tempo, atuei defendendo essas pessoas, e V.Exa. testemunhou o relato das famílias e dos advogados, sem sequer que minha esposa soubesse. Participei da vida e dos crimes contra essas pessoas e jamais divulguei isso nas minhas redes sociais. Isso veio à baila porque os advogados falaram, as pessoas falaram. Então, eu quero deixar consignado, Deputado Coronel Meira, que, assim como V.Exa., essas pessoas têm meu telefone pessoal e me ligam desde o começo do meu mandato. E, para consignar em ata, para que seja considerado o meu julgamento, sou formado em Direito desde 2003, Sr. Presidente. Eu comecei a trabalhar na Escola de Advocacia com 13 anos de idade, em 1994, como *office boy*. O que me levou a ser advogado não foi exclusão de carreira, foi vocação. Eu nunca pretendi fazer concurso, porque cresci visitando a memória de Sobral Pinto, Rui Barbosa, que cunharam várias frases. *"A advocacia não é profissão de covardes"* é de Sobral Pinto. Eu ouvi outras nos átrios forenses, como: *"Quando todas as luzes se apagam, quando todas as vozes se calam, a advocacia se levanta para combater as atrocidades de um Estado de exceção"*. Por conta disso, eu fundei um movimento nacional que defende os direitos fundamentais de primeira geração do art. 5º, os que limitam o Estado, dentre eles, e especificamente, ou até especialmente, o direito à legítima defesa, que é o que assegura o direito à vida. Toda a motivação da minha carreira na advocacia, na cátedra — eu fui professor de Direito por mais de 20 anos —, tinha como objeto o devido processo legal, porque não pode haver democracia, não pode haver Estado de Direito se não houver respeito ao devido processo legal. A minha monografia foi sobre isso, a minha dissertação de especialização foi sobre isso e a minha cátedra repousou sobre isso por mais de 20 anos. Eu me tornei ativista desses direitos por não imaginar o fato de meus filhos crescerem num País em que houvesse uma



ditadura, ou ainda para que pudesse assegurar aos meus filhos a tranquilidade, Sr. Deputado, de ouvir no leito de morte do seu pai que em momentos de crise ele não se omitiu e não se acovardou. Então, peço a V.Exa. que refresque a memória dos que já ouviram e traga a verdade àqueles que não ouviram das muitas atrocidades que nós estamos ouvindo recair sobre pessoas inocentes nesses últimos meses, e até diria anos, para que eles entendam a pressão que nós voluntariamente nos propusemos a carregar sobre os nossos ombros e que muitos de nós, com V.Exa., tomaram para si a responsabilidade de defender a anistia como pauta principal, senão até como o escopo principal da sua vida, diante das atrocidades que têm sido trazidas não só aos nossos gabinetes, mas às nossas cidades e às nossas famílias, e para que eles saibam compreender o ato de obstrução ocorrido nesta Casa, tendo em vista que já ocorreu algo semelhante por motivos muito menos sérios. Digo isso, porque nós estamos lutando pela verdadeira liberdade de um povo inocente e pela democracia. Que eles saibam que, proporcionalmente, o que nós fizemos até hoje é um nada, e que não há mandato de qualquer cargo ou qualquer função que possa valer um dia de quaisquer desses inocentes levados às masmorras do STF de maneira completamente injusta.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Obrigado, Deputado Marcos Pollon.

O advogado deseja falar? Está tudo certo?

Então, o próximo inscrito é o Deputado Marcel van Hattem, que está terminando de engolir aqui o feijão; já engoliu.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - S.Exa. está com sorte, conseguiu almoçar. Eu não consegui, não.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Deputado Marcel van Hattem, V.Exa. tem até 5 minutos para inquirir o Deputado Coronel Meira.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Pois eu tenho uma pergunta. Como representado, eu não posso inquirir por mais tempo? Porque fui colocado no mesmo processo.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Neste caso, V.Exa. não é testemunha dele e está participando. Esse tempo é até por não ser membro da Comissão.



O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas eu sou representado, Presidente.

Eu acho que aí entra mais uma vez a discussão do direito de defesa. Está tudo junto no mesmo processo.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Porém, regimentalmente...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Em processo acusatório — corrija-me os advogados se eu estiver errado — o réu tem direito a... Ou então aguardemos o Hugo Motta separar os processos.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Ele mandando para cá, nós separamos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Enquanto não separa, está tudo junto. Ou está junto, ou está separado.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Deputado Marcel, vamos seguir.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Vamos seguir, mas 5 minutos é nada.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Presidente, eu queria só fazer um aparte aos Parlamentares: nós queremos fazer isso da forma mais técnica possível. Eu não sou especialista no Regimento do Conselho de Ética. Inclusive, esta é a primeira vez que eu estou participando aqui — é o primeiro relatório. O Presidente também não é especialista, embora já esteja aqui há algum tempo. No entanto...

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Porque esse é o primeiro caso. Um caso tríplice, com o mesmo objeto, para nós é o primeiro caso.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - O que eu quero dizer é que nós temos uma pessoa, que é consultora da Comissão, que está aqui há muitos e muitos anos, e, regimentalmente, ela não vai pender para o lado "A", nem para o lado "B", nem para o lado "C". Ela vai orientar ao Presidente e ao Relator o que regimentalmente tem que ser feito.

Então, quanto a essa questão, eu peço que V.Exas. fiquem muito tranquilos, porque seguiremos o que o Regimento declarar. Nós temos uma consultora da Casa,



concursada, que vai estar aqui, tirando qualquer dúvida que eu possa ter ou que o Presidente possa ter.

Então, eu coloco aqui, Deputado Marcel, só para que fique muito claro isso, que nós não vamos atropelar nada, nem dar um passo a mais ou a menos que não esteja no Regimento.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Questão de ordem, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - A condução está excelente, não há nenhum questionamento. Claro, nós temos algumas críticas que são normais, mas nenhum questionamento. Por isso, temos dando andamento aos trabalhos sem nenhum tipo de obstáculo. No entanto, dado justamente o ineditismo da situação, convém fazer alguma argumentação.

Neste caso, entendo e saúdo a assessora que é competentíssima, a consultora da Câmara, por nos estar auxiliando nesse processo. Porém, reforço — e passo a palavra ao próximo inscrito, que quer fazer a questão de ordem — que entendo que todos nós temos o mesmo direito a inquirir todas as testemunhas, estando todos no mesmo processo.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Deputado Marcel van Hattem, o Regimento nos orienta que V.Exa. participe neste momento como um Deputado que não fizesse parte do processo — isso é o que está no Regimento —, embora V.Exa. faça parte de um processo, faz parte do bojo, e a gente compreenda tudo isso. V.Exa. faz parte de um processo todo. Porém, na inscrição deste momento, interpreta-se como se o Deputado Marcel van Hattem tivesse chegado aqui e fosse inscrito para falar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Com certeza. Até V.Exa. está com dificuldade de dizer se eu faço ou não faço parte.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - E eu estou dizendo que V.Exa. tem 5 minutos para fazer a sua inquirição.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Excelência, ele vai fazer uma questão técnica.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Eu queria fazer um aparte, porque, na realidade, Deputado Marcel van Hattem, V.Exa. vai ter direito a fazer nas duas qualidades. Regimentalmente, neste momento, V.Exa. está fazendo como Deputado, vai ter o direito assegurado. Quando chegar a sua vez, V.Exa. vai poder ter o tempo que



quiser, assim como foi concedido ao Deputado Marcos. Então, V.Exa. vai ter as duas possibilidades, uma delas é a de fazer como Deputado que está aqui no Conselho de Ética, participando, com o tempo restrito, conforme o Regimento. Porém, quando chegar a vez de V.Exa., V.Exa. terá todo o prazo.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - *Data maxima venia*, Sr. Presidente, com todo o respeito ao eminente Relator, há aqui uma situação de litisconsórcio passivo. Neste julgamento que se deslinda neste momento, nesta reunião, tanto eu quanto o Marcel e o Zé somos parte integral de todo o feito. Então, não existe a possibilidade, de maneira abstrata, de qualquer um de nós três ser considerado como não parte, porque as testemunhas de defesa no processo acusatório beneficiam todos os acusados da estrutura litisconsorcial.

Nós já fomos prejudicados pelo indeferimento do rol de testemunhas. Eu tinha oito. Esse número baixou para três: o Coronel Meira e mais os outros dois. Dos meus oito, só o Meira veio, porque os outros não presenciaram, e eu respeitei a decisão do Relator. S.Exa. adotou um critério técnico, com base no livre convencimento motivado, de que só haveria pertinência.

Como o juiz é o senhor das provas, e ele é o nosso juiz, nós buscamos contemporizar, trazendo de forma suplementar outras duas testemunhas, não as oito que o Regimento nos assegura. Então, vou ficar com três, de maneira que eu já tenho a defesa prejudicada. Muito provavelmente o Deputado Marcel, por também ser parte, pode trazer alguma pergunta dentro das estruturas de perguntas que ele vai fazer que me beneficie. Não houvesse essa correlação, não haveria essa conexão. Então, é imperioso, por conta da conexão, que nós três sejamos tratados efetivamente como o que nós somos, porque aqui os três estão sendo julgados simultaneamente e receberão o mesmo relatório. Nós estaremos, creio eu, como estamos no mesmo processo, no mesmo relatório. Assim como a sentença trata de todos os fatos, embora existam inúmeras defesas, participaremos do mesmo relatório, uma vez que os atos aos quais nós estamos sendo submetidos são os mesmos atos.

Então, rogo a V.Exa., de maneira extremamente respeitosa, que considere o fato de o Deputado Marcel como parte se pronunciar também como parte.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Tem a palavra o Dr. Ricardo de Siqueira Martins.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Eu, na qualidade de procurador do Deputado Marcos Pollon, poderei fazer perguntas às testemunhas dos outros?

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Deputado Marcos Pollon, Deputado Marcel van Hattem e demais Deputados aqui presentes, a gente está conduzindo este momento com a maior tranquilidade, respeitando todo o processo legal.

Eu entendo a necessidade de o Deputado Marcel fazer as oitivas dele pelo seu posicionamento dentro do processo, mas, pelo Regimento aqui — e nós vamos seguir o Regimento —, o Deputado Marcel van Hattem vai seguir com os 5 minutos previstos pelo Regimento. Depois disso, certamente, quando iniciar a parte dele, terá todo o tempo regimental para seguir e até fazer as suas considerações dentro do processo, mas eu preciso seguir o que está aqui.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, eu preciso que o senhor faça constar qual é o artigo do Regimento que trata especificamente deste caso de apensação, porque este caso, até onde eu entendi, é inédito. Então, cabe a V.Exa...

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Presidente, eu queria só fazer uma contribuição aqui.

O art. 12 do Regimento do Código de Ética e Decoro Parlamentar, no seu inciso III, dispõe que "*após a inquirição inicial do Relator, será dada a palavra ao representado*". Isso já foi feito quando foi dada a palavra ao advogado do representado e também ao próprio representado, o Deputado Marcos Pollon. Na sequência, pode haver inscrições dos membros do Conselho de Ética e dos não membros. Como não há inscrição dos membros, V.Exa. está se inscrevendo neste momento como não membro.

Vale salientar que, embora o processo esteja apensado, às defesas de V.Exas. inclusive foi dado de forma individual o direito de arrolar oito testemunhas. Se fosse pensado que, sendo apensamento e mesma situação, seriam oito para os três, seria equivocado. No entanto, as defesas de V.Exas. foram, de forma individual, apresentadas ao Conselho de Ética.

Então, eu penso, Presidente — a decisão é de V.Exa., é claro —, que aqui regimentalmente, neste momento, o Deputado Marcel fala como não membro, com



inscrição de não membro. Ele apresentou a sua defesa em separado dos outros dois. A partir daí, quando chegar à condição de representado, ele tem todo o tempo possível para fazer as suas argumentações. Eu estou aqui ajudando na interpretação do Regimento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Relator, eu quero que a câmara se fixe aqui.

Ou eu sou representado, ou não sou representado. O artigo que o senhor leu eu leio aqui. Estou mostrando para a câmara: representado. Ou eu sou representado, ou não sou representado.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Mas V.Exa. tem que entender que as defesas foram separadas e que nós estamos no momento de interpelação do Deputado Marcos Pollon.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, não, não.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Sr. Presidente...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu tenho direito como representado...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Por obséquio, que artigo foi citado?

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Art. 12.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Do Regulamento?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, do Código de Ética e Decoro.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Você o consegue para mim, por favor?

Há uma questão processual muito grave aqui. Eu faço isso de forma extremamente respeitosa...

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Eu acredito que daria para a gente tocar o serviço aqui.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - É que 5 minutos são pouco, e há necessidade também de a defesa técnica se manifestar. Se for feito dessa forma, a defesa técnica não vai conseguir se manifestar.

Então, eu peço vênica a V.Exa. para levantar uma questão de ordem, porque diz aqui que, "*em caso de produção de prova testemunhal, na reunião em que ocorrer oitiva de testemunha, observar-se-ão as seguintes normas (...)*". Está no inciso V, que eu acredito que é o que está sendo utilizado aqui, que "*será concedido a cada membro o prazo de 10 minutos improrrogáveis para formular perguntas de no máximo 3 minutos para réplica*."



Será concedido ao Deputado que não integrar o Conselho a metade do tempo de seus membros".

O fato aqui é o seguinte: nós estamos realizando um ato processual só. O ato processual é da oitiva do processo dos três, conforme optado pela Presidência da Casa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Porque ocorreu no mesmo dia.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Exatamente. Por isso, é um ato processual só. Se houvesse essa distinção de cada fato em separado e houvesse atos processuais autônomos — falo isso e reitero de forma extremamente respeitosa —, seria uma reunião para cada um de nós. À reunião do Zé Trovão eu viria se quisesse para participar como membro ou não membro. À reunião do Marcel eu viria se quisesse para participar como membro ou não membro, mas à minha reunião eu viria como representado, que foi o que o Marcel levantou.

Inexiste a possibilidade jurídica de, durante um ato processual uno, nós desmembrarmos a natureza jurídica da participação de cada um deles. Digo isso de uma maneira extremamente respeitosa, insisto nisso, porque essa decisão vai ter consequências para a minha defesa, uma vez que, quando vierem as testemunhas do Marcel, eu também terei elementos a suscitar, porque, embora sejam três fatos distintos, por própria decisão do Presidente, houve a correlação e a construção do litisconsórcio passivo.

Vou fazer um paralelo porque se aplicam subsidiariamente o Código de Processo Penal e o Código de Processo Civil. Tanto no Código de Processo Penal quanto no Código de Processo Civil, quando os atos processuais são reunidos em litisconsórcio passivo, seja necessário ou não... Quando há litisconsórcio passivo necessário, a decisão tem efeitos específicos para todos, quando é não necessário, há efeitos individuais para todos. Embora a defesa possa ter vários advogados, cada um dos réus e corréus — aqui, no caso, nós somos representados, mas nos assemelhamos à figura de um réu —, essas defesas prestigiam, em seus efeitos, os demais réus e corréus. E, em toda a execução dos atos processuais, até os de deslinde da causa, eles não podem ter alterada a sua natureza jurídica. Então, perceba que há o bônus da junção dos três processos para a celeridade processual — e acredito que foi isso que a Casa entendeu: vamos juntar os três para dar mais celeridade. No entanto, há o ônus, que é assegurar a esses três representados a mais irrestrita ampla defesa. Então, veja, nós tivemos a redução de oito



para três testemunhas. Creio que o Marcel vai ter mais duas ou três, o Zé Trovão... quantas? Duas só. E, somadas, todas as testemunhas, não chegamos ao número de oito. Então, não haveria prejuízo para a execução dos atos processuais, uma vez que, em vez de três reuniões autônomas, nós estamos fazendo todos os atos em apenas uma reunião. No entanto, nós não podemos deixar de ser representados durante o curso do processo. É razoável. É razoável, é razoável, é razoável. Eu não estou... Só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Deputado Pollon, eu entendo que V.Exa. tem um vasto conhecimento jurídico... Por gentileza, porque senão vamos ficar a tarde...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Só vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Por favor.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Outra questão é a seguinte: eu sou membro desta Comissão, e o mandato desta Comissão, dos membros, é bienal — de 2 em 2 anos. No entanto, por conta do processo que eu respondo, os Parlamentares membros desta Comissão que respondem processo ético-disciplinar são sumariamente afastados por disposição regimental. Então, embora eu seja membro, fui afastado da minha condição de membro por conta de eu estar respondendo a um processo. Então, perceba, como eu sofrerei prejuízo duplamente, porque uma coisa é eu responder a um processo e não poder atuar no meu processo como membro; outra coisa é eu não poder atuar no meu processo como parte, porque queiramos ou não, só há um processo, e eu estaria sendo tolhido de atuar no meu processo, seja como membro, seja como parte. São essas as ponderações, Sr. Presidente, que eu suscito como questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - O.k., Deputado Pollon.

Quero retomar a minha fala dizendo que este é o primeiro caso que a gente encontra, pelo menos nesse mandato: é uma representação em que nós temos três em um — três em um.

Eu quero aqui, Deputado Marcel van Hattem, chegar a um acordo e propor: vamos dar 15 minutos a V.Exa., para a gente seguir? Vamos para isso, faço a proposta aqui, porque o Regimento é bem claro.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Presidente, eu gostaria só de uma questão de ordem.



O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, qualquer limite é um limite à minha capacidade de defesa, porque ou o senhor decide, e eu recuo — e vou, com insurgência, fazê-lo —, porque eu entendo que eu tenho o direito de fazer a inquirição como representado... Eu estou aqui, representado. *(Exibe documento.)*

Eu não sou um não membro aqui, eu sou parte do processo. Então, se nós temos uma testemunha que é parte do processo, e cada um tem direito a oito, está escrito no Regimento... Se, de um lado — concordo plenamente com o que disse o Deputado Pollon —, há uma celeridade para os processantes, inclusive para os que acusam, tem de haver a compensação, de outro lado, de a ampla defesa ser garantida. Então, o meu pedido permanece.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Presidente, só uma questão para pontuar nesse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Com a palavra o Dr. Eduardo.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - É um pouco estranho, e eu gostaria de fazer um pedido. Quando a gente fala do litisconsorte passivo, em algum momento, pode haver alguma fala de alguma testemunha que atinja o outro. Eu, em uma das questões aqui, por mais que não seja uma testemunha do Deputado Zé Trovão, em uma fala, eu gostaria de um esclarecimento maior. Então, a leitura do artigo, na minha opinião, está perfeita, está correta. Mas quando se trata de litisconsorte passivo, qualquer das testemunhas aqui pode atingir de maneira direta o direito dos três. Então, retirar esse direito de pergunta, ou até de um esclarecimento, dentro da... Quando fosse terminar aqui o depoimento da testemunha, do Coronel Meira, eu gostaria de um esclarecimento de um ponto que, para mim, não ficou claro e pode ser mal interpretado. Então, não tendo esse direito dentro de um cenário de um litisconsorte passivo, realmente a gente estaria afrontando o devido processo legal. Não é o que... A Casa está sendo bem conduzida, todo mundo está em uma parte bem tranquila para chegar aqui ao objetivo, mas eu não tenho dúvida de que, se nós não pudermos fechar os questionamentos com todas as testemunhas, está tendo um prejuízo grande para a defesa e para os representados aqui. Eu gostaria que isso fosse pensado.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Sr. Presidente, questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Com a palavra o Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - O art. 12 diz, no inciso III, que após a inquirição inicial do Relator, será dada a palavra ao representado. Portanto, o representado Deputado Pollon, que é igualmente representado, como o Deputado Marcel, como o Deputado Zé Trovão, ele concluiu. Então, como esse processo não foi cindido, estão os três denunciados no mesmo processo, por uma questão de direito à ampla defesa, o Deputado Marcel van Hattem deve ter, pela questão da equidade, o mesmo tempo. Enfim, eu digo isso respeitosamente, porque não há nenhum óbice aqui. E a questão das defesas, inquirir as testemunhas dos outros representados é extremamente importante, porque é como o Dr. Eduardo falou, vai falar...

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Presidente, eu vou pedir para interromper o Dr. Ricardo para fazer aqui uma sugestão aos colegas, a V.Exas. Nós temos que ter um entendimento e pacificar aqui esse entendimento, para que a gente dê continuidade aos trabalhos. Individualmente, cada Parlamentar aqui, como representado, teve o direito de indicar até oito testemunhas. Esse direito não foi tolhido em nenhum momento. Inclusive, foram feitas concessões no dia de hoje para que se apresentassem novas testemunhas. Regimentalmente, cada representado, na figura de representado, tem direito a oito.

A tese que V.Exas. estão defendendo é que, se cada um tivesse apresentado oito testemunhas — e foi dado o direito de cada um apresentar, e foram feitas concessões no dia de hoje —, cada um teria direito a inquirir como representado 24 vezes, o que regimentalmente não é permitido. Regimentalmente, são oito testemunhas na qualidade de representado. Então, regimentalmente, a decisão do Presidente está correta. V.Exas. estão insistindo numa pauta e numa tese que não vai prosperar.

O que eu ia solicitar ao Presidente, para a gente não criar um cavalo de batalha num ponto tão simples, mas que seria uma nova concessão no dia de hoje, era aumentar um pouco o tempo, que fica a critério do Presidente: se ele entende que é de 5 minutos, como manda o Regimento, ou se ele quer fazer uma concessão e ampliar esse tempo. Mas a insistência de V.Exas. na tese não vai prosperar, porque cada um teve o direito de arrolar oito testemunhas, e a tese que V.Exas. estão defendendo é que, se cada um tivesse oito testemunhas, V.Exas. poderiam inquirir 24, o que regimentalmente não é



permitido. Então, nós temos que ter o bom senso de que a decisão do Presidente está correta. A decisão de ampliar o tempo, aí seria uma nova concessão, e depende do Presidente, e não do Relator.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Ótimo. Excelência, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Tem a palavra o Deputado Pollon.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Presidente, se há essa obstaculização, ela não é pelo art. 12. Por quê? Porque nós estamos participando de um ato uno, e no ato uno você não pode mudar a natureza jurídica das partes. Nós somos representados do começo até o final. No processo penal, as pessoas tratadas como réus, seja com oito, com dezoito ou com 24, quais sejam as testemunhas, são réus em todo o curso do processo. E esse é o ônus de se juntar processos. Fazendo essa conexão com litisconsórcio passivo, nós, por uma questão de ampla defesa, teríamos acesso a perguntas indistintas de todas as testemunhas o tempo todo. É assim que funciona no Direito. A gente sabe que aqui é um tribunal político, mas a gente não pode olvidar desses elementos que tratam especificamente como uma legítima defesa. Faço esse aparte e essa questão de ordem porque o art. 12, nos seus incisos V e VI, salvo engano, é taxativo em dizer membro e não membro. Ele, em momento algum, fala representado. E reitero: tecnicamente, nós não podemos deixar de ser representados em momentos distintos do ato. Também não há como prosperar o fato de se impor uma constituição do mesmo patrono e a consecução de uma mesma defesa em uma peça única, porque, como somos litisconsortes, a ampla defesa nos assegura a possibilidade de fazer defesas individuais. Então, peço a V.Exa. duas coisas. Ou nós encaminhamos isso para que se desmembrem os processos, e nós tenhamos na oitiva de cada um dos respectivos a presença dos demais, caso queiram, como membros ou não membros — e no caso eu virei como não membro, porque eu fui afastado —; ou que nós tenhamos assegurada a ampla defesa. Eu conversei amplamente com a Adriana, a Adriana me conhece, nós temos uma relação muito boa, eu já disse mais de uma vez, e digo ao senhor mais uma vez, de forma respeitosa: tecnicamente, não há outra alternativa. Caso contrário, haverá flagrante cerceamento de defesa, porque, repito, é um ato só. E neste ato, todos nós seremos, do começo até o final, representados. Tecnicamente, estou certo.



O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Só para complementar aqui... Desculpa, desculpa. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Dr. Eduardo, por favor.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Só para complementar o entendimento, só para complementar aqui o pensamento, se nós pensarmos que nós estamos tratando de um litisconsorte, todas as testemunhas aqui vão ser utilizadas na decisão. Então a testemunha, bem conduzida aqui pelo Deputado Pollon e pelo Dr. Ricardo, trouxe aqui diversos conteúdos. Até o presente momento, as defesas aqui estão alinhadas, mas vamos imaginar o seguinte exemplo, Presidente: se em determinado momento uma testemunha fale algo que prejudique algum dos Deputados, isso vai ser levado em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Dr. Eduardo, V.Exa. tem visto, desde o início deste procedimento, que esta Mesa aqui, de forma nenhuma, tem se comportado com o objetivo de querer cercear, muito menos tumultuar. Aqui a nossa vontade é fazer com que a coisa ande, dando o direito à defesa e à ampla defesa. Este aqui é o nosso objetivo.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito, perfeito. Eu estou falando respeitosamente.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Por ser um caso atípico, por ser um caso hoje aqui, eu estou propondo aqui que seja de 15 minutos ou de até 20 minutos.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu não vou me alongar mais do que o necessário, mas eu me recuso a aceitar um limite de tempo. Eu não acho que eu vou usar 15 minutos.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Eu quero fazer uma solicitação aqui ao Presidente.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - É só uma questão de ordem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu não sou membro e não sou, neste momento, nem não-membro, sou um representado.



O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Eu queria fazer — e, veja bem, aqui estou falando como membro do Conselho, e não como Relator — uma solicitação ao Presidente. Aqui nós temos dois possíveis encaminhamentos: a manutenção da posição do Presidente de que o tempo é de 5 minutos, dentro do contexto regimental, parar a discussão por aí, e qualquer recurso que vier que seja encaminhado à CCJ. E o segundo encaminhamento, como eu estava conversando aqui em paralelo com o Deputado Marcel, seria ter um acordo, porque também ninguém quer criar um cavalo de batalha, se o tempo é de 5 minutos, se é de 10 minutos, se é de 15 minutos, mas propor um acordo sobre os minutos, para que a gente tenha continuidade.

Então eu proponho, Presidente, que V.Exa. analise as duas possibilidades: ou a manutenção da decisão de que é de 5 minutos, porque neste momento ele não está como representado, ou V.Exa. faria um acordo com os Parlamentares, aumentando um pouco a quantidade de minutos, quando chegar à situação do Deputado Marcel, para com os outros inquiridos, assim como também quando chegar, por parte do Deputado Marcos Pollon e também do Deputado Zé Trovão, ou o seu representante, o advogado, à mesma condição, para que a gente tenha um termo de ajuste que possa ser levado durante todo o processo.

Porém, a decisão é do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Deputado Pollon, se nós tivéssemos começado, se o Deputado Marcel van Hattem tivesse começado a exposição dele... Nós já perdemos 10 minutos aqui, foram 10 minutos perdidos já. Se ele tivesse continuado com o trabalho, fazendo a exposição dele, teria mais 10 minutos e já teria fechado com certeza.

Então, eu quero propor novamente, Deputado Marcel van Hattem, vamos seguir?

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Excelência, tenho só uma questão de ordem, com base no art. 12, inciso III.

Preciso ler o texto? (*Pausa.*) Não preciso.

Então, vou explicar a relevância da nossa oposição. Tratar esse ato de uma maneira positivista, ordem e progresso — positivista, eu digo no sentido ideológico, positivismo, que é o praticismo, tentar resolver —, o legalismo resolveria a intervenção do Deputado Marcel van Hattem, que eu creio que vai ser breve. Com 8 minutos ou 5 minutos, ele resolve.



Só que qual é o problema? Os atos vão se delongar ao longo do dia. Se nós firmarmos que será ouvido por 5 minutos, como não-membro, ou por 15 minutos, como meio-membro, meio-representado, nós estaremos fixando uma jurisprudência que vai prejudicar todo o Parlamento nas outras ocasiões em que isso se repetir. Como V.Exa. mesmo disse, é a primeira vez que isso acontece.

O texto do inciso III é muito claro ao dizer: *"Após a inquirição inicial do Relator, será dada a palavra ao representado"*.

Em momento algum, durante esse ato, como reitera um ato só, o Deputado Marcel e o Deputado Zé Trovão vão deixar de ser representados, assim como eu também não o deixarei, quando for a oitiva das testemunhas deles. Ainda somando a esse argumento o fato de que, somando todas as nossas testemunhas, nós não chegaremos ao total de oito, uma vez que eu vou ter três, o Deputado Zé Trovão vai ter duas, e V.Exa., Deputado Marcel, mais oito, tirando os Senadores, que vão vir como informantes. Tirando os Senadores, não é?

(Intervenção ininteligível fora do microfone.)

Serão treze.

Por ser a primeira vez que esse ato acontece, nós temos duas consequências lógicas aqui: ou se desmembra, porque não há possibilidade de se ouvir representados, no plural, por ausência de previsão legal, ou se mantém com todos sendo representados do começo até o final, em todos os atos.

Como eu conversei com a Adriana, tecnicamente, eu estou correto — e falo isso com todo respeito. Então, que nós fixemos que, em havendo o litisconsórcio passivo, não há possibilidade jurídica, de a natureza jurídica da figura se alterar durante o curso do processo.

Repito: o réu é réu do começo até o final. Ele não é mais réu, nem menos réu por conta das testemunhas. E, tanto no processo civil, quanto no processo penal, atua-se dessa forma em todo o curso. Então, não vejo prejuízo se todos os Parlamentares tiverem esse tratamento, uma vez que a natureza jurídica de representado não muda. E pugno justamente porque eu não sei se as testemunhas do Deputado Marcel vão ser mais interessantes do que as minhas, e não só pelo meu direito de fala. Se nós aquiescermos na questão de alongar o tempo, a minha defesa técnica não vai poder fazer perguntas. Ela fica impedida, porque...



(Intervenções ininteligíveis fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Dá para a gente seguir, Deputado Pollon. Eu entendo e compreendo o seu entendimento jurídico. E não fixando... Mas eu compreendo. Se nós já tivéssemos dado seguimento, o Deputado Marcel van Hattem já teria até terminado.

(Intervenção ininteligível fora do microfone.)

Vamos lá, Deputado van Hattem, vamos seguir.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Obrigado, Presidente. Obrigado pelo entendimento. Certamente, não fatigarei ninguém aqui, mas é importante que nós possamos exercer justamente este direito de defesa. Agradecemos à testemunha, ao Deputado Coronel Meira, e também ao Relator Moses Rodrigues, que fez algumas perguntas. Uma delas acho que foi importante porque foi feita uma correção. O Presidente tem uma cadeira só. Eu queria perguntar ainda ao Deputado Coronel Meira — o senhor é Deputado, neste mandato, o senhor começou em 2023 sua trajetória aqui na Câmara dos Deputados: quem se senta à esquerda do Presidente da Câmara? À direita de quem vê do plenário?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - O Secretário.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Então, eu gostaria, Sr. Presidente, Sr. Relator, também que ficasse consignado, porque foi dito antes, que, nas cadeiras do Presidente e do Vice-Presidente, mas ali quem senta é o Secretário-Geral da Mesa. Eu queria lembrar também que esta representação é inepta desde o princípio, porque o Deputado Lindbergh, que, aliás, não apareceu aqui para fazer sua defesa... Não apresentaram nenhum daqueles que representaram contra nós os motivos das suas acusações no dia de hoje. Preferiram só deixar aquilo por escrito, o que inclusive não corresponde à realidade. Deputado Coronel Meira, em algum momento o senhor viu o Deputado Federal Marcel van Hattem sentado na cadeira do Presidente da Câmara dos Deputados, de acordo com aquilo que estava sendo veiculado?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - No único dia que eu participei, não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O Deputado Lindbergh Farias, não obstante a realidade dos fatos, alegou na inicial que o Deputado Federal Marcel van Hattem sentou na cadeira do Presidente da Câmara dos Deputados. Em que cadeira eu estava sentado, Deputado Coronel Meira?



O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Na cadeira exatamente do Secretário da Câmara.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E aí eu acho importante nós lembrarmos, Deputado Coronel Meira: eu fui o único a sentar naquela cadeira, ao longo dos dias de obstrução?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Ao longo dos dias, eu não vi, mas, no dia que eu estava lá, não; outros sentaram.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - As demais cadeiras, que estavam colocadas ao lado da cadeira do Presidente, foram ocupadas por outros Parlamentares?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Todas ocupadas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Em um dia normal de votação, é permitida ou é proibida a permanência de Deputados naquelas cadeiras ao lado da do Presidente?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - É permitida. Eu mesmo várias vezes me sento ali.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Elas não são de uso exclusivo do Secretário-Geral ou dos membros da Mesa?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Pode até ser, se por acaso for uma solenidade, mas, em 99% das vezes, não; qualquer Deputado chega ali, senta e não há nenhum problema.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor já soube de algum Deputado que tenha tomado qualquer tipo de advertência por estar sentado em uma daquelas cadeiras que ladeiam a cadeira do Presidente da Câmara?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E o senhor já viu outros Deputados sentarem — agora, sim — na cadeira do Presidente da Câmara, que não o próprio Presidente da Câmara?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Sim, quando ele não está presidindo, vários Parlamentares, inclusive eu já cheguei a presidir a sessão.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Portanto, não apenas membros da Mesa?



O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não. Exatamente, o Cabo Gilberto preside, o Pompeo de Mattos preside... Eu presidi e vários presidem... Eu acho até que o nobre Presidente Albuquerque já presidiu — não é, Albuquerque, uma vez? Ou não?

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Uma sessão solene.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Uma sessão solene? O.k.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas sentou também o Presidente desta sessão numa sessão solene. E aí eu pergunto se o senhor se recorda se a sessão já estava aberta naquele dia, quando estávamos sentados nas mesas...

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - ...nas cadeiras, perdão, em frente à mesa?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não havia sido iniciada a sessão, até aquele momento?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não havia se iniciado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu queria que o senhor nos lembrasse um pouco de como foi a sua participação naquele ato de obstrução.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Como eu disse aqui já, foi no dia que eu cheguei. Cheguei, na madrugada, de Portugal. Procurei primeiro me inteirar. Já sabia o que estava acontecendo porque a gente estava acompanhando. Mas procurei me inteirar principalmente — era o que eu queria — da negociação que estava sendo feita. Então, por isso, fiquei junto do Zucco, do Sóstenes, para entender exatamente a negociação e qual seria o desfecho. Na verdade, o sentimento, Marcel, de todos ali — de todos! —, era a gente ter uma saída honrosa daquele fato que estava gerado, e, em contrapartida, uma garantia de que iria ser votada a anistia.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor se recorda de quem teriam sido os porta-vozes daquela obstrução?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E por que essa obstrução tinha sido pensada daquela maneira?



O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Sim, um desespero, uma cobrança de todos para que esta Casa, a Câmara Federal, tomasse um posicionamento exatamente quanto à pauta, que é a anistia.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - A anistia já tinha assinatura da maioria dos Parlamentares naquele momento?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Já tinha assinatura de todos os Líderes e a assinatura da maioria dos Parlamentares que foi trabalhada, no primeiro semestre, por todos nós...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor tem...

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - ... principalmente pelo Líder Sóstenes. Tenho que destacar o papel de Sóstenes, muito aguerrido exatamente pela anistia.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Quero saudar aqui o Presidente da Comissão, agora sentado à mesa, e também agradecer ao Presidente em exercício que, com muita destreza, tocou os trabalhos aqui, o Deputado Albuquerque.

Bem-vindo, Deputado Schiochet.

O senhor tem conhecimento, Deputado Coronel Meira, de que estamos sendo acusados, entre outras coisas, de antidemocráticos, pela obstrução feita — correto?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Com certeza. Não poderia ser diferente vindo exatamente de onde veio, de Lindbergh Farias e de Talíria.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Pois então, o senhor tem conhecimento de que, em algum momento, a Esquerda tenha chamado de antidemocrático um movimento de obstrução que eles mesmos tenham feito no passado semelhante a este?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Nunca! Ou pior do que este, não é? Nunca.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Com violência, inclusive?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Com violência, com agressões, inclusive, a Parlamentares.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - A que o senhor reputa essa diferença de tratamento de Parlamentares de esquerda em relação à obstrução feita por eles mesmos, que não são consideradas antidemocráticas, e quando feitas pela oposição de direita, conservadora ou liberal, e tratam como se fossem antidemocráticos. Por que motivo?



O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Pela condição total de não terem formação, de não terem capacidade de exercer um papel de Parlamentar nesta Casa, a não ser exatamente utilizando esse mecanismo de agressão, de desconstruir, de apelação, quando se sentem perdidos por qualquer fato que não agrada exatamente às suas intenções aqui na Casa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu quero retornar ao fato que eu trouxe anteriormente e que o senhor confirmou de que já havia uma maioria, de que já havia uma maioria de Deputados favoráveis a pautar a anistia. E aí eu volto ao tema democracia. O senhor acha democrático que um tema que tenha a maior parte dos Parlamentares como favorável não seja pautado?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Tem que ser pautado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Se tem a maioria...

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Em respeito à própria Casa, se tem a maioria, tem que pautar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E, portanto...

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - E é a regra: aqui se ganha aqui no voto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E, portanto, o protesto seria uma forma de...

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - De solicitar que se respeitasse exatamente o desejo dos Parlamentares que, em maioria, querem e vão votar. Deus é Pai, vamos votar a anistia!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor teve medo, em algum momento, de que pudesse se abater sobre V.Exa. uma perseguição em virtude da obstrução feita na Mesa?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não, em momento algum. Como eu disse, era o primeiro dia em que estava lá, mas... E, como disse aqui, sinto não poder estar aí sentado com vocês, porque eu acho que tudo o que vocês fizeram é exatamente o que eu faria se estivesse aqui.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Aliás, assim, eu já vou para uma das minhas últimas perguntas, até em colaboração com o trabalho da Mesa: o senhor acha que a sua participação foi mais ou menos importante do que a minha, do Deputado Zé Trovão ou do Deputado Pollon, nesse movimento de obstrução?



O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não diria. Eu diria que, em virtude de ter assumido uns compromissos com a minha família — e não se sabia que ia acontecer isso; foi um ato que foi tomado, exatamente —, eu não pude participar mais. Mas eu me enquadro no mesmo nível exatamente dos senhores, pela atividade que foi desenvolvida, pelo protesto que foi feito. Então me alinho totalmente a tudo o que foi feito ali pelos senhores.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E por que nós três estamos sentados aqui e V.Exa. não?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - E aí eu perguntaria ao nobre Deputado: e por que todos não estão sentados aí? Porque não são só vocês três nem eu. Está claro em todas as imagens, nós temos mais de cinquenta Parlamentares que participaram.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - A verdade, Deputado Coronel Meira, é que nenhum de nós deveria estar sentado aqui.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Com certeza.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - A verdade, Deputado Fabio Schiochet, Deputado Moses Rodrigues, Relator, é que esta Câmara dos Deputados precisa fazer justiça. Nós estávamos fazendo uma obstrução para defender o povo brasileiro da injustiça e da falta de democracia, inclusive, interna nesta Casa. Logramos êxito, porque foi feito um acordo, em que pese grande parte dele até hoje não ter sido cumprida, inclusive a promessa de que se pautaria o fim do foro privilegiado e a anistia. Diz-se que será pautada hoje — mas não aquela que nós defendemos —, um projeto diferente de dosimetria que ainda precisa ser minuciosamente analisado por todos nós. Agora, Deputado Coronel Meira, e agradecendo mais uma vez a sua contribuição, nós aqui sentados, e vendo V.Exa. sentado aí na condição de testemunha, estamos aqui para representá-lo também e representar todos aqueles que estiveram conosco. E, ainda que recaia uma injustiça apenas sobre nós, ela será muito menor, muito, infinitamente menor, do que as injustiças que recaem já há anos sobre brasileiros inocentes, brasileiros que só querem um país melhor e que nós defendemos aqui, como V.Exa. tão bem faz também, para que tenham finalmente a anistia e, de preferência, a anulação dos processos, inclusive a indenização pelas injustiças que sofreram. Eu gosto de lembrar, inclusive, o caso de um morador de rua que passou meses preso — votou no Lula! Foi pego no 8 de Janeiro, ficou meses preso — votou no Lula — e foi absolvido pelo Alexandre de Moraes!



Deputado Pollon, porque ele era um morador de rua, ele não vai merecer uma indenização do Estado brasileiro? Vai ser tratado com preconceito pelos donos do poder? Nós vamos continuar trabalhando aqui pela anistia e contra qualquer tipo de injustiça, inclusive contra a injustiça que está se tentando praticar contra nós com as armas que o PT e a Esquerda usam. Mas confiamos no trabalho do Presidente, dos membros deste Conselho de Ética e também do nobre Relator para que esta Casa reafirme — reafirme! — a legitimidade, a regimentalidade do processo de obstrução, que, como V.Exa. bem delineou aqui, foi conduzido de forma pacífica, diferentemente de como a Esquerda faz; foi conduzida com a finalidade de obter ganhos democráticos e foi uma obstrução absolutamente legítima, buscando a justiça no nosso País, antes de iniciada a sessão, conforme V.Exa. muito bem colocou aqui no seu depoimento como testemunha. Seria essa a minha participação, Sr. Presidente. Agradeço a tolerância. De fato, não utilizei o tempo que se havia estipulado ou pensado, e creio que o melhor seja dessa forma mesmo para que a gente possa, como representado, falar livremente toda vez que vier uma testemunha aqui. Afinal de contas, é este nosso direito: a ampla defesa, que queremos ver resguardada, e V.Exa. tem sido muito observador desse preceito básico garantido pela nossa Constituição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Deputado Marcel van Hattem.

Eu cumprimento todos os nossos Deputados, aos advogados, aos Deputados representados aqui, ao Deputado Coronel Meira, testemunha.

Agradeço ao Deputado Albuquerque, nosso 2º Vice-Presidente, que representou tão bem a Presidência desta Comissão e ao nosso Relator, o Deputado Moses.

Pergunto ao advogado Eduardo Barros de Moura, representando o Deputado Zé Trovão, se gostaria de inquirir a testemunha, o Deputado Coronel Meira.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Boa tarde, Presidente. Eu gostaria, sim. Primeiro boa tarde a todos novamente, depois do almoço. Boa tarde à testemunha pelo extenso testemunho, mas...

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Que ainda não almocei.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - É, hoje está meio complicado. Deputado, eu gostaria de saber, de uma maneira, entre aqui a questão da individualização das



condutas aqui, como o senhor viu a conduta do Deputado Zé Trovão no dia da respectiva obstrução?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Uma conduta pacífica, tentando, como todos nós, achar uma solução, uma solução para que existisse uma saída digna, uma saída honrosa para um movimento que foi iniciado, respeitando a Casa, respeitando o Presidente Hugo Motta, porém, para poder conseguir afirmar exatamente o nosso pedido de ser pautada a anistia na Casa. Nada que abone, em momento algum, o Zé Trovão.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Desabone.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Desabone.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Bom, no tocante a essa conduta, o Deputado Zé Trovão ficou, de uma maneira objetiva, um pouco mais à frente. No nosso entender aqui, eu gostaria de ver se o Deputado via isso como uma função aguerrida de briga ou como uma função de zelo para evitar que a turma da Esquerda, ou que estava ao contrário, bagunçasse ou tivesse algum tipo de conduta ligada a uma agressão física e tudo mais. Se a postura dele foi mais de abrandar e legitimar a obstrução ou foi uma conduta aguerrida para prejudicar algum outro Deputado?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Em todo momento que vi o Zé lá conosco, pacífico, sem nenhum problema, todos tentando exatamente, como eu já disse aqui, resolver — resolver! E, muito pelo contrário, nada que desabone exatamente a conduta dele, pelo menos em momento algum vi naquele momento lá na mesa, em torno da Mesa Diretora da Câmara.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - É falado, Deputado, de um suposto, de uma suposta coação ou uma trava, mas nós temos um elemento específico aqui, o item 28 do respectivo procedimento. O Presidente Hugo Motta entrou na Casa às 22h14min. Está disponibilizado no *site* da Casa que, às 22h24min, se iniciou a sessão. O senhor acha que seria possível ter um drama tão grande, um problema tão grande que se resolveria em 8, 10 minutos da entrada, inclusive para já iniciar?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não, não teve nenhum. Como eu já disse, houve ou uma falta de comunicação ou não foi entendido, está certo? Porque tinha um acordo firmado, e esse acordo qual era? Que os líderes iriam buscar o Presidente Hugo Motta, e quem estava sentado nas cadeiras e nós que estávamos ali em cima iríamos sair para que fossem reiniciados os trabalhos da Câmara, com a Ordem do Dia. E o que a



gente viu foi que houve uma antecipação e uma falta de entendimento, mas nada mais além do que isso. Demorou realmente, inclusive para... O próprio Secretário atrasou em virtude de ele não conseguir chegar ao local para assessorar o Presidente da Casa.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. Só para finalizar, e de maneira bem objetiva, mais uma vez agradecendo ao Deputado Coronel Meira, em algum momento o senhor viu, presenciou ou escutou alguma afronta, alguma falta de cordialidade do Deputado Zé Trovão para com o Presidente Hugo Motta?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não, em momento algum.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Como eu já disse, ele estava sentado ou meio em pé naquela escadariazinha que dá para você... obstruindo a passagem, mas não era a do Presidente da Casa, estava obstruindo a passagem exatamente dos Deputados de esquerda, do PSOL, do PT, que estavam querendo exatamente tumultuar. E como nós estávamos ocupando aquele local, o Zé ficou ali como se fosse um paredão. Mas, fora isso, mais nada, inclusive não houve bate-boca com ninguém, muito pelo contrário.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. Sem mais perguntas, Presidente.

Agradeço à testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Tem a palavra o Deputado Gilson Marques, pelo tempo de até 10 minutos.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Por que esse tempo? Por que 10 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - É o tempo de membro do Conselho.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - É de 10 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - É. O senhor não é advogado e não é representado.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Não, tenho só uma dúvida mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - V.Exa. é membro, tem 10 minutos.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Está bem. Obrigado, Presidente.

E advogado sou, na verdade. (*Risos.*)



Obrigado, Presidente.

Pergunto à testemunha Coronel Meira se houve, se ele lembra, se houve Ordem do Dia naquela data?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Houve sim. Foi iniciada a Ordem do Dia, pelo que eu saiba.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Certo. Qual era a pauta que se pedia que fosse pautada e que fez com que houvesse toda essa oposição ou manifestação em plenário?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - A pauta da anistia.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Essa pauta da anistia foi colocada na Ordem do Dia?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não, não foi colocada.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Essa pauta foi colocada na Ordem do Dia até a presente data?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Ainda não. Rogo a Deus que amanhã ou hoje ainda ela seja pautada.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Ela foi aprovada em urgência nessa Casa?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Foi aprovada em urgência nessa Casa.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - E por que até a presente data ainda não foi pautada, já que foi aprovada a urgência?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Desconheço.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - E é esse desconhecimento um dos motivos de que haja um manifesto desapontamento de inúmeros Parlamentares e da sociedade?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - É sim. É sim. Até entendo a situação do Presidente da Casa, mas realmente acho que tem que ser votada, tem que ser colocada a limpo, tem que ser votada a anistia, em respeito, em primeiro lugar, a todos os Parlamentares que assinaram solicitando, a todos os Líderes que também assinaram e aos acordos que foram feitos, desde a eleição do Presidente Hugo Motta, onde ele colocou que pautaria exatamente a anistia e posteriormente, em outras horas que foi



cobrado essa pauta, está certo? Então, eu acredito e tenho certeza que o Presidente Hugo Motta deve pautar a anistia ainda este ano.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Mas, então, pelo que o senhor está me dizendo, houve essa manifestação em plenário por conta de uma pauta importante, com urgência aprovada, e que, sem motivo, sem motivo algum exposto pelo próprio Presidente, até o momento, ainda não foi colocada na Ordem do Dia. Confere?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Volto a dizer que realmente não foi pautada. Agora, sem motivo, fica difícil de fazer exatamente um valor, em virtude — a gente sabe, você, eu e todos aqui, a pressão que é sofrida pelos Parlamentares —, em virtude de nós vivermos não uma democracia hoje, mas vivermos uma ditadura da toga.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Mas o Presidente...

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - E aí a gente sabe e acompanhou exatamente a pressão que ele próprio sofreu, na sua família, em tudo. Então, cabe a ele, Presidente, que foi eleito com o nosso voto, ver qual o momento e qual a negociação necessária. Eu acredito que a gente tem que continuar esse trabalho e conseguir realmente que paute a anistia. Qual a anistia que vai ser? Aí depende exatamente da Casa.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Com o nosso voto, não, porque eu não votei no Hugo Motta, votei no Marcel van Hattem...

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Eu votei em Hugo Motta.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - ... com muito orgulho.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - O nosso partido, o PL, fechou exatamente o apoio. E nós votamos exatamente em Hugo Motta.

(Não identificado) - Por quê? Por quê? Por causa da anistia.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Exatamente. Também, não é? Segurança pública. Está certo?

(Intervenção ininteligível fora do microfone.)

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Mas eu vou repetir a pergunta, porque é importante. Você, especificamente da boca do Hugo Motta, escutou alguma explicação formal, pública, dos motivos pelos quais, até a presente data, apesar de haver essa manifestação da data, objeto dessa denúncia, dos motivos pelos quais até hoje não foi pautada a anistia?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não.



O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Obrigado. Consta da representação que a manifestação era com o objetivo de pressionar ou até impor uma certa obrigatoriedade da inclusão de uma pauta. Confere essa lenda?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Confere. Foi o que eu fui informado no único dia em que estive aqui, que, como já narrei aqui, cheguei de Portugal pela madrugada e, logo cedo, vim para cá e fui informado exatamente que era isso.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Considerando que essa pauta ainda não foi feita, não foi posta em prática, seria certo dizer que aquela manifestação não serviu para o fim dito pela representação?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Acho que não. Acho que serviu, sim, porque se mostrou a todo o Brasil o trabalho dos abnegados, que somos nós, em tentar pautar, em tentar pacificar o Brasil, está certo? Acho que é válida, sim, porque nós recebemos das nossas bases — principalmente lá em Pernambuco, recebi muito — uma cobrança do que o Deputado Coronel Meira, do que os Deputados eleitos estão trabalhando nesta Casa, fazendo nesta Casa. Então, eu acho que serve, sim, para mostrar a todo o Brasil a nossa inquietação em não poder concluir a anistia na Casa.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Sua resposta, ela foi mais no sentido de que o ato foi importante para sensibilizar o País.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Com certeza.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Mas a minha pergunta é um pouco diferente. A manifestação serviu a ponto de coagir ou não o Presidente, já que essa pauta ainda não foi colocada?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não, coagir não.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - O.k. Naquele mesmo dia, teve uma reunião interna com o Presidente da Casa, que ocorria em paralelo à manifestação ocorrida em plenário?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não participei, mas fui sabedor que os Líderes — inclusive, quem me passou isso foi o Líder Sóstenes, o Líder Zucco —, eles, internamente, estavam reunidos e que foi definido exatamente que viriam e que seria desocupado, no momento correto, sairíamos dali de cima para que a Casa pudesse voltar a funcionar.



O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Era possível saber quem estava em plenário, o que estava sendo tratado, ao mesmo tempo, na reunião, no privativo com o Presidente?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Acho que não, porque a gente teve que aguardar exatamente a saída dos Líderes, para repassar o acordo que foi feito. Foi feito um acordo, e esse acordo nos foi passado exatamente pelo Sóstenes e pelo Zucco.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Essa conversa privativa foi democrática, foi educada ou foi aos trancos e barrancos e tabefes?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não sei, amigo. Eu não participei. Não posso emitir nenhum parecer.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Com a vinda do Presidente, entrando no seu local de ocupação, tinha alguém com ele, além do Presidente? Quantas cadeiras o Presidente precisava ocupar naquele momento? Só a dele ou tinha mais alguém querendo ocupar cadeiras?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Que eu saiba, ele e o Secretário, mas estava com todos os Líderes, estava com o Luizinho, estava acompanhado de todos os Líderes que... O Líder do PDT também estava acompanhando, o do PSD. Então, a gente via que tinha vários Líderes com ele, mas, a princípio, a cadeira dele e a cadeira do Secretário.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Para quem o Presidente solicitou a ocupação da cadeira?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não cheguei a ver ele solicitar. Eu sei que, antes mesmo de ele chegar ao local da cadeira, o Pollon já tinha se retirado exatamente da cadeira, em fração de segundos. Mas, em momento algum, eu vi solicitar a Pollon ou pedir a Pollon para que saísse ali da cadeira, através do Presidente.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Algum dos representados se recusou a sair da cadeira?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não, nenhum. Que eu vi, que eu cheguei a ver, não.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Alguns dos representados foram agressivos com o Presidente ou insistiram na permanência no local?



O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Não, nenhum, inclusive o próprio Presidente estava— está aí nas imagens — com a feição de tranquilidade e com sentimento de que tinha sido resolvida a pendenga, está certo?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Após o Presidente assumir a condução dos trabalhos, a Ordem do Dia ocorreu normalmente?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Ocorreu normalmente, que eu saiba.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Com a pauta escolhida pelo Presidente?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Aí eu não posso informar que eu não... Confesso que não tinha cabeça nem para ver pauta, mas, que aconteceu, aconteceu a Ordem do Dia.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Teve algum prejuízo a pauta do dia ou dos dias seguintes em virtude dessa manifestação?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Que saiba, não.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Sem mais perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Não havendo mais quem queira usar a palavra, agradeço a presença do Deputado Coronel Meira e declaro finalizada a oitiva.

Registro a presença da Deputada Adriana Ventura, testemunha arrolada pelo Deputado Marcel van Hattem.

Agradeço a disponibilidade de V.Exa. em comparecer a este Conselho de Ética.

Inicialmente, passo a palavra ao Relator, o Deputado Moses Rodrigues, para inquirir a testemunha.

Eu peço que a Deputada Adriana Ventura tome lugar à mesa.

Deputado Moses Rodrigues, V.Exa. tem a palavra.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Presidente.

Vou esperar a Deputada Adriana Ventura se acomodar, para iniciarmos.

Peço à nossa secretária que providencie papel e caneta para que ela possa fazer anotações quanto aos questionamentos. *(Pausa.)*

Deputada, podemos começar?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Podemos sim. Boa tarde, Relator.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Boa tarde. Antes de iniciar — vou fazer um bloco de perguntas —, queria fazer uma única pergunta, é sim ou não.



V.Exa. estava presente no plenário no dia 6 de agosto de 2025 no momento do ocorrido? Sim ou não?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sim.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado.

Então, vou iniciar aqui, Presidente, nosso bloco de perguntas para que a testemunha possa esclarecer alguns pontos sobre o processo.

Poderia nos relatar a dinâmica dos fatos ocorridos naquela ocasião envolvendo os Deputados Marcos Pollon, Marcel van Hattem e Zé Trovão? Como se vê nas imagens, antes de o Presidente Hugo Motta se dirigir à Mesa Diretora e antes de os representados Marcel van Hattem e Marcos Pollon, Deputados, sentarem nas cadeiras do Presidente e também de um membro da Mesa, houve uma reunião prévia naquele espaço entre os Parlamentares de oposição. V.Exa. estava presente nesse momento? O que foi discutido e acordado nessa reunião prévia? V.Exa. confirma que os Deputados Marcos Pollon e Marcel van Hattem permaneceram sentados nas cadeiras do Presidente e de um membro da Mesa, enquanto ele aguardava para tomar assento e iniciar a Ordem do Dia no plenário, e que o Deputado Zé Trovão estava impedindo fisicamente a passagem de Parlamentares à Mesa Diretora? Houve um acordo entre a Oposição de quem sentaria nas cadeiras do Presidente e membro? Na sua opinião, o que levou os representados Deputados Marcos Pollon e Marcel van Hattem a tomarem tal atitude? Como se vê nas imagens, por que os representados insistiram em se manter sentados, mesmo com outros Deputados da Oposição pedindo para que eles se levantassem? V.Exa. apoiou a atitude dos Deputados Marcos Pollon, Marcel van Hattem e Zé Trovão? Presidente, esses são os questionamentos, para que a testemunha possa responder dentro do seu tempo e, é claro, contribuir conforme o Regimento.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Boa tarde a todos. Eu estava presente, mas eu quero informar que, muito mais do que nos dias 5 e 6 de dezembro, onde esses fatos ocorreram, foi tudo uma sucessão de acontecimentos que realmente culminou naquele 5 e 6 de dezembro. Eu acho que é importante a gente pontuar muito os acontecimentos prévios, porque a foto ou a filmagem do 5 e 6 de dezembro decididamente não mostra a temperatura que estava aquele Plenário, não mostra todo o bastidor, conversas e o planejamento que teve. Por que eu estou falando isso? Porque eu participei também. Eu estava lá. Então isso eu acho que todos sabem. Existe... Foi um ato



de obstrução, sim, e foi um ato de obstrução até para, talvez, parar um movimento de descaso, na minha visão — isso é a minha visão, está bom? —, um descaso, na minha visão, do que estava acontecendo com as pautas deste Congresso. Então foi um ato de obstrução. Lá tinha dezenas de Deputados, dezenas, eu até... Ô gente, está atrapalhando. Marcos Pollon e Marcel van Hattem, eu queria pedir para vocês fazerem silêncio, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Eu peço aos Deputados Marcos Pollon e Marcel van Hattem que, enquanto a testemunha, que veio de boa vontade e está há muito tempo aqui, a Deputada Adriana Ventura...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não, está tudo bem. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - ... estiver concluindo o raciocínio dela, se forem falar, falem baixo.

Deputada Adriana, V.Exa. tem a palavra. *(Riso.)*

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Muito obrigada. É que eu sou professora, eu sou chata. Está tudo certo. Eles já estão acostumados comigo. *(Riso.)*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Pedimos desculpas à depoente, querida testemunha. A gente estava justamente tratando das perguntas que faríamos, mas faremos isso depois.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Está tudo certo. Na verdade, eu quero fazer um relato, que acho até desonesto os três estarem na berlinda. Eu acho desonesto. Eu acho que, para ser uma coisa honesta, teriam que estar com Deputados nessa berlinda. Não foi um ato isolado do Deputado Marcel, do Deputado Marcos Pollon, não foi um ato isolado do Deputado Zé Trovão. Existia um ato de obstrução. Quero também deixar claro que foi um ato de obstrução super-respeitoso, super-respeitoso. Falando dos atos inclusive — depois eu chego na questão do Deputado Hugo Motta quando ele entrou —, lá tinha dezenas de Deputados, dezenas de Deputados, tinha uma revolta e uma indignação muito grande em relação às pautas, às promessas não cumpridas pelo Presidente da Câmara, Deputado Hugo Motta, sobre a questão da anistia. Então... E isso foi combinado, tanto assim que eu sempre fiquei muito indignada com os Deputados do PL. Eu sou do NOVO de São Paulo, gente, e sempre fiquei muito indignada porque, na minha visão, os Deputados do PL tinham que votar no Presidente... no candidato a Presidente que era o Marcel. Eu ficava... *"Mas como que os Deputados do*



PL, que defendem a mesma coisa..." E eles falavam: "Não, foi combinado que ele pautaria a anistia. Foi combinado que ele pautaria a anistia". Então, eu quero deixar isso bem claro, porque isso que aconteceu no dia 5 e 6 de agosto é reflexo de promessas não cumpridas. E eu tenho ciência desse fato porque eu cobre os amigos que tenho no PL — eu tenho muitos amigos no Partido Liberal —, falando assim: "Gente, mas a gente luta contra um sistema podre, corrupto, de acordão. Como que vocês votam no Deputado Hugo Motta?" "Ah, não, ele combinou que pautaria a anistia." Então, eu só estou dando um relato anterior. Agora, continuando aqui nos fatos. Tivemos várias reuniões da Oposição, o que a gente sempre fazia. Eu na época era Vice-Líder da Minoria, ainda sou inclusive, da Minoria e Oposição, e várias reuniões, e sempre aquela indignação. É sempre para a semana seguinte, e, ao mesmo tempo, os Deputados dos partidos de esquerda afirmavam categoricamente que tinham votado no Presidente Hugo Motta porque ele afirmou que não pautaria a anistia. Então, tinha um mal-estar, tinha uma situação realmente que a gente queria ter um Presidente que tenha palavra, que honre e que cumpra. Eu não votei no Presidente Hugo Motta, não votei, mas eu estaria muito, muito indignada se tivesse sido combinado e prometido, e não tivesse sido cumprido. Com isso, fizemos algumas reuniões. Eu não devo ter participado de todas. A gente sabe como que funciona esse Plenário. Às vezes a gente está em uma reunião e está em outra, está numa Comissão e está em outra. É aquela correria. Mas os fatos que eu me lembro de uma maneira muito clara é que, quando as pautas do Plenário eram completamente insignificantes para o futuro do País, insignificantes, eram pautas... A gente basicamente votou no segundo semestre aumento para o Judiciário, aumento de cargo, aumento de privilégio, aumento de elite. É isso que a gente vota aqui, infelizmente. E a indignação foi tamanha que foi combinado na Oposição que nós precisaríamos ter voz, porque... O que acontece em reuniões de Líderes? Os partidos de maior volume, cinco, seis Líderes se reúnem com o Presidente, combinam as coisas, e o resto é blindado. Então, tinha aquela indignação latente. E aí a Oposição combinou que a gente não deixaria pautar tudo até pautar... que não pautasse mais nada e que não votasse mais nada, principalmente coisas, assim, que levavam o País para o buraco, aumento de tributo e coisas que estavam sendo pautadas, sem antes realmente sentar e ver o que seria pautado. Então, eram duas coisas, pelo que eu me lembro, posso estar enganada, porque são muitas reuniões, mas a primeira era a questão do Presidente Hugo Motta



cumprir a palavra com os Deputados do PL, que seria pautada a anistia; e, dois, que fosse também... que colocasse... que devolvesse a dignidade para esta Casa, porque esta Casa tem ultimamente rastejado para o Supremo Tribunal Federal. Então, falou-se de várias pautas, inclusive o fim do foro privilegiado, a PEC 333, que está pronta para a pauta. Então isso ficou resolvido. Algumas pessoas só falaram: *"Ah, a gente vai, ocupa o plenário para conversar, para realmente tomar assento"*. Não tinha nenhum objetivo de ter ato físico, agressão, nem verbal nem física. Os Presidentes foram informados. Houve reunião, inclusive, com os Senadores. Então, foi um combinado da Câmara e do Senado. Isso aconteceu. E aí eu lembro que a Oposição fez uma tabelinha, fizeram um revezamento, quem queria ficar de manhã, de tarde, de noite. Teve toda uma organização ali. Como já temos histórico, vários históricos, de ocupação da Mesa Diretora — e sempre foi considerado um ato de obstrução; sempre foi considerado —, então, nós tivemos, inclusive, tanto em 2017, na reforma trabalhista, como na votação do pré-sal, como em outras pautas na Câmara e no Senado, inclusive por pessoas que hoje fazem parte, que são base do Governo... Estou falando da Deputada Luiza Erundina, que é uma Deputada muito querida, que eu gosto bastante, mas ela já ocupou Mesa, várias já ocuparam Mesa, Lindbergh já ocupou Mesa, Gleisi Hoffmann já ocupou Mesa, e sempre foi ato de obstrução. Não pareceu, naquele momento, que era algo assim: *"Ó, estamos fazendo uma coisa muito errada"*. Isso é um ato de obstrução legítimo de Deputados que representam a população. Aqui é a Casa do Povo, aqui não é a casa da mãe Joana. Então, o objetivo do revezamento no plenário era sermos ouvidos, principalmente porque nós vivemos hoje, principalmente para quem nos acompanha, todo mundo fala de ditadura do Judiciário, que realmente a gente vive, mas a gente, apesar de ter um Legislativo que rasteja, e rasteja, eu digo, porque o Legislativo, na minha visão, não ocupa o seu devido valor, Presidente. Eu acho que o Legislativo precisa voltar a ter o brio que teve. Falo isso com todo respeito, porque eu prezo muito pelas instituições. Já admirei muito o Supremo Tribunal Federal. As instituições são muito importantes para o nosso País, e a gente queria devolver, eu, pelo menos, quero devolver a dignidade a esta Casa. E a única maneira, na minha visão, é falar da ditadura que existe no Legislativo. Nós temos uma ditadura no Legislativo hoje. Por que um Presidente e seis Líderes partidários resolvem o que querem, fazem o que querem, põem para votar em detrimento do resto? Então, isso também é um erro. Então, a Oposição precisava ser ouvida,



principalmente por uma promessa não cumprida. E, para finalizar, o ato de obstrução foi feito. Realmente, o objetivo era que pautas importantes para o Brasil, para o País que sangra, para as pessoas que esperam da Casa do Povo pautas que digam respeito a elas, sejam pautadas, porque pautas importantes não são pautadas. Então, foi feito um ato de obstrução, não houve nenhum tipo de desrespeito, até pelo passado e pelas diversas vezes que isso já aconteceu, tanto no Senado quanto na Câmara. Sempre foi considerado um ato de obstrução, sempre foi considerado um ato respeitoso, como o Presidente da Casa sabia o que estava acontecendo também. A gente não teve nenhuma intenção de desrespeitar a Casa. A ditadura do Legislativo precisa ser falada, a questão de não cumprir o que é combinado também precisa entrar nesta Mesa aqui. A questão da obstrução em si, do dia, da dinâmica dos fatos, eu estava no plenário. Eu me lembro de que tinha vários Parlamentares na Mesa. Eu me lembro de que, num determinado momento, juntou todo mundo em cima do plenário. Eu me lembro de que eu não estava em cima, do lado do plenário, mas eu fui ali, na parte da Mesa, e estavam conversando. Eu me lembro de que falaram que iria ser feito um acordo, que seria pautado o fim do foro, que seria pautada a anistia, que seria pautado A, B e C, e que isso estava sendo... que os Líderes dos partidos do Centrão, que estavam fazendo essa costura, iriam lá e tal, e seria um ato, quando seria firmado um acordo para que depois fossem retomados os trabalhos. Em linhas gerais, eu me lembro bem disso. Só que eu me lembro de que, no meio desse combinado, daquela bagunça no plenário, daquela coisa de ninguém saber direito e tal, do nada, apareceu o Presidente da Casa, Hugo Motta. Ele apareceu ali do nada. Eu lembro, todo mundo despreparado. Ninguém sabia muito bem ali, e falaram: "*O que ele está fazendo aqui?*" Porque o ato, o combinado, pelo que eu entendi, é que seria feito um ato combinado, de acordo, até para mostrar que era uma coisa pacífica, que era uma coisa conversada, que era uma coisa acordada, como é tudo nesta Casa, para o bem e para o mal. Eu não vi nenhuma atitude ofensiva — nenhuma atitude ofensiva. Eu vi atitude de surpresa, eu vi atitude de foco, eu vi atitude de não saber o que fazer, eu vi congelamento da cena, quando teve aquela coisa. Ninguém sabia o que fazer: "*Saio daqui, não saio daqui*". Esse tipo de ação eu vi, mas em momento nenhum eu vi o Presidente da Casa ser desrespeitado; em momento nenhum eu vi a democracia ser desrespeitada; em momento nenhum eu vi algo que pudesse configurar esta representação aqui, até porque quem representou sempre fez isso, faz isso. Mas é um ato



de perseguição política, na minha visão, o que era simplesmente um ato de obstrução. Então, acho que é isso que eu tenho para falar inicialmente, Presidente, porque daí eu acho que tem as perguntas. Eu acho que fica mais fácil.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Presidente, só quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Pois não.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Já estamos ouvindo as testemunhas do Deputado Marcel van Hattem. E nós temos mais testemunhas, que nós já trouxemos à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - O Deputado Marcel van Hattem tem...

O senhor é advogado do Deputado Marcel ou do Deputado Pollon?

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Do Deputado Pollon.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - O Deputado Pollon tem como testemunha o Deputado Coronel Meira, que já foi. O Deputado Messias Donato já foi ouvido?

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Ele não apareceu.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Não apareceu, então.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Ele foi indicado agora, depois das 13 horas. Ele não apareceu agora à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Eu confesso que cheguei agora aqui. Vou pedir até para o Deputado Moses, Relator, fazer uma linha do tempo.

O primeiro a ser chamado foi o Deputado Marcos Pollon, correto?

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Não, o primeiro a ser chamado foi o Deputado Coronel Meira.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Do Deputado Marcos Pollon?

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Como testemunha do Deputado Marcos Pollon. No entanto, regimentalmente, fizemos uma discussão aqui sobre a possibilidade de os outros representados também inquirirem as testemunhas. Foi feito um



consenso, junto com o Presidente Albuquerque, para que ficasse garantida a defesa ampla de todos. Então, já foi firmado esse consenso.

No início dos trabalhos, os Parlamentares, como o Deputado Marcel, iniciaram com a solicitação de inclusão de outros Congressistas, mas esses Congressistas não estavam presentes ao fato, ou seja, no plenário, no dia e horário do acontecido, e nós indeferimos, conforme os termos que nós utilizamos para acatar as demais testemunhas.

O Deputado Marcel solicitou a inclusão de dois Parlamentares que estivessem presentes, e nós acatamos, assim como também acatamos dois do Deputado Marcos Pollon, que queria incluir Congressistas que não estavam presentes ao fato. Nós acatamos, e também do Deputado Zé Trovão.

Agora, depois das 13 horas, foi dado um espaço. O Presidente Albuquerque permitiu que até às 13h30min, de fato, eles pudessem arrolar essas testemunhas.

A partir de agora, V.Exa. conduz essa sequência, para que a gente possa avançar com as testemunhas.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - O Deputado Messias Donato já foi chamado?

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Não foi chamado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Passamos agora para as testemunhas do Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Acho que houve um equívoco, Presidente.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Não, não há equívoco. É porque, como representado, V.Exas. só podem falar ao final. Não está apensado? Como o processo está apensado, V.Exas., como representados, têm que aguardar todas as testemunhas. Então, regimentalmente — a Dra. Adriana pode me corrigir —, o Presidente vai convidar as testemunhas. Quando findar as testemunhas, nós vamos passar a ouvir os três representados. Regimentalmente, é assim o processo.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Excelência, por gentileza, nós tivemos a oitiva do Deputado Coronel Meira, e todos participaram com suas defesas técnicas. Assim que a Deputada Adriana Ventura foi chamada, não houve qualquer objeção, porque acreditamos que as próximas testemunhas arroladas serão chamadas, e todos participarão, testemunha a testemunha. É isso?



O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Todos participarão.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Testemunha a testemunha?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Isso.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Foi só um mal-entendido. Não há questão de ordem. Está tudo tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Perfeito.

Então, eu vou deixar claro como vai funcionar.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Nós participaremos testemunha a testemunha. Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Perfeito.

O Relator é o Deputado Moses Rodrigues. Então, nós vamos ouvir agora a Deputada Adriana Ventura, que é testemunha do Deputado Marcel van Hattem. Depois nós iremos voltar às testemunhas do Deputado Marcos Pollon. E aí nós vamos finalizar com as testemunhas do Deputado Marcos Pollon.

Quero deixar claro que eu irei chamar o Deputado Messias Donato. Caso ele não esteja, nós passaremos ao Deputado Alfredo Gaspar. Caso eles não estejam, não podem voltar depois para vir como testemunha.

Então, já quero deixar claro aqui, Deputado Marcos Pollon, que o Deputado Messias Donato e o Deputado Alfredo Gaspar devem estar presentes após o depoimento da testemunha Deputada Adriana Ventura.

Eu passo a palavra agora ao Deputado...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Presidente, só quero fazer uma observação: como a gente está fazendo em ordem aleatória, seria conveniente e possível que se fizesse a oitiva de quem estiver presente. Daí a gente vai chamando os colegas. Eu acho que não há prejuízo nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Vocês fizeram acordo em cima disso?

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Não.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Então, eu vou pedir, até pelo adiantado da hora, que as testemunhas estejam presentes aqui, conforme essa ordem cronológica que eu passei. Nós iremos voltar a V.Exa., Deputado Marcos Pollon. O



Deputado Messias Donato e o Deputado Alfredo Gaspar serão as próximas testemunhas. Caso não estejam, eles vão perder a chance de vir aqui testemunhar.

Então, eu passo novamente a palavra ao Deputado Marcel van Hattem, Deputado representado, para que S.Exa. questione as testemunhas.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - É questão de ordem, Deputado Chico Alencar?

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - É uma questão de respeito ao Conselho e de explicação de 1 minuto.

O Deputado Luiz Lima é testemunha...

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - A nossa Secretária Adriana vai distribuir a ordem cronológica que a gente definiu agora.

Pois não, Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - O Deputado Luiz Lima é testemunha. Ontem, às 17h35min, a gente estava no Aeroporto Santos Dumont dentro do avião, até depois. Ficamos até 9 horas da noite na aeronave. Depois, a excelência de respeito aos clientes que a Latam se esmera em fazer nos levou, às 10 horas, às 11 horas, à meia-noite, ter resolvido a questão, e só deu para vir hoje.

Por isso, eu, que costumo ser assíduo aqui, não pude comparecer. Mesmo agora, em função da pauta que o Presidente Hugo Motta nos trouxe, nós temos uma reunião da bancada já, já. Mas tenho equipe para isso. Nós estamos atentos aqui aos depoimentos e ao processo.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito obrigado, Deputado Chico Alencar.

Novamente, Deputado Marcel van Hattem, V.Exa. tem a palavra para questionar a testemunha.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Antes de começar, Sr. Presidente, só para deixar claro, quando for iniciada a Ordem do Dia, nós suspenderemos os trabalhos, correto? Nós estamos todos preocupados com isso.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Hoje vai ter a votação da anistia.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Assim que iniciar a Ordem do Dia, nós iremos suspender... Nós não iremos suspender, porque o 2º Vice-



Presidente, o Deputado Albuquerque, já fez o pedido de suspensão. Então, quando começar a Ordem do Dia, vamos finalizar a sessão de hoje. Vamos dar prosseguimento amanhã, para dar continuidade à oitiva das testemunhas que V.Exas. arrolaram.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu até lhe pergunto isso, Presidente, porque, em virtude de a pauta ter sido anunciada pelo Presidente hoje, e nem o Relator sabia que seria votado hoje o tema da dosimetria, e não o da anistia, nós estamos aqui, ao mesmo tempo em que eu me preocupo com o meu caso e dos meus colegas Parlamentares, discutindo o texto. Então, não está sendo muito fácil manter essa dupla jornada ao longo da tarde de hoje. O ideal seria que nós tivéssemos uma previsão maior do início da Ordem do Dia, Deputado Chico, para a gente tivesse um tempo para estudar melhor o tema, senão teremos de fazê-lo no plenário.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Presidente, eu queria pedir uma gentileza a V.Exa., com toda a vênia.

Eu sou membro titular da CCJ. Hoje, nós já tivemos alguns prejuízos relatados aqui. Houve uma reunião de emergência do meu partido por conta da situação em que nós nos encontramos. O Presidente em exercício disse que cabe a nós escolher qual é a prioridade. Eu não fui à reunião, e fiquei aqui para fazer a minha defesa, respeitando principalmente a importância deste Conselho de Ética.

Por ser membro titular da CCJ, sei que, amanhã, está pautada a votação de um dos temas mais importantes que nós já tivemos, relacionado ao mandato da Deputada Carla Zambelli. Foi apresentado um voto do Relator, e eu devo apresentar um voto divergente. Acredito que haverá uma coincidência de horário na realização das duas sessões.

Eu rogo a V.Exa. a viabilidade de marcar para a semana que vem, para não haver esse prejuízo, e faço isso de maneira extremamente respeitosa, mormente porque, por estarmos com um processo com a junção do polo passivo de três pessoas, nós já nos submetemos a um ato de celeridade processual. Então, acredito que não haverá prejuízo. Inclusive, na data de hoje, logo mais, haverá quórum na CCJ. Existem dois projetos de minha relatoria que serão votados hoje na CCJ e eu não estarei lá justamente por prestigiar este Conselho.

No entanto, amanhã, por ser matéria extremamente complexa — eu quero ressaltar que o voto do Relator, neste caso, na CCJ, da Carla Zambelli, foi extremamente comedido e ponderado —, eu apresentarei algo um pouco mais incisivo e com uma força jurídica um



pouco mais complexa, respeitando o voto do Relator. Eu queria solicitar a grandeza de V.Exa. em nos conceder essa possibilidade, porque, por ser algo extremamente complexo, eu vou precisar explicar esse voto divergente, amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Deputado Marcos Pollon, infelizmente, eu já convoquei a reunião para amanhã, às 12 horas. Então, eu vou ter que indeferir o pedido de V.Exa.

Deputado Marcel van Hattem, V.Exa. tem a palavra para fazer questionamentos à sua testemunha.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Deputada Adriana Ventura, obrigado pela participação, pela presença. Nós estamos acostumados a participar da CPI do INSS nessa condição de depoente e de quem faz as perguntas! Agora estamos nos vendo frente a frente aqui, ainda bem que os dois sem nada a temer e nada a dever. De qualquer maneira, quero agradecer a disposição de estar conosco aqui e principalmente a disposição de ter participado da obstrução. Eu acho que eu toco no ponto principal da sua participação. O Partido Novo, como eu disse há pouco, não participou da eleição do Hugo Motta. Inclusive, nós lançamos candidatura à Presidência da Câmara. Fui candidato, e lançamos inclusive um *slogan* bastante sugestivo: "*Um voto para não se arrepender*". Nós vimos que houve, ao longo do tempo, um arrependimento de grande parte dos colegas, em virtude de uma série de promessas feitas não terem sido cumpridas. Pois bem, uma dessas promessas seria a questão da anistia, que tinha a maioria de assinaturas de Deputados — ajudamos, inclusive, a colher a maioria das assinaturas. Tinha uma predisposição de parte dos Líderes pautá-la, apesar de apenas os Líderes do PL e do NOVO manterem esse posicionamento firme do início ao fim no Colégio de Líderes. No momento de obstrução, a Oposição decidiu fazer essa obstrução unida, PL e NOVO como partidos, mas também representantes de vários outros partidos políticos. Eu faria a primeira pergunta: a que você reputaria essa decisão sua e de outros Parlamentares do NOVO em participar de uma obstrução para cobrar uma promessa que tinha sido feita a um partido político ou aos apoiadores de um candidato à Presidência, que não era o mesmo que nós apoiamos?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Olha, eu posso falar isso, inclusive, de maneira muito tranquila, até porque todos sabem aqui do meu posicionamento, muito claro: eu não sou bolsonarista, nunca fui, e o que moveu todas aquelas pessoas a irem



naquele movimento foi justamente ver o sofrimento que metade do Brasil estava passando, ver o sofrimento de pessoas. Eu fui visitar os presos, e vou deixar isso claro também. Eu estive até com o Marcel na Colmeia. Fomos os primeiros a visitar as mulheres presas na Colmeia — eu, ele, e o Eros Biondini também foi. Foi uma das cenas mais grotescas, mais desumanas. Eu acho que eu nunca vou me esquecer daquela cena, principalmente porque eu vi cinquenta mulheres enjauladas num cubículo, recebendo uma citação todas iguais. Ele chamava e mostrava: *"Olha aqui, Deputada"*. Os agentes penitenciários todos em choque, porque falaram: *"Nunca aconteceu"*. Então, o que aconteceu foi uma atrocidade. As narrativas podem ser diversas, mas eu acho que a indignação daquele momento mostra muito bem o que é não seguir a Constituição, não ter direito à defesa, independentemente. Até porque eu acho que os arruaceiros, quem bagunçou, quem não sei o quê, têm que responder pelo que fizeram. Eu não estou discutindo isso. Eu estou discutindo aquela indignação de ver que teve muita gente ali que não teve o devido processo legal. Muita gente, não, eu diria todos. Então, essa indignação, Deputado Marcel, respondendo à sua pergunta de uma forma objetiva, era o que movia boa parte dessas pessoas. Daí já teve gente que morreu, sob a tutela do Estado — estamos falando de Clezão —, teve outros ali doentes, estragos em famílias inteiras. E naquele momento ali eu acho que realmente a gente se deu conta, porque essas pessoas só têm aos representantes para recorrer. Eu falei: *"Ou a gente faz esse papel, ou a gente não serve para nada!"* E quando a gente vê que as prioridades da Casa, do Colégio de Líderes, não são as prioridades do País, são as prioridades com CPFs específicos, interesses específicos, a gente começa a se questionar e cobrar uma posição. Então, eu acho que a questão de a gente estar ali naquele momento — como eu disse, e vou repetir aqui para o Sr. Relator, para o Sr. Presidente da Comissão —, o ato de obstrução foi feito pela Oposição. Colocaram três na berlinda, porque, naquele momento de segundos, tinha o A, o B e o C sentado na cadeira, mas podia ser qualquer um dos cem. Então, eu acho muito legítimo que, primeiro, ou parem com a perseguição dos três que estavam naquele momento, ou coloquem os cem na berlinda. Ponham os 120 Deputados da Oposição para responder aqui. Quando o Deputado Hugo Motta entrou no plenário, eu me lembro, Deputado Marcel, de que você não estava sentado na mesa do Presidente, estava do lado, mas pouco importa também a questão da cadeira um, da cadeira dois. Eu me lembro de que você se levantou logo depois que ele chegou, mas



não tinha ainda sessão, Ordem do Dia. A gente não sabia nada do que ia acontecer. Eu dou aula de comunicação, e o que teve ali, Presidente, foi um problema de comunicação. O pessoal da Oposição estava esperando um acordo ali em cima, só que a gente não foi comunicado de que o acordo tinha sido feito. O Presidente se antecipou e entrou. Foi uma bela de uma bagunça o que aconteceu ali, um problema de comunicação que gerou um mal-entendido. É claro que tem um jogo político envolvido, que muitos falaram: *"Ah, então, estão obstruindo os trabalhos"*. Ninguém estava obstruindo nada. A gente estava esperando um acordo. Foi isso que aconteceu. Eu lhe respondi, Deputado Marcel? Eu já nem sei mais.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não só respondeu, como acrescentou algo importante. Sobre essa questão da falta de comunicação, a que você acha que se deu essa falta de comunicação sobre um eventual acordo que tinha sido feito na sala da Presidência? Era possível, por exemplo, que uma pessoa falasse num lado da mesa e fosse escutada, sem nenhum problema, do outro lado da Mesa Diretora?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Absolutamente, não, tanto que, se me perguntarem em detalhes o que foi falado naquela reunião, era um monte de gente apinhada, uma "falaçada".

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Quantas pessoas, mais ou menos, tinham?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Ai, gente, eu não sou muito boa nisso, mas talvez umas quarenta, cinquenta, sessenta. Tinha muita gente lá em cima. Eu sei que eu estava longe da mesa, eu estava mais para trás, um monte de Deputados lá na frente. Daí eu me lembro de que os Deputados da base, tinha uns ali que estavam fazendo um pouco de escarcéu, estavam querendo tumultuar. Estava tumultuado. Eu acho que ninguém ouvia ninguém. Daí se juntavam naquele círculo aqui, com um bando de gente assim, no meio. E estavam falando de um acordo. Eu me lembro de que eu ouvi alguma coisa de fim do foro privilegiado e fiquei toda feliz, porque é a pauta que eu defendo desde que eu entrei aqui, em 2019. E eu falava: *"Ah, fim do foro!"* Eu animada até. *"Gente, que legal! Fim do foro!"* E no meio de tudo isso, vem o acordo. Os Líderes do Centrão vêm aqui para cancelar o acordo, até para ser uma coisa digna para todo mundo: para quem está em cima, para o Presidente da Casa, que precisa ser respeitado — foi eleito, é o Presidente da Casa. Então, ficou todo mundo ali, falando o que ia



acontecer, esperando um acordo, quando, na verdade, apareceu, e tomou todo mundo de surpresa. Então, não dava para ouvir. Quem estava num canto, não ouvia o outro. Não dava para ver. Estava uma bela de uma baderna aquele plenário naquele momento específico em que eu estava lá.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Essa baderna incluía algum tipo de ato de violência?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - A baderna, como eu já disse, não teve nenhum tipo de ato físico, xingamento, desrespeito. Baderna, eu digo, é assim: baderna de plenário, como a gente chama, em que fica um monte de Deputado falando, todo mundo perguntando, todo mundo querendo saber. Aí os Deputados da base fazendo o fuá deles ali no plenário. Eles ali, na parte de baixo, e a gente na parte de cima. Daí eu me lembro de que teve até uma cena de Deputados da base tentarem subir. Enfim, coisas de plenário, baderna de plenário, mas nada que seja desrespeitoso, nada que seja agressivo, nada que tenha a intenção de agredir, tanto assim que o mote ali era aguardar o acordo e aguardar os Líderes subirem para fazerem essa transição com o Presidente. E tudo isso foi atropelado pela falta de comunicação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu quero lhe agradecer pelas respostas e também lembrar da nossa ida à Colmeia. Realmente, foi bastante tocante para mim. Nunca mais eu pude enxergar da mesma forma essa situação toda da anistia e da violação dos direitos humanos que ocorreu ali. Agora, tentando ser o mais neutro nessa história toda, nós dois somos Deputados desde 1º de fevereiro de 2019. A senhora já foi Líder por 2 anos do Partido Novo, teve contato com Presidentes distintos...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - ... Deputados Rodrigo Maia, Arthur Lira, agora Hugo Motta. E até aquele fatídico dia 6 de agosto, nunca tinha ocorrido... Na verdade, a obstrução aconteceu por mais dias. Desde aquele mês de agosto, nunca tinha ocorrido uma obstrução daquele tipo. A que você acha que se deve essa escalada também, a ponto de uma medida, que é regimental, que é pacífica, e que outros já fizeram no passado, ter sido tomada como uma medida da Oposição naquele mês de agosto?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu acho, como eu já disse, que essa temperatura escalou e aquela semana aconteceu porque havia uma expectativa muito



grande e uma cobrança muito grande das pessoas por essa pauta da anistia. Havia também uma indignação enorme com o que votamos ou deixamos de votar no plenário, da decisão dessas pautas. Havia também uma pressão muito grande em relação às pautas que estão prejudicando o País de uma maneira ampla, eu diria: aumento de imposto, aumento de privilégios. Então, começou a ser fomentada uma indignação tamanha, e acho que parece... Às vezes, tem coisas que não têm um fato, são fatos. É a gotinha que vai caindo no copo e, às vezes, o copo transborda. Mas, naquele ato... Digo que foi um ato forte até, porque envolveu o Senado também, não foi uma coisa da Câmara. Eu quero lembrar a todos aqui que essa é uma pauta do Congresso Nacional. A gente está falando de Senado, a gente está falando de Câmara dos Deputados. E isso também foi conversado com os Senadores, porque não tem coisa pior do que você aguardar, esperar que seja dado o devido cuidado a pautas relevantes. A gente está falando de pautas relevantes para, pelo menos, metade do País. No mínimo, tem que ser votado. E, a cada passo, *"coleta assinatura porque daí vai pautar"*. Coletou assinatura e não pautou. Participei de uma reunião de Líderes — eu ainda era Líder, acho que era março ou abril desse ano, eu não lembro. Depois que o Deputado Sóstenes, que é Líder do PL, coletou todas as assinaturas da anistia, eu estava na reunião quando disseram que, apesar das assinaturas, não seria pautada. Acho que todo mundo se sentiu enganado, todo mundo se sentiu traído, todo mundo se sentiu passado para trás. Eu acho que é esse sentimento de indignação que levou... E volto a dizer: isso não foi somente da Câmara, foi da Câmara e foi do Senado. E volto a dizer: isso já aconteceu várias vezes, no passado, com várias pautas distintas, e sempre foi um ato de obstrução. Então, ninguém... Não teve nenhuma coisa diferente do que, realmente, uma indignação e um ato legítimo da atividade parlamentar, que é obstruir o que se considera um absurdo: *"Não vamos pautar nada enquanto a gente não parar para discutir o que é importante para este País"*.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E os atos que ocorreram no passado foram da Esquerda ou da Direita?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Olhas, as fotos, inclusive, que eu vi... Como eu já disse, até brinquei com a Deputada Luiza Erundina, que é do meu Estado, São Paulo. Eu, pessoalmente, gosto muito da Deputada Luiza Erundina, mas estava ela ali, obstruindo por causa da reforma trabalhista. Eu acho isso bem legítimo, inclusive.



Teve também do Lindbergh Farias, da Gleisi Hoffmann, daquela Senadora... Acho que é Fátima.

(Intervenção ininteligível fora do microfone.)

Isso, Fátima Bezerra. Obrigada, é essa mesmo. Então, são atos, eu acho, que é o desespero. Quando a obstrução caminha, caminha, e quando nada acontece, todo mundo parece pasteurizado... Quando começam a normalizar tudo, Presidente, quando as desgraças vão acontecendo, você fica completamente apático ao sofrimento das famílias, à morte de um brasileiro e outras coisas mais, tudo que é abuso que estão sofrendo, a gente realmente escala. Eu acho que, quando há um ato de falar assim: *"Nossa! Vamos parar tudo para chamar o Presidente e todo mundo, chamar a atenção"*... Eu acho que, simplesmente, foi uma escalada natural, e bem respeitosa, volto a dizer. Eu não vi ninguém levantar a voz para ninguém, xingar ninguém, bater em ninguém. Foi, eu diria, realmente uma revolta. Eu vi as pessoas que ficaram indignadas: *"Ai, estavam obstruindo os trabalhos da Câmara"*. E eu falei: *"Gente, eu não vejo essas pessoas indignadas com gente que enfia dinheiro na cueca, com gente que vende emenda parlamentar"*. Eu queria que essa mesma indignação viesse da roubalheira que tem com tanta coisa, com CPFs e coisas que são aprovadas. Desculpa. Desabafo. Ponto. Fiquei quieta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E apesar de terem sido feitas, no passado, essas manifestações pela Esquerda, foi a Esquerda que entrou com representações contra nós, Parlamentares: Deputado Lindbergh Farias, Deputada Talíria Petrone e Deputado Pedro Campos. A senhora tem notícia de por que eles mudaram de opinião?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Infelizmente, também... Eu até brinco quando eu encontro um Constituinte, alguém que tenha participado daqui em legislaturas passadas — eu até brinco. Eu falei: *"Gente, infelizmente, hoje parece que o Parlamento perdeu o brio, porque a gente tem que defender o certo, não importa se o certo é um Deputado da Oposição ou um Deputado da base"*. Eu via muitas vezes Deputados de legislaturas passadas defendendo o correto e se colocando na linha de frente para defender Regimento, para defender Constituição, e infelizmente isso não acontece mais. Então, resumindo a história, você perguntou do Deputado Lindbergh, não é a primeira vez que ele entra. Ele entra por qualquer coisa, por qualquer respiro, em questões meramente



políticas e narrativas. Infelizmente, é isto: a guerra da base contra a Oposição, independentemente de estar certo ou errado — infelizmente!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sobre o fato, especificamente, a senhora esteve comigo naquele dia e nos dias anteriores também, mas, naquele dia específico, mais apropriadamente, quando chega o Presidente Hugo Motta, lembra em que cadeira que eu estive sentado?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Lembro, até porque eu ainda vi e revi, porque todo mundo fala: *"O Marcel estava na mesa da Presidência!"* Eu falei: *"Imagine, a cadeira da Presidência é aquela cadeira altinha, que é mais alta que todos assim"*. Você não estava na cadeira da Presidência. Eu lembro até... Você estava na do lado, naquela do ladinho, não sei se é do SGM. Você estava lá do lado. Era uma cadeira do lado, não era a cadeira mais alta da Presidência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Era o local em que se assenta o Secretário-Geral da Mesa. Inclusive, o Deputado Meira confirmou essa mesma informação. Eu pergunto: aquelas cadeiras que ladeiam a cadeira do Presidente são costumeiramente ocupadas apenas por membro da Mesa Diretora ou por qualquer Parlamentar?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Gente, qualquer Parlamentar. Eu até fiquei indignada com essa colocação, porque quem vê pensa que aquilo ali é um santuário intocado, que só se senta o Presidente, o 1º Vice, o 2º Vice, não sei. Ali se senta qualquer Deputado. E é corriqueiro, não é por desrespeito. É um ato normal, tem uma cadeira ali, tem a mesa. Quando o Presidente está lá, ele se senta na cadeira dele, ou qualquer Presidente que possa estar em exercício. Quando eu presidi sessão, eu me sentei na cadeira do Presidente, qualquer outro Deputado se senta na cadeira do Presidente e nas cadeiras ao lado. É um ato. Um Deputado pode se sentar ali durante a sessão ou fora da sessão. Isso é uma prática comum, é uma cadeira comum numa mesa, e lá, como eu já disse, tinha vários Deputados ocupando a mesa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E a sessão estava aberta naquela hora?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - De jeito nenhum!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E quando a sessão está aberta, a senhora já viu algum Deputado ser advertido por estar sentado naquelas cadeiras?



A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - É óbvio que não, senão eu estaria no Conselho de Ética o tempo inteiro, porque eu me sento lá direto. Todos os Deputados podem se sentar lá. É uma prática sentar-se lá, inclusive os Deputados que adoram aparecer no jornal. Quando tem pauta, todo mundo vai para lá, todo mundo quer sentar ali, é a guerra para... Mas, então, lá qualquer Deputado pode se sentar, é uma prática. É lógico, se as cadeiras estão ocupadas pelo 1º Vice, 2º Vice, sei lá quem, se a mesa está lá, é natural, até por educação, que a gente... O Deputado se sente lá, mas qualquer Deputado pode se sentar ali, não tem proibição de se sentar na cadeira.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Então, a senhora confirma que eu não estava sentado na cadeira do Presidente?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Confirmo, e as fotos confirmam. Não preciso nem confirmar, isso daí está ali.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - É porque nós pedimos, Sr. Presidente, Sr. Relator, desde o primeiro momento, que a denúncia do Deputado Lindbergh Farias fosse considerada inepta, porque ele não descreveu corretamente os fatos. Ele começa fazendo uma acusação absolutamente falsa de que eu estava sentado na cadeira do Presidente da Câmara. Já é a segunda testemunha que chega aqui e desmente categoricamente aquilo que já está muito claro só em assistir aos vídeos. Então, quero que isso fique registrado, Sr. Presidente, porque, quando não há uma descrição correta dos fatos, já não há mais como se ter um processo que garanta ampla defesa e um processo que seja, de fato, minimamente razoável. Só por isso, sinceramente, entendo eu que nem eu, nem o Deputado Marcos Pollon, nem o Deputado Zé Trovão deveríamos estar aqui sentados, porque a descrição dos fatos não correspondeu à realidade; no meu caso — os demais podem falar dos seus —, em virtude de o representante ter descrito a cena como se eu estivesse sentado à Mesa Diretora, na cadeira do Presidente. Eu queria ainda perguntar à depoente, à testemunha, se a senhora viu quando o Presidente Hugo Motta chegou ao plenário.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Vi.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Como pode descrever esse momento? Foi um momento tranquilo? Foi um momento conturbado?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Olhe, eu já disse que estava aquela revolução lá em cima, estava realmente bem movimentado, e foi uma surpresa ele



chegar. Inclusive, todos foram tomados pela surpresa. Eu fui tomada pela surpresa. Eu me lembro de que eu estava atrás da mesa. E eu ainda pensei: *"Ué, cadê o acordo? Cadê os Líderes que viriam aqui fazer essa transição e tudo mais?"* Não aconteceu isso. E todo mundo foi tomado pela surpresa. Eu sei porque estava o Deputado... quando ele tentou subir ali, eu lembro que estava o Zé Trovão ali, tinha outro ali, tinha outro ali. E todo mundo ficou meio naquela coisa: *"O que eu faço agora? O que aconteceu? Cadê a transição?"* Porque, na verdade, foi um problema de comunicação e um acordo que não foi... A comunicação não chegou, gente! Foi justamente naquele momento entre a informação chegar... Eu acho que o Presidente Hugo Motta foi antes do combinado ou os Líderes atrasaram no cafezinho, e foi uma cena meio patética. Todo mundo falou assim: *"Mas o que vai acontecer agora? O que eu faço? Vai? A gente sai? A gente não sai?"* Houve aquele impasse. Eu acho que todo mundo ficou ali no impasse: *"Engraçado, não ia haver uma transição?"* Todo mundo pensou ali: *"Não, mas não foi isso que a gente estava combinando. A gente estava com uma expectativa"*. Então, acho que todo mundo congelou por alguns segundos até para tentar raciocinar sobre o que estava acontecendo. Foi isso que aconteceu ali.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Em algum momento você teve medo de algum tipo de retaliação, de algum tipo de punição pelo ato que foi feito pela Oposição?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Olhe, sinceramente, não. E falo claramente, novamente, e falo para o senhor, Presidente desta Comissão: se os três estão aqui, deveria ter 120 aqui. É injusto o que está acontecendo, porque, independentemente, inclusive, de eu gostar de A, não gostar de B e tal, isso aqui, na verdade, foi um ato de obstrução para que a gente possa parar, pensar no País e discutir as pautas relevantes, coisa que não é feita há muito tempo. Eu brigo na CMO a mesma coisa, as prioridades do País. Estou falando aqui. Então, foi um ato. Então, voltando, nunca pensei que pudesse ter algum tipo de retaliação, que vocês viessem para um comitê de ética por um ato que eu acho que, sinceramente, chamou a atenção do Brasil para algo que está acontecendo aqui. Existe uma ditadura no Legislativo onde pautas relevantes para o País, no combinadinho ali de cinco, seis Líderes que não representam o todo — quero deixar isso claro, essa é a minha opinião, está bem, minha opinião, estou falando, eu, Adriana —, mas eu jamais pensei que pudessem pegar três Deputados,



pinçados, jogá-los aqui numa comissão de ética. E por que no passado não vieram os mesmos? Por quê? Porque é o olhar. Eu acho que existe, sim, uma perseguição em curso e uma falta de segurança, talvez, de colocar, de reequilibrar a Casa, reequilibrar os partidos, reequilibrar os Poderes. Basta ver que está tudo desequilibrado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, eu acho que ficou muito claro, com mais um depoimento aqui de testemunha, que ninguém foi com a intenção de fazer qualquer tipo de movimento violento, de movimento antidemocrático, como acusam nossos opositores, que inclusive fizeram essa representação sórdida contra nós. Mais uma vez, fica claro também que ninguém esperava qualquer tipo de retaliação ou qualquer tipo de punição. E, por isso, me parece absolutamente claro que só se pode esperar uma punição destes Parlamentares caso este Conselho viesse a ser convencido por uma minoria de opositores ao nosso trabalho, o que demonstra ser uma decisão absolutamente política que precisará ser tomada por este Conselho, mas que estará muito longe da questão de justiça no caso de uma punição. E também, Sr. Presidente, que toda a nossa movimentação, Sr. Relator, foi feita fora do expediente regular da Câmara dos Deputados. Quero ainda reforçar alguns fatos. Estivemos na cadeira — nas cadeiras, aliás —, por não mais do que 1 minuto e com toda a demora ainda considerada depois até a chegada do Secretário-Geral da Mesa, quando efetivamente foram abertos os trabalhos, ou seja, não houve qualquer prejuízo ao bom andamento dos trabalhos. O que houve, sim, mais uma depoente confirma, foi de fato uma grande falha de comunicação. E eu gostaria, inclusive, que a depoente pudesse confirmar ou não que havia um combinado entre aqueles que estavam ali na mesa que só se desceria da mesa, e de uma forma absolutamente ordeira, pacífica, de modo a não apenas permitir, mas apoiar o bom andamento dos trabalhos, no momento em que todos aqueles que lá estavam em cima fossem informados de um acordo que tivesse sido firmado. Confirma essa informação?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Confirmo. Confirmo essa informação. Por isso que eu reiterei aqui que, dentro daquela conversa que houve lá em cima do plenário, estavam todos esperando essa confirmação para a desocupação de maneira pacífica. Aliás, tudo foi pacífico. Eu acho que essa expressão "de maneira pacífica" nem cabe aqui, porque tudo foi tão tranquilo, pacífico, avisado. O que aconteceu foi um



desencontro de informação e um lapso de tempo, que deu uma confusão por falta de comunicação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu quero aproveitar, Sr. Presidente, e me dirigir aqui ao Sr. Relator, pois ouvi uma pergunta agora, na fase de questionamentos à depoente, à testemunha Adriana Ventura, que me chamou a atenção, quando o senhor pergunta se ela percebeu que havia sido mantida a obstrução de alguns Parlamentares, apesar de apelos de membros da Oposição para que deixássemos as cadeiras. E eu faço essa manifestação neste momento, Sr. Presidente, e repito, em especial, ao Sr. Relator, porque, de fato, dada a confusão, nós aguardávamos a orientação daqueles que eram os líderes e porta-vozes do movimento sobre o que fazer e se o acordo estava de fato fechado. Se V.Exas. bem observarem as gravações, e talvez leituras labiais possam auxiliar nesse intuito, eu digo, quando estou sentado na cadeira do Secretário-Geral da Mesa: "*Chamem Sóstenes, Zucco e Nikolas*". Eram os Parlamentares que estavam em tratativas com o Presidente da Câmara antes de toda a confusão formada, em que o Presidente da Câmara havia subido. Eu fazia isso justamente porque sou uma pessoa de palavra, de firmar o combinado até o final, junto com aquele grupo de mais de cem Parlamentares que estavam em obstrução. Eu disse isso porque, com a presença daqueles três Líderes — podem observar as imagens, e faço questão de firmar isto aqui, Sr. Presidente e Sr. Relator —, quando Zucco e Nikolas ali estavam, e Sóstenes, se não me engano, aparece no plenário, porque ele tinha estado com o ex-Presidente Arthur Lira, e não com o Presidente Hugo Motta... Todas as matérias jornalísticas deram essa informação posteriormente. Quando eu tenho a confirmação de que o acordo está feito e, repito, não durou mais do que 1 minuto, imediatamente nos levantamos das posições, Pollon e eu, e não oferecemos qualquer tipo de resistência. Se houve qualquer tipo de resistência, jamais foi à figura do Presidente da Câmara, que tem toda a legitimidade. Aliás, o nosso protesto era justamente para que o Presidente da Câmara pudesse exercer o seu papel de dono da pauta e colocasse, então, a anistia para se votar o mais rapidamente possível. Não, o nosso objetivo ali era que justamente a Oposição pudesse, em paz, descer da mesa após selado um acordo benéfico para toda a Casa Legislativa, com o apoio dos principais líderes do centro. Se, por questão de segundos, 1 minuto, ou que fossem 5 minutos ou 10 minutos, tivermos nós que ver os nossos mandatos cerceados com 1 mês de punição ou mais de suspensão, creio eu, Sr.



Presidente, que o poder da minha palavra, o dever de manter o combinado, valha muito mais do que qualquer injustiça que eu possa vir a sofrer aqui. Mantenho, repito, tudo o que fiz, porque não fiz, em nenhum momento, para desacatar o Presidente da Câmara, para desrespeitar os meus colegas, mesmo aqueles que hoje sordidamente me acusam e representam contra mim, porque entendo, inclusive — pena que não estamos mais na presença de um Parlamentar do PSOL, a quem muito respeito como pessoa, obviamente, discordando das suas posições —, que, de certa forma, pode ser visto até como uma homenagem àqueles que nos precederam, como diz a Deputada Adriana Ventura, e que por tantas vezes foram eficientes e eficazes nas suas obstruções, ainda que com métodos muitas vezes violentos, com os quais nós jamais concordaremos. Por isso, Sr. Presidente, aqui fica, com um pouco de uma verve de indignação também, porque estamos agora no mês de dezembro, e desde agosto rola esta expectativa de punição, que jamais poderia ser colocada sobre a cabeça de três Deputados. Que fosse, então, sobre a de todos, mas, na verdade, repito o que disse na manifestação anterior: não pode ser sobre a de nenhum. A obstrução é legítima, ela foi correta, ela foi bem feita. Aquilo que foi de excesso, de parte a parte, na política — isso ocorre, ocorreu hoje, ocorre todos os dias —, não pode ser penalizado, ainda mais com uma injustiça de uma punição de suspensão do mandato parlamentar conferido por centenas de milhares de cidadãos em cada um de nossos Estados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito bem, Deputado Marcel van Hattem.

Eu passo a palavra ao Deputado representado Marcos Pollon, para questionamentos à testemunha.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Boa tarde, Deputada. Tudo bem? Deputada, embora V.Exa. já tenha esclarecido muito aqui, tenho alguns poucos questionamentos. V.Exa. disse que assistiu inúmeras vezes ao vídeo, para ver em qual cadeira o Deputado Marcel estava sentado. A senhora estava lá em cima, na parte de trás. Então, a senhora visualiza o momento em que o Deputado Hugo Motta entra, sobe atrás da tribuna. Em algum momento o Deputado deixou de caminhar, a não ser por intenção dele ou para cumprimentar o Deputado Sóstenes e outros Deputados ali? A senhora viu alguém impedi-lo de caminhar, ou ele vinha parando e conversando com os Parlamentares que lá estavam?



A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu não sei se eu tenho ciência do trajeto todo. Eu lembro... Até porque ele, Presidente da Casa, quando ele não para ele é parado. Então, ele naturalmente para de um em um, seja para cumprimentar, seja para o beija-mão, seja para pedirem alguma coisa, enfim. O trajeto todo eu não vi. Eu vi um momento em que ele... Ele foi parando bastante, falando com um, falando com outro. Teve um momento que teve um certo desconforto, porque as pessoas não estavam entendendo. *"Como assim? Ele já subiu?"* Foi aquele impasse, aquele momento do impasse, que durou uns... acho que questão de segundos — é que às vezes 1 segundo parece uma eternidade. Mas teve um momento ali em que a Oposição como um todo não sabia... *"Mas já está na hora de a gente descer? A gente pode descer? A gente pode sair?"* Então, teve um momento de impasse ali, que foi meio bagunçado, porque a informação não chegou, e ninguém sabia como agir. Então, como estava muito cheio também... Não é que ele pegou e foi andando naturalmente. Ele já para naturalmente. Quando está tudo lotado, para muito mais ainda, porque, para você conseguir entrar lá dentro, você tem que pedir licença para um, aperta daqui, aperta dali. Então, não é... não estava num... O trânsito não foi normal. Ele foi parando e parado várias vezes.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Deputada, a senhora falou que é normal ele ser abordado, enfim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - É.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - A senhora sabe precisar em minutos, assim, aproximadamente, nos dias normais, que não têm... que não está tão ocupado como estava lá naquele dia... Ele demora 2 minutos, 3 minutos para chegar até a cadeira dele?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - É, talvez. Eu sou péssima em tempo, mas talvez. Ele anda, para, conversa com um, para, anda, conversa com outro, aí o outro vem pedir alguma coisa. Tanto é assim que às vezes... Ele entra por trás, porque sai ali, ele entra inclusive pela portinha, pela questão da sala dele, e sobe. Mas aquele dia estava cheio. Aquele pedaço em que ele passa estava cheio, não é?

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Naquele dia, Excelência, ele demorou aproximadamente 4 minutos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Ah, foi isso? Ah, está bom. *(Risos.)*

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Está no vídeo. Os outros dias, ele...



A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Um pouquinho menos.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Um pouquinho menos, ou semelhante, alguns dias um pouco mais. A senhora, da posição em que a senhora estava, a senhora conseguia visualizar quem estava sentado ali na frente, ou tinha outras pessoas na sua frente? A senhora conseguia visualizar o Deputado Pollon, o Deputado...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não com clareza, na verdade, porque, como eu disse, estava muito cheio. E outra coisa que eu acho que é importante também frisar: tinha um revezamento. *"Alguém quer fazer xixi, quer ir ao toalete?"* Levanta, e ocupa outro. Tinha um revezamento natural. Tinha uma tabelinha. Não tinha aquela coisa... Por isso que eu falei... É uma coisa natural. Eu, na posição em que eu estava, se você falar quem estava na primeira cadeira, na segunda cadeira, na terceira cadeira, eu sinceramente não lembro, mas tinha um revezamento. Mas a visão, a quantidade de Deputados que tinha lá dentro, porque estava bem movucado... Eu não tinha visão clara de quem estava lá.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Os Deputados da base estavam todos na parte baixa?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Na parte de baixo. Dava para ver com clareza.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - A senhora se refere a que dava para vê-los com clareza de cima para baixo. E eles tinham uma visão, lá em cima, do que estava acontecendo? O trânsito que o Deputado...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Acho que não. Acho que não porque, quando você está em plenário, a mesa fica em cima, e a gente, quando está embaixo, mesmo os mais altos, eles enxergam daquele jeito, com um monte de gente na frente. O que acontece atrás de quem está na frente não dá para ver.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Então os Deputados da base não visualizavam o Deputado Hugo Motta entrando, enfim, porque ele estava...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Com precisão, com certeza não, porque lá em cima... Gente, estava com muito Deputado lá em cima. Talvez tenham... A menos que eles tenham tentado, estivessem na lateral... Mas, assim, lá de baixo, olhando



assim, a clareza do trajeto, com tanta gente na frente, a visualização fica bem prejudicada.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Estava totalmente audível, assim, ou quase que tinha que gritar?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Gritar.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Não se escutava?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Gritar. Inclusive tinha Deputado da base no plenário também gritando. É o que eu falei. Eu lembro que teve uns bate-bocas ali, até porque parece que tinha Deputado da base querendo subir, falando alto, e outro respondendo. Estava um monte de gente falando ao mesmo tempo.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Quando a senhora referiu que visualizou o vídeo, a senhora observou se o Deputado Pollon, quando ele estava sentado, tinha um campo de visão do Deputado Hugo Motta, se ele conseguia visualizar o Deputado Hugo Motta chegando? Se a senhora se recorda...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Olha, assim, eu vou falar eu me imaginando sentada na mesa de Presidente. Não dá para ver que o Deputado Hugo Motta estava chegando.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - A senhora não se recorda que o Deputado Luizinho Lira estava atrás do Deputado Pollon, impedindo a visualização dele? Ele estava num plano mais baixo, porque ele estava sentado, obviamente, e o Deputado Luizinho estava atrás dele. A senhora se recorda disso?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não, eu não me recordo disso especificamente, até porque tinha muito Deputado. O que eu estou pensando é, eu sentada numa mesa da Presidência, vindo alguém do lado esquerdo, com um monte de gente atrás, não dá para saber, não dá para olhar quem está chegando e quem não está chegando.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - E o Deputado Luizinho estava...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Tinha mais gente atrás.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - ... do lado esquerdo, conversando com o Deputado Pollon.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - É.



O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - A senhora se recorda do tempo em que o Deputado Hugo Motta chega à cadeira, atrás da cadeira da Presidência, e o Deputado Pollon se levanta? A senhora se recorda se foram alguns minutos ou alguns segundos?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Olha, gente, foi rápido. Eu sei que nesse meio-tempo teve um desconforto. Eu fico pensando aqui, Dr. Ricardo, que existe uma... A falta de informação eu acho que também chegou para o Deputado Hugo Motta. Porque eu acho que ele também tinha uma outra expectativa. Eu percebi no semblante dele que ele ficou incomodado, eu ali atrás, naquela coisa... Ele ficou incomodado, porque eu não sei, também não sei... Acho que ele foi lá, não deu... Os Líderes chegaram depois. Como o *timing* não deu certo, eu percebi que ele ficou um pouco incomodado com aquela bagunça lá de cima, com gente sentada na mesa, mas foi uma coisa muito rápida, e depois eles se levantaram, quem estava na mesa se levantou, quando depois foi esclarecido que estava tudo certo e que iam pautar a anistia e que iam pautar o fim do foro privilegiado.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Quando o Deputado Hugo Motta abre a sessão, ele advertiu algum dos Deputados que estavam ali, ou seguiu a sessão normal?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sinceramente, eu não lembro. Eu não lembro. Eu não lembro, mas eu lembro que teve um mal-estar, eu me lembro do semblante, mas, assim, da fala especificamente eu não me lembro.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - De ele ter verbalizado isso?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - É possível, mas eu não lembro.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - A senhora se referiu às obstruções, enfim, pretéritas. A senhora recorda qual foi a... se vieram a Conselho, e qual a decisão do Conselho, ou se teve punição ou não teve para os Parlamentares?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Então, o que eu sei, eu não sei especificar qual, mas, assim, eu sei que teve uma que o próprio Lindbergh tentou obstruir a Comissão de Ética. Então eu sei que teve alguma que foi para a Comissão de Ética. Pelo que sei, nenhuma teve punição, nenhuma teve punição pelas obstruções, e sei que uma foi para o comitê de Ética, não sei qual, se foi da Gleisi, se foi da Fátima, se foi da Vanessa, quando elas eram... mas eu sei que ele tentou obstruir a Comissão de Ética justamente porque falava que era um ato legítimo de obstrução. Então, ele estava



obstruindo porque achava um absurdo estar no comitê de Ética, o que é um ato legítimo de obstrução, mas a gente sabe que se trata de perseguição política, não de fato.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Para concluir, e depois vou passar a palavra ao nobre Deputado Marcos Pollon, Excelência, a senhora atribui que estão sendo trazidos a Conselho o Deputado Marcel van Hattem, o Deputado Marcos Pollon e o Deputado Zé Trovão por eles liderarem, por eles estarem aguerridos na questão da anistia? É uma perseguição política dos Deputados da base, enfim, dos denunciantes aqui?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Assim, eles defendem pautas, eles têm opiniões firmes. Como eu disse, acho que neste momento são os três porque um estava guardando a escada, outro estava guardando a cadeira um, outro estava guardando a cadeira dois. Poderia ser a Maria, o José e o Joaquim. Por isso que eu falei que foi uma coisa pinçada, mas um pinçado interessante, e acho, volto a dizer, que devia ter 120 na berlinda, não só três, ou ninguém, o que seria o correto, a exemplos pretéritos.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Estou satisfeito. Muito obrigada, Excelência, pelos esclarecimentos.

Vou passar para o Deputado Pollon.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde, Deputada Adriana.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Boa tarde.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Tudo bom? Deputada, nós começamos a movimentação no meio da tarde, salvo engano, e, como a senhora disse, foram cerca de 120 Parlamentares que se revezaram na ocupação do espaço. Eu pergunto à senhora se a senhora se recorda se em algum momento chegou a nós, ali naquele cenário, o aviso de que seríamos retirados dali pela Polícia Legislativa, de que a Polícia Legislativa já estava às portas do plenário e de que seríamos todos cassados, sem exceção, após sermos retirados dali.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Olha, eu lembro... eu não me lembro exatamente da informação, do fato, tal, mas eu lembro que teve uma ameaça velada, que não sei de onde veio, mas eu não sei precisar, até porque eu lembro que naquela semana específica eu estava com muito compromisso interno e externo e eu ficava entrando e



saindo, mas eu lembro que teve um mal-estar com uma ameaça velada que gerou muita indignação em todo mundo. Mas eu não sei exatamente precisar...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Qual era o conteúdo. Deputada, a senhora estava ali no meio do aglomerado. Pergunto à senhora: existia algum espaço vago ali ou estávamos todos apinhados?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Apinhados. Apinhados.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Todos estavam no silêncio obsequioso das igrejas...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Falando.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - ... ou parecia uma feira livre?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Uma feira livre. É o que eu chamei de baderna.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Dava para compreender com exatidão todos os acontecimentos imediatamente?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não, até porque um estava no outro canto lá de cima, outro estava no outro canto, todo mundo falando, todo mundo perguntando. Uma pessoa falando no meio quem estava ouvindo era só o do lado. Então, todo mundo estava com informação fragmentada. Cada uma tinha um pedaço da informação, cheia de dúvidas. Então, ninguém sabia exatamente o que era, e nesse momento chegou ali o Presidente da Casa, e ninguém sabia o que fazer.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Exato. Estávamos ali, no final da obstrução, eu, o Marcel e o Deputado Zé Trovão, na entrada do acesso. Ficamos apenas — o tempo todo, desde o começo — só nós três nessas posições, ou os Parlamentares se revezavam nessas funções ao longo de todo o ato?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Houve revezamento de todos os Deputados, ou de boa parte deles, ao longo do período. Por isso que eu deixei claro que vocês três estavam ali naquele momento, e poderiam ser quaisquer outros três. Teve revezamento, respondendo.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Bom, no dia em que encerrou a obstrução, eu estava com o Deputado Marcel na ocasião em que eu fui informado de que iriam atribuir a ele a ideia de ocupar as cadeiras, porque supostamente ele teria capitaneado a intenção de ocupar as cadeiras, e eu fiz uma manifestação dizendo que nós em conjunto



assumimos a substituição dos colegas que ali estavam, porque, sim, estava havendo revezamento, inclusive mulheres se fizeram presentes ali, e disse a ele com estas palavras: *"Está uma balbúrdia aqui atrás, não dá para entender o que está acontecendo"*. E digo isso porque... Inclusive pessoas neurotípicas — a senhora que não tem nenhuma comorbidade, e o Marcel — teriam alguma condição de entender a barulheira que acontecia atrás, estando voltadas ali para a frente?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - No meu caso específico, eu estava rezando o terço, e o Marcel estava tentando pegar informações, e cada um falava uma coisa diferente. Teríamos nós dois condição de intuir, magicamente ou por alguma outra razão, que teríamos que simplesmente levantar do nada e abandonar o posto, no qual nós demos a palavra de que firmaríamos até que houvesse o acordo?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não. Não dava nem para ouvir nem para entender. Todos estavam esperando que fosse feita a transição do acordo. Era o esperado por todos, até para fazer uma transição legítima para o Presidente, até para mostrar que foi uma coisa acordada, consensual.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - E não um despejo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Nada de despejo. (*Risos.*)

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Pois muito bem. A senhora deve recordar que vários Líderes de vários partidos estavam lá em cima. Havia uma roda com todos esses Líderes, todos falando ao mesmo tempo. Em dado momento, foi fixado que a composição total da Mesa, junto com os Líderes, se colocaria na entrada do acesso à mesa e todos nós desceríamos uniformemente. Posteriormente, os membros da Mesa ocupariam seus lugares e seria dado início à sessão. A senhora se recorda?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu me recordo...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Que havia um acordo para desobstruir?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu me recordo desse acordo. Eu me recordo de que tinha aquele círculo lá em cima e um monte de gente apinhada tentando ouvir. Eu ouvi coisas fragmentadas. O que eu depurei dali era a questão do acordo, a questão do fim do foro, a questão da anistia, que estavam esperando esses Líderes selarem. De repente, surgiu o Presidente do nada.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - E nós desocuparíamos todos em conjunto?



A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Inclusive, faríamos essa transição, continuando o movimento supertranquilo e pacífico que era. Todos desocupariam ao mesmo tempo. Esse foi o combinado.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Houve, então, quebra desse acordo, desde o ato da desobstrução, uma vez que se atabalhoou o processo e não se seguiu a condução paulatina do que se havia acordado?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu não sei se entendi direito sua pergunta.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Eu refaço a pergunta. A gente tinha um acordo muito claro: nós não sairíamos dali enxotados. Haveria o aceno claro de que houve, sim, um acordo, e nós, voluntariamente, em conjunto — todos nós —, sairíamos todos, um a um, desocupando todo o espaço, para que os membros tomassem os seus assentos e conduzissem os trabalhos. Isso é que foi falado lá.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sim.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Pois muito bem. Antes que começasse o processo de desocupação do espaço, sem que nós nos déssemos conta, por conta da bagunça, o Presidente surgiu já diante do Zé Trovão. Esta é a pergunta: se essa chegada foi abrupta e fora do combinado preteritamente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Então, como eu já disse, a chegada foi abrupta, rompeu o *script*, vamos falar assim, esperado...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Isso. Tudo combinadinho.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - ...rompeu aquele *script*: "*Está sendo feito um acordo, que é esse, esse e esse. Estão todos de acordo aqui?*" "*Estão todos de acordo.*" "*Então, o que vai acontecer? Os Líderes vêm aqui, vão anunciar o acordo e todos vão desocupar. O Presidente e a Mesa vão ocupar*". Tinha um *script*, que foi rompido.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Foi rompido?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Ahã!

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Como a senhora mesmo disse, nós fomos surpreendidos, ao longo de todo o nosso mandato, com diversas quebras de acordo. Por várias vezes, combinou-se que seriam pautados alguns temas, e até hoje os temas não foram pautados. Durante aquele movimento, em que não se tinha sequer compreensão



do que estava acontecendo por conta da balbúrdia, nós vemos, mais uma vez, a utilização de um expediente fora do que foi preteritamente combinado. Diante disso, eu pergunto à senhora: na posição em que eu e o Marcel estávamos — olhando para a frente, cercados de Parlamentares de todos os lados e nas nossas costas —, não tínhamos a menor condição de visualizar o que estava acontecendo ali atrás. Havia a condição física de intuir que o Presidente já estava ali em cima?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Absolutamente não.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Ainda assim — eu falo para registrar, Sr. Relator —, o Presidente, depois que estava lá em cima, levou 40 segundos para ocupar o seu lugar. Pode-se ver nas imagens que, tão logo o Doutor Luizinho vem e fala para o Marcel e para mim que estava resolvido, que havia o acordo, que o Presidente estava ali e que era para nós nos retirarmos, nós imediatamente levantamos, os dois em conjunto.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sim. Isso eu vi.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Em momento algum houve uma afronta ao acordo que havia sido proposto, especialmente em se considerando que a forma de desobstrução não seguiu o rito previamente estipulado. Pergunto à senhora — depois nós vamos demonstrar que as imagens são claras apontando isso —: em algum momento o Presidente da Casa fala comigo ou me interpela de alguma forma? Todas as vezes que nós precisamos falar com ele, a gente sobe, interpela e fala com ele sentado ali. O.k.? Pelas imagens, fica claro que ele nem sequer se aproximou das minhas costas. Eu pergunto se ele me interpelou em algum momento, diretamente, naquela ocasião — ou ao Deputado Marcel.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu acho que não. Eu não vi.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Exatamente, porque fisicamente não tinha como. Existiam vários Parlamentares entre nós. Pelas imagens, isso fica evidente, como também fica evidente que, tão logo o Deputado Luizinho nos avisou que o Presidente estava ali, nós imediatamente levantamos. Outra questão é que, por conta de estar uma balbúrdia e cada pessoa falar uma coisa diferente, como a senhora já testemunhou, eu, sabendo que o Deputado Marcel van Hattem, assim como eu, mais valoriza a liberdade dessas pessoas do que teme qualquer consequência de atos legítimos — quero deixar claro que o ato de obstrução é obrigação da Oposição; mais do que direito, é obrigação, nesses termos, como a senhora já relatou —, disse a ele: *"Colha as informações, que eu*



vou me pautar exclusivamente em você, porque você pode ter certeza de que eu fico ombreando contigo até o final". Nessa ocasião, o Deputado Marcel foi muito taxativo: *"Se não houver acordo, eu não me levanto daqui"*. E me questionou se eu teria o ímpeto de acompanhá-lo até o final. Eu disse que sim e que só sairia dali se a informação chegasse limpa. Ocorre que, por conta dessa alegoria que fizeram — que ele estaria capitaneando a ocupação das cadeiras, o que é falso; foi um combinado de nós dois substituímos os colegas —, eu fiz um vídeo explicando que pedi a uma pessoa em cuja veracidade das informações eu confiava que me desse uma informação correta a respeito do que estava acontecendo, para que levantássemos em conjunto. Eu pergunto à senhora: em algum momento, eu abandonei o Deputado Marcel lá ou ele me abandonou? Ou saímos em conjunto?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Saíram em conjunto, bem rapidamente, quando o Presidente chegou.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - É importante deixar consignado, Sr. Relator, que, depois que eu saí, ainda levou alguns segundos — talvez até mais — para que o Presidente ocupasse o seu lugar. Tão logo chegou a informação, a gente já desocupou. Aí ele teve que vencer a obstrução física dos colegas para poder ocupar o seu assento, que ficou vago talvez até por mais tempo do que os 40 segundos que eu levei para sair de lá, assim que soube que ele estaria lá. Da mesma forma, a senhora percebeu que não foi imediatamente após a nossa desocupação das cadeiras que à sessão deu-se início? Houve um *delay* de uns 3 a 4 minutos até que todos ocupassem seus lugares?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sim, porque até sair todo mundo lá de cima, até a coisa realmente normalizar, chegar o Secretário da Mesa, organizar o trabalho, demora um pouquinho.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Então, eu pergunto à senhora: se nós dois, segundo a representação, somos exclusivamente os responsáveis pela obstrução — a senhora já disse que não, porque deveria haver 120 aqui nessas cadeiras como representados —, se nós dois somos responsáveis por retardar ainda mais algo que se alongava desde o começo da tarde, por que, depois que a gente já tinha saído, demorou mais tempo para que eles ocupassem as cadeiras do que o tempo que levou para a gente sair, tão logo nós fomos informados de que havia o acordo?



A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Aí eu acho que tem que perguntar para o Presidente Hugo Motta. Mas uma coisa é fato: realmente, ninguém estava impedindo. Não estava acontecendo nada quando ele entra. Até chegar, até acomodar, até chegar o Secretário, demorou bastante, demorou um tempinho. Vocês saíram alguns segundos depois que o acordo foi esclarecido.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Então, nós podemos concluir que não houve nenhum ato de hostilização ou, ainda, insubordinação pessoal à figura do Sr. Presidente?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Na minha visão, não. Achei tudo muito respeitoso, volto a dizer, desde o começo. No começo, no início, no meio e no fim, achei que foi tudo muito respeitoso. Mas quero pontuar também, até porque eu falei que... Havia um incômodo. Eu imagino que a situação do Presidente Hugo Motta era uma posição desconfortável. Eu entendo isso. Eu também estaria desconfortável. Eu acho que a posição de todos ali era um pouco desconfortável.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - A nossa também.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Os ânimos estavam alterados. A gente tem que levar isso em conta. A gente não estava num ambiente tranquilo, normal. Então, tudo a gente potencializa. Eu acho que as coisas se potencializaram até pelo estágio: 2 dias ali, aquela angústia, aquela indignação; aí o Presidente da Casa vem; tem um monte de gente lá. É uma situação desconfortável para ele. Então, eu acho que essa situação foi potencializada não pelo fato em si, porque o fato em si foi respeitoso, não teve agressão, não teve nada que tenha passado da linha.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - A senhora, em algum momento, se arrepende de ter feito o ato de obstrução?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu não me arrependo, até porque eu acho que nós deveríamos fazer mais obstrução. Eu sou daquelas que... Um monte de barbaridade é feita no Plenário. Coisas são aprovadas — não poderiam nem imaginar colocá-las — a toque de caixa. Então, eu sou aquela que reclama; e reclama muito. A Oposição deveria fazer obstrução o dia inteiro, com as barbaridades que são aprovadas. A Oposição deveria... A Oposição, não; todos os 513 Deputados deveriam fazer uma obstrução horrorosa e parar tudo, com esse abuso que está sendo feito pelo Supremo Tribunal Federal. Por exemplo, o Ministro Dias Toffoli colocou em sigilo o processo do Master, do Vercaro, o que é um escândalo. Então, há vários absurdos. Eu acho que todo



mundo teria que fazer uma obstrução. A Casa tinha que parar e colocar todo mundo no lugar. Respondendo a sua pergunta, a obstrução é um ato legítimo; é sadia para a democracia, porque todo mundo normaliza tudo. Barbaridades estão normalizadas aqui dentro, e todo mundo faz cara de pastel. Então, se todo mundo fizesse obstrução, com as barbaridades que são feitas aqui dentro, no Executivo, no Supremo Tribunal Federal, o País, com certeza, seria outro. E aqui não tem nada a ver com Direita e Esquerda, aqui tem a ver com decência, tem a ver com princípio, tem a ver com regra.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Deputada, nós pedíamos dosimetria ou anistia? E o acordo que foi proposto era que se votasse...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu não fiz acordo com o Hugo Motta, porque eu não votei nele. Deixo isso bem claro.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Não, eu estou dizendo ali, naquele dia, para que se desobstruísse. O que foi falado é que se votaria anistia ou dosimetria?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Falaram de anistia e falaram de PEC 333, do fim do foro privilegiado, para sair dessa subserviência ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Nós votamos esses temas?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Nenhum deles. Inclusive, o que foi apresentado... Todo mundo já sabe o que aconteceu.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Para concluir, pergunto à senhora: já que não houve sequer menção à dosimetria naquele momento, o que a senhora pensa a respeito do fato de sermos surpreendidos hoje por um projeto de lei — ao que parece, será votado hoje — que apresenta algo inconstitucional, que eles chamam de dosimetria, e, pelas contas que eu fiz, não reduz nem 20% das penas cominadas?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Então, Deputado Marcos Pollon, eu vou responder usando a mesma frase que eu usei anteriormente: a Oposição e qualquer Deputado que tenha vergonha na cara têm que fazer uma bela obstrução no Plenário hoje e travar a pauta. É isso! É um instrumento legítimo. Precisa ser feito, até para não entrar novamente, para não votar um projeto que prejudica ainda mais o País. Então, se não está bom — eu não analisei o texto, até porque acabou de subir — e querem votá-lo hoje no Plenário, existem recursos, como a obstrução de muitos Deputados no Plenário, para ser contra e não deixar votar. É simples assim.



O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Muito obrigado, Deputada, pelos esclarecimentos.

Quero deixar claro, Sr. Relator, que, como a testemunha pontuou, foi um ato legítimo, um ato político, que não é só direito dos Parlamentares da Oposição — no caso em tela, por conta dos absurdos e das atrocidades que aconteceram, especialmente por conta do descumprimento reiterado da promessa de se pautar a anistia —, é ato que se impôs, diante da gravidade do fato. Como meus colegas já externaram, não há como buscar qualquer recuo ou simplesmente dizer que nós nos arrependemos de ter feito aquilo para o que nós fomos eleitos: representar as pessoas inocentes e defender, antes de tudo, a liberdade e o Estado de Direito. Foi isso que fizemos naquele dia. Fica claro, por todos os testemunhos apresentados até aqui e, mais ainda, pelas imagens que posteriormente serão demonstradas, que em momento algum houve afronta à pessoa do Presidente por qualquer de nós três que aqui estamos, sendo que nós fizemos a exata mesma coisa que os outros mais de cem Parlamentares que estavam imbuídos nesse ato fizeram. E convém salientar que foi um ato maior do que o que simplesmente se apresenta nessas representações, envolvendo as duas Casas, buscando exclusivamente algo legítimo, algo constitucional, algo republicano, que é pautar as matérias para que se decida no voto. É exclusivamente isso. Assim encerro a minha manifestação. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito obrigado, Deputado Marcos Pollon.

Antes de passar a palavra ao Dr. Eduardo de Moura, representante do Deputado Zé Trovão, eu gostaria de cumprimentar o nosso Prefeito de Urubici, Leandro. Agora, no fim do ano, nesse verão, quem quiser um local com clima de inverno pode ir a Urubici, a cidade mais fria do Brasil. Lá, no dia 31 de dezembro, o pessoal usa cachecol.

Cumprimento também o nosso Prefeito Luiz Henrique, de Pescaria Brava, onde fica a maior ponte estaiada. A Ponte Anita Garibaldi está lá também.

Para finalizar, cumprimento o nosso querido Sr. Jhaimes Valler, Conselheiro do Hospital São José. No fim do ano, quem passa mal acaba indo para o Hospital São José, o melhor hospital do Brasil.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Excelência, eu vou pedir ao senhor que depois me apresente o Prefeito de Urubici, porque um dos maiores encontros de



motociclismo do Brasil acontece em Urubici. Eu não fui neste ano, mas pretendo ir no ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Então, nós vamos juntos. Eu sou motociclista também. *(Risos.)*

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Excelente! Excelente! A gente se encontra no caminho, então. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que o Deputado Alfredo Gaspar pediu para trocar de lugar com o Deputado Messias Donato. Eu acredito que não vai haver prejuízo para a instrução.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Eu vou dizer uma coisa para V.Exa.: isso é efeito colateral de ser Relator em CPMI, o que acaba trazendo um alto grau de estrelismo, porque quer chegar e ser o primeiro a falar. *(Risos.)*

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Ele merece! Ele merece!

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - O Deputado Alfredo Gaspar é um amigo de longa data e está fazendo um bom trabalho.

Parabéns, Deputado Alfredo Gaspar! Nós temos essa função de passar o nosso País a limpo. A CPMI do INSS não poderia ter escolhido pessoa melhor para a relatoria do que V.Exa., um promotor de Justiça. Quero parabenizar V.Exa. Eu tenho muito orgulho de fazer parte do mesmo partido de V.Exa., que está passando a alma de todos os brasileiros do bem a limpo.

Eu passo a palavra agora...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Se ele fosse da CPMI do 8 de Janeiro, estaria todo mundo solto; e o Dino, preso. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Eu passo a palavra ao Dr. Eduardo Barros, representante do Deputado Zé Trovão.

V.Sa. tem a palavra. *(Pausa.)*

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Excelência, permita-me agradecer a generosidade de V.Exa. e dizer que anseio um dia rodarmos juntos. Um abraço!

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Boa tarde.

Boa tarde, Deputada Adriana Ventura. Obrigado pela participação aqui nesta data e pela colaboração. Deputada, dentro das perguntas anteriores, a Deputada mencionou ter conhecimento sobre outras obstruções ocorridas — a de 2017, referente à reforma trabalhista; a de 2018, quando o Lula estava preso em Curitiba. Eu gostaria de perguntar



para a testemunha: nessa obstrução, será que a única diferença visível é ter sido feita pela Direita e não pela Esquerda, na visão da testemunha?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Na minha visão...

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Para ter ocasionado isso aqui, porque nas outras não houve...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu acho que é o momento. Eu diria que é este contexto político em que estamos: de desequilíbrio total e também de perseguição. Há uma perseguição em curso. Isso é claro para todo mundo — até as paredes sabem, toda a Esquerda sabe, todo mundo sabe. Existe realmente uma perseguição em curso. E é feita pelos três Poderes, eu diria. Acho que esta Casa não conseguiu ter a grandeza necessária para fazer com que isso fosse superado. Então, respondendo à sua pergunta, teve a de 2016, teve a do pré-sal, teve a da reforma trabalhista, várias aqui e ali, em que ocuparam a mesa e fizeram um ato de obstrução. E isso foi tratado como o que é: um ato de obstrução. Não foram perseguidos, não teve nada do que tem hoje. Então, hoje, realmente, há uma veia persecutória geral.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. No tocante ao Deputado Zé Trovão, como a senhora qualificaria a atuação dele nessa obstrução? Ele teve alguma questão específica ou ele foi mais um que colaborou, junto com os outros cem Deputados que estavam ali para fazer o que realmente receberam da população como confiança?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu vejo o Deputado Zé Trovão como um guardião. Ele é muito escudeiro. Ele estava ali como time. Eu me lembro dele na ponta da escada. Ele foi o primeiro que se surpreendeu com o acordo — o que estava todo mundo esperando não chegou. Houve esse problema de informação. É alguém que somou com o time, que estava lá, da mesma maneira que o Deputado Pollon colocou aqui: *"Olha, a gente só sai daqui quando..."*. E foi o combinado. Eu quero deixar isso claro. *"A gente só sai daqui quando realmente esse acordo, essa transição for feita do jeito que foi combinado."* Eu acho que o Deputado Zé Trovão tinha o seu papel ali de contribuir para o time, para o grupo de oposição, com o ato de obstrução em si. Se não me engano, ele estava encarregado da entrada do plenário, até para garantir que a coisa chegasse...



O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Talvez uma ideia até para que não virasse uma bagunça generalizada ali, para que não houvesse nenhum tipo de agressão física, para separar os dois grupos?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sim, até porque... O que é interessante? Que bom que você tocou nesse tema, Dr. Eduardo! Eu lembro que, no final, quem estava querendo fazer baderna era a Esquerda, era o PT, enfim. Eu não vou dar nome de Deputado aqui, porque acho que não vem ao caso, mas eu vi cenas assim. Começaram a falar alto, a gritar: *"Vou subir, vou isso, vou aquilo"*. Isso em nada contribuiu para pacificar, em nada contribuiu para nada. Parece que queriam fazer um motim onde não tinha motim. Eu presenciei algumas cenas de Deputados falando: *"Quem vai me impedir de subir?!"* Foi aquela coisa. Qualquer pessoa moderada, equilibrada, para e fala: *"Gente, estão fazendo um acordo, estão conversando"*. O Deputado Zé Trovão assumiu um papel difícil, que era justamente impedir que essa bagunça acontecesse lá em cima. Entendeu? Por isso, eu lembro que ele ficou no topo da escada.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. O cuidado aqui nas questões ocorre porque, como bem já mencionado aqui pela Mesa, três Deputados estão, infelizmente, pagando a conta de algo que nem tem conta a ser paga. Por isso, a gente está tratando de maneira individualizada, mas deixando claro que é um time, que o Zé Trovão estava junto com o Deputado Pollon e o Deputado Marcel. Diante disso, de uma maneira mais individualizada...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Só quero fazer uma correção. O Deputado Zé Trovão estava junto com o Deputado Pollon, que estava junto com o Deputado Marcel, que estava junto com outros 120.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Então, eu faço, realmente — nada a ver com o que você está perguntando —, mas eu faço um apelo aqui para o Deputado Fabio, que é Presidente desta Comissão, e para o Deputado Moses. Tem coisa muito errada aqui. Tem que ter 120 representados aqui ou isso tem que ser extinto, porque o que está acontecendo aqui, na minha visão, com todo respeito que eu tenho a esta Casa e com toda a moderação que eu sei que eu tenho, o que está acontecendo aqui é patético.



O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - No tocante à conduta do Zé Trovão, a testemunha, Deputada Adriana Ventura, viu algum ato desproporcional, algum ato agressivo, algum ato que a testemunha julgue que mereça punição?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - De forma alguma. Todo mundo conhece o estilo do Deputado Zé Trovão Ele é enfático, ele tem aquele jeitão dele, fala daquele jeito, mas, em momento nenhum, ele foi agressivo com ninguém, em momento nenhum. Até pelo tamanho dele — porque o chapéu o deixa com mais 2 metros e sei lá o que —, ele se colocou ali para não ter baderna. Esse foi o objetivo.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Desculpa por ser até um tanto redundante, mas eu queria, de maneira bem específica...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Está tudo certo.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - No tocante à entrada do Presidente Hugo Motta, a senhora viu algum ato ali que o Deputado fez contra o Presidente Hugo Motta, alguma coisa nesse sentido?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - De forma nenhuma, de forma nenhuma. Eu lembro que o Deputado Zé Trovão estava ali na entrada, o Deputado Hugo Motta... Eu lembro que o Deputado Zé Trovão ficou surpreso, assim como todos. E eu lembro que teve um momento em que ele estava ali e que ele virou, acho que ele estava procurando o Sóstenes, como quem diz: *"Fez o acordo? Não fez o acordo?"*, com uma cara de surpresa. Eu me lembro bem dessa cena, mas eu não vi absolutamente nada que mostrasse desrespeito, agressão, nada disso.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Corroborando aqui com uma palavra do Deputado Pollon, dos 40 segundos, nós temos uma informação aqui nos autos em que ele menciona que o Deputado Hugo Motta entrou às 22h14min e abriu a sessão às 22h24min. A senhora acha que seria possível ele ter sido obstruído, ter tido problema e ter resolvido tudo em 10 minutos e já ter aberto a sessão? Teria espaço para algum tipo de conflito ou seria apenas um trâmite normal, sem nenhum tipo de afronta, nenhum tipo de indelicadeza do grupo em que ele estava?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu estava ali. Eu não vi nenhum tipo de afronta e nenhum tipo... Como eu disse, muitos foram tomados pela surpresa, pela confusão e pela falta de informação: *"Não, mas foi acordo? Não vinham os Líderes aqui falar? Não ia ser feito uma coisa ao mesmo tempo?"* Todo mundo ficou confuso, teve uma



confusão, um problema de comunicação e um lapso temporário, que eu acho que gerou toda essa confusão. Entendo o mal-estar do Presidente Hugo Motta, entendo o mal-estar de todos que estavam ali naquela posição de guardião no momento, que estavam ali cumprindo o seu papel do rodízio, mas eu não vejo... E eu fiz isso porque eu estava lá olhando. Eu não vi absolutamente nada que pudesse falar, que pudesse configurar um ato de desrespeito, seja para com a Casa, o Plenário, a Mesa, o Presidente ou com qualquer pessoa e mesmo com um Deputado da base que estava fazendo baderna ali embaixo, querendo subir, fazendo escândalo. Então, não vi. Não presenciei. Falando especificamente do Deputado Zé Trovão, eu vi surpresa, tanto é assim que eu lembro que ele olhou para o Sóstenes como quem diz: *"E aí tem acordo? Saio daqui? Posso?"* Entendeu? Teve um momento desse, mas nada desrespeitoso com o Presidente, apesar de ele ter ficado incomodado. Eu também percebi que ele ficou incomodado, não é?

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Bom, de minha parte é isso. Eu queria agradecer à testemunha, agradecer ao Presidente. E encerro aqui os questionamentos no tocante às questões do Deputado Zé Trovão.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Dr. Eduardo Moura.

Concedo a palavra ao Deputado Gilson Marques. *(Pausa.)*

O Deputado está ausente.

Não havendo mais quem queira usar a palavra, agradeço a presença da Deputada Adriana Ventura e declaro finalizada a sua oitiva.

Muito obrigado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Eu queria deixar claro ao nosso colegiado, em especial ao Deputado Marcos Pollon, que a gente vai abrir uma exceção a S.Exa., em favor do Deputado Alfredo Gaspar, que estava aqui. Depois, a gente volta com a oitiva do Deputado Messias Donato.

Volto a dizer — os senhores receberam uma lista — que, quando o Deputado ou testemunha não estiver presente aqui, nós vamos passar a palavra para o próximo. E a testemunha não terá o direito de vir aqui novamente dar o seu testemunho.

Então, convido o Deputado Alfredo Gaspar, a testemunha arrolada pelo Deputado Marcos Pollon, a tomar lugar à mesa.



Eu agradeço a V.Exa. a disponibilidade de comparecer a este Conselho, pois sei da sua agenda corrida.

Inicialmente, tem a palavra o Relator, o Deputado Moses Rodrigues, para que possa inquirir a testemunha. *(Pausa.)*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, antes de o Relator usar a palavra, eu queria lhe fazer um questionamento. O senhor disse que amanhã, ao meio-dia, vai dar continuidade às oitivas, se elas não terminarem hoje?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Deputado Marcel, nós já convocamos a nossa reunião para amanhã, às 12 horas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Ocorre que amanhã, às 14 horas, eu coordeno a Comissão que trata dos danos causados pelas enchentes no Estado do Rio Grande do Sul. Então, a partir desse horário, precisarei me ausentar para a aprovação do relatório, que eu creio que levará em torno de 1 hora ou 1 hora e meia. Eu quero já deixar isso claro, para que a suspensão dos trabalhos deste Conselho, feita hoje ao meio-dia, possa ser feita talvez às 14 horas. Com isso, podemos tocar a Comissão Externa que trata das enchentes.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Desculpe, Deputado Marcel.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu convoquei reunião da Comissão Externa que trata dos danos causados pelas enchentes do Rio Grande do Sul, da qual fazem parte todos os 31 Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Qual é o pedido do senhor?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Peço que a suspensão prevista no art. 70, se houver, ocorra nesse período para que eu possa coordenar...

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Às 14 horas?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Das 14 horas às 15 horas.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Eu não posso prometer isso ao senhor, Deputado Marcel. Eu até posso tentar fazer isso, mas acho difícil.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas a convocação da reunião da Comissão foi feita antes da reunião do Conselho, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Amanhã, a nossa reunião das oitivas começa ao meio-dia. Se houver uma suspensão amanhã, ela vai ser no horário em que começar a Ordem do Dia, se não terminarmos as oitivas antes.

Deputado Marcel, eu gostaria muito que a gente terminasse as oitivas esta semana. A quantidade de testemunhas arroladas...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu não estou dizendo que não dá para terminá-las esta semana, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - A gente quer ouvir todas as testemunhas, até mesmo para dar aos senhores o direito de fazerem a sua ampla defesa. Então, a gente vai ter que agilizar a oitiva das testemunhas.

Eu não consigo garantir ao senhor, Deputado Marcel, que a gente vai conseguir fazer a suspensão das 14 horas às 15 horas...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, trata-se de um pedido. A reunião do Conselho pode ser quinta-feira, sexta-feira, sábado. Para mim, não há problema. O problema é que eu tenho responsabilidade para com essa Comissão que eu coordeno, cuja reunião foi convocada antes da convocação da reunião deste Conselho amanhã às 12 horas. Para garantir o meu direito à defesa, eu preciso estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Deputado Marcel, com todo o respeito...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - V.Exa. pode escolher entre estar lá... Nós somos de Estados vizinhos. Eu, como catarinense, sei o que aconteceu no Rio Grande do Sul e o trabalho que V.Exa. fez lá. Mas eu preciso tocar os trabalhos deste Conselho.

Eu não posso deferir isso hoje para o senhor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Amanhã a gente vê isso, Presidente. Eu espero contar com a sensibilidade de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Pronto.

Deputado Moses Rodrigues, V.Exa. tem a palavra.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Quero fazer um aparte, ainda dentro desse assunto, Presidente.



Como V.Exa. falou que quer trabalhar durante toda a semana, sugiro que V.Exa. convoque reuniões para quinta-feira e sexta-feira desta semana, para que os Parlamentares possam se planejar com passagens, e para que as testemunhas possam estar presentes. A reunião está marcada para amanhã, meio-dia, mas ninguém sabe se amanhã conseguiremos concluir o processo, porque nós vamos garantir ampla defesa aos Parlamentares representados. Então, peço a V.Exa. que avalie a possibilidade de fazer a convocação para quinta-feira, às 9 horas da manhã, o dia todo, e para sexta-feira, às 9 horas da manhã também, o dia todo, entrando pela noite se for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Perfeito, Deputado Moses Rodrigues. Eu defiro o pedido de V.Exa.

Peço para a Secretária Adriana que convoque reunião para quinta-feira e sexta-feira.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Presidente.

Eu quero cumprimentar o Deputado Alfredo Gaspar, nosso companheiro e colega do União Brasil que tem feito um excelente trabalho pelo Estado de Alagoas.

Eu queria fazer alguns questionamentos, Deputado Alfredo Gaspar. Primeiro, quero uma resposta "sim" ou "não", só para constar nos autos. As demais perguntas serão feitas todas juntas.

Peço à Sra. Adriana que lhe entregue papel e caneta, caso V.Exa. queira fazer alguma anotação sobre os questionamentos.

A primeira pergunta, Deputado Alfredo Gaspar, seria: V.Exa. esteve presente no plenário no dia 6 de agosto de 2025, na hora dos acontecimentos do fato?

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu gostaria de dizer que sim, eu estive presente em relação aos fatos. Não sei se foi nesse dia, porque não me recordo.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Perfeito. Em referência aos fatos no plenário do procedimento, sim?

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) - Em relação aos fatos no plenário, sim.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado.

Agora, vou dar continuidade aos questionamentos. V.Exa. pode fazer as suas anotações para, depois, responder em um bloco só. V.Exa. poderia descrever a



sequência de acontecimentos daquele dia envolvendo os Parlamentares Marcos Pollon, Marcel van Hattem e Zé Trovão?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Relator, eu não queria mudar a sua dinâmica, mas peço que V.Exa. me permita responder pergunta a pergunta. Ficaria mais fácil.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Se V.Exa. não se incomodar, a gente está com esse modelo de procedimento de fazer as perguntas em globo. Por isso, a gente está sugerindo que V.Exa. use papel e caneta para fazer anotações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Qual é a primeira pergunta?

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa. poderia descrever a sequência de acontecimentos daquele dia envolvendo os Parlamentares Marcos Pollon, Marcel van Hattem e Zé Trovão? Tenho outro questionamento, Deputado. Conforme registrado nas imagens, antes de o Presidente Hugo Motta dirigir-se à Mesa Diretora e antes de os mencionados Parlamentares assumirem os assentos destinados à Presidência e a membro da Mesa Diretora, ocorreu uma reunião prévia naquele espaço entre integrantes da Oposição. V.Exa. acompanhou esse encontro? Quais entendimentos foram ali estabelecidos? V.Exa. acompanhou? V.Exa. sabe quais foram os entendimentos ali estabelecidos?

V.Exa. confirma que os Deputados Marcos Pollon e Marcel van Hattem permaneceram ocupando a cadeira destinada ao Presidente e uma cadeira da Mesa Diretora, enquanto o Presidente aguardava para se posicionar e dar início aos trabalhos da sessão? Confirma que o Deputado Zé Trovão estava dificultando fisicamente o acesso de outros Parlamentares à Mesa Diretora? Houve algum entendimento entre os Deputados de oposição acerca de quem ocuparia o assento da Presidência e o assento vizinho ao da Presidência, que seria de um membro da Mesa ou do SGM? Em sua avaliação, o que motivou os Parlamentares Marcos Pollon e Marcel van Hattem a adotar tal postura? De acordo com o que se observa nas imagens, por qual razão os referidos Parlamentares insistiram em permanecer sentados, mesmo diante das solicitações de outros membros da Oposição para que eles se retirassem dos assentos? Presidente, esses são os questionamentos que eu faço ao Deputado Alfredo Gaspar. Se surgir outra dúvida durante a fala do Deputado ou dos representados, eu farei outra intervenção. Muito obrigado.



O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Presidente, quero lhe agradecer as menções elogiosas. O Conselho de Ética está muito bem conduzido por V.Exa. Saúdo o Relator Moses Rodrigues, que tanto nos orgulha. Saúdo também os Deputados Zé Trovão, Marcos Pollon e Marcel van Hattem, e seus advogados. Eu queria fazer uma menção especial a meus amigos Vereadores de Palmeira dos Índios, representados pelo meu amigo querido Presidente Madson Monteiro, pelo Vereador Janio Marques e pelo Vereador Lúcio; e ao ex-Secretário de Agricultura do Estado de Alagoas João Lessa. Sr. Presidente, eu escrevi rapidamente alguma coisa. O Relator pode me complementar a pergunta. Primeiro, ele pediu para eu descrever a sequência de acontecimentos envolvendo Marcos Pollon, Marcel van Hattem e Zé Trovão. É isso? Nós estávamos no plenário em algum momento, e um grupo muito grande de Deputados, no qual com muita honra eu me incluo, resolvemos que era hora de pautar a anistia. Queríamos mostrar isso ao Brasil sem, de nenhuma forma, desrespeitar o Parlamento, e muito menos a pessoa do Presidente Hugo Motta. Portanto, os acontecimentos se deram em um acordo coletivo. Eu não me recordo quantos Deputados estavam, se eram sessenta, setenta, oitenta, cem. Eu não me recordo, mas eu estava nesse contexto. Essa decisão foi em total consonância com a necessidade que nós víamos — e ainda hoje vemos — a respeito da pauta da anistia. Em nenhum momento houve intenção de fazer balbúrdia ou de obstaculizar a ação do Presidente da Casa Deputado Hugo Motta. Eu não me recordo de nenhum ato nessa toada em que tenha ocorrido uma voz mais ativa de Marcel van Hattem, Zé Trovão ou Marcos Pollon. Acredito que foi uma decisão coletiva. Fizemos questão de tirar uma foto lá. E essa foto mostrava a união e a unidade de praticamente um quinto do Parlamento. Estávamos lá em momentos distintos, fazendo o revezamento. Não foi todo mundo ao mesmo tempo, porque não tinha como isso ser permanente. Mas essa foi uma decisão consensuada entre esses Parlamentares, que, se não passava, chegava perto de uma centena. Em relação a ocorrer uma reunião prévia, quais entendimentos e tal, se ocorreu essa reunião foi lá no próprio espaço da Mesa Diretora. Eu estava um pouco mais afastado pelas imagens, tentei chegar mais perto, mas havia uma aglomeração muito grande. Eu não consegui detectar quem era que estava externando. Eu não sei se era o Deputado Sóstenes, que tinha vindo de uma conversa... Realmente, não me recordo qual era o Deputado ou quais eram os Deputados que estavam dando um *feedback* de uma reunião que tinha acontecido, se eu não me engano, na Presidência. Mas não é uma



certeza absoluta, eu só sei que teve uma reunião e eu não consegui chegar perto a ponto de ouvir os detalhes da reunião. Terceiro ponto, *Marcel van Hattem e Marcos Pollon permaneceram nas cadeiras do Presidente; e Zé Trovão, obstruindo?* Como falei, estava do lado... De quem olha para a mesa, eu estava do lado esquerdo, mais afastado, mas me lembro que foi uma fala generalizada: "*Ninguém sai da Mesa Diretora*". Então, não foi uma coisa que... tomada uma decisão por Marcel van Hattem ou Marcos Pollon. Eu vi isso como um indicativo generalizado. Então, se alguém tem que pagar o pato, eles dois estão pagando o pato por uma decisão coletiva. E do Zé Trovão, como eu estava do lado oposto, eu não vi esse ato de obstrução ou de suposta obstrução praticada pelo Zé Trovão. *Houve algum entendimento entre os presentes?* Como eu disse, eu vi uma reunião prévia, depois de uma ida de uma comissão de Parlamentares, que eu não estive presente, ao gabinete da Presidência ou ao Colégio de Líderes, não me recordo, porque eu não estive; mas o entendimento era um só — era que nós estávamos lutando ali, de forma uníssona, pela pauta da anistia e fazendo um movimento legítimo e deixando muito claro: não queríamos diminuir a autoridade do Presidente da Casa e de quem quer que seja. O nosso objetivo era só chamar a atenção para a pauta da anistia. *O que motivou o Marcel van Hattem — acho que foi o Marcel van Hattem — e Pollon a permanecerem nas cadeiras?* Olha, antes desses fatos, eu não tenho absoluta convicção, mas, antes desses fatos, me parece que eles estavam sentados nos mesmos lugares. Eu não posso cravar isso com toda convicção. Mas, na hora em que foi dito que ninguém sairia de lá, eles estavam nesses locais e permaneceram atendendo a uma decisão coletiva. Eu quero pedir perdão se tiver alguma falha minha nesse aspecto, porque eu não me recordo exatamente se houve mudança de local de quem estava sentado. Mas essa história de permanecer não foi da cabeça de Pollon nem da cabeça de Marcel van Hattem. *Por que razão os Parlamentares insistiram sentados?* Olha, em todo movimento, eu acho que há aqueles que participam do movimento, gostam de tirar foto, gostam de aparecer na vanguarda, e, na hora do vamos ver, há aqueles que fogem e há aqueles que permanecem com o movimento. Eu penso que o Marcel e o Pollon atenderam ao desejo de um movimento de negociação, jamais de afronta ao Presidente institucional do Parlamento, que é o Deputado Hugo Motta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Maia. Bloco/MDB - BA) - Obrigado.



Passo a palavra ao Deputado Marcos Pollon e aos seus advogados, para proceder os questionamentos à testemunha.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Boa tarde, Excelência.

Primeiramente, Deputado Alfredo, quero agradecer a disponibilidade de V.Exa. de estar aqui, mesmo após ter sido indeferida anteriormente a convocação de mais de uma testemunha. Então, agradeço a disponibilidade de V.Exa. Eu o parabenizo pelo trabalho que vem fazendo! Eu sou gaúcho, conterrâneo do Deputado Marcel van Hattem, mas acompanho o seu trabalho atentamente.

Deputado, o senhor se referiu a que estava presente lá. O senhor sabe precisar aproximadamente quanto tempo da entrada do Deputado Hugo Motta, quando ele passa atrás da tribuna e, enfim, sobe, quanto tempo deu esse período em que ele entra até o momento em que ele senta na cadeira?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu não consigo precisar, mas não foi um momento longo. O que eu vi foi a subida, em algum momento, do Presidente Hugo Motta, o que para mim foi inesperado, porque eu achava que iria ter alguma conversa anterior. E vi o Presidente Hugo Motta se aproximando em etapas, como se estivesse conversando com as diversas Lideranças que lá estavam. Olhei para a direção, vi o Presidente Hugo Motta se aproximando das cadeiras da mesa, alguma conversa entre o Deputado Marcel e Deputado Pollon e depois o Presidente se posicionando na cadeira que estava ao seu dispor.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Poderíamos afirmar, Excelência, que esse trajeto que ele fez, essas paradas, esses cumprimentos, enfim, em dia normal de sessão, tem um período parecido com o tempo que ele levou?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu não costumo observar esse trajeto. Naquele dia, especificamente, eu me encontrava nas proximidades da Mesa Diretora, em cima também, mas do lado oposto. Quando eu observei, estava o Presidente Hugo Motta em deslocamento, mas parando sequencialmente, conversando com outros Parlamentares, até se aproximar da Mesa. E alguma conversa depois, eu não me recordo o tempo, mas foi coisa breve, ele assumiu a Presidência da Casa. Naquele momento, eu não vi nenhuma intenção de diminuir a figura do Presidente da Casa, e digo isso com pureza de alma porque estava lá e presenciei.



O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Tudo foi gravado, Excelência. O vídeo mostra que o Deputado leva aproximadamente 5 minutos para chegar até a cadeira. Depois, ele leva outros 4 minutos para abrir a sessão. Então, ele chega às 22h14min e abre a sessão às 22h24min, um período de 10 minutos aproximadamente. Num dia normal, esses 5 minutos seriam um tempo razoável que ele leva, assim, cumprimentando as pessoas, os demais Parlamentares que lá estão, enfim, um dia que não tenha tanto Parlamentar como naquele dia?

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) - Deputado, eu sou do baixo clero. Eu não presto muita atenção nas ações do Presidente Hugo Motta, de quanto tempo ele chega. Eu sei que naquele dia eu estava presente e lá eu vi que o Presidente Hugo Motta teve acesso à sua cadeira, evidentemente, após o diálogo de algum outro Deputado com os Deputados que se encontravam à mesa. Eu acho que, naquele momento, ali, não houve nenhum intuito de retardar a assunção do Presidente à Mesa. Isso é o que eu penso e é o que eu vi.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - De onde o senhor estava, o senhor conseguiu observar, enxergar, visualizar o Deputado Pollon?

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) - Olha, onde eu estava, eu estava num canto, como eu falei. Olhando do Plenário, eu estava num canto esquerdo da mesa, bem num canto mesmo. Em algum momento, eu saio desse canto e venho mais para perto para ouvir o pronunciamento do Presidente Hugo Motta. Então, nessa hora, eu me aproximo e já começo a ver o Presidente Hugo Motta no pronunciamento, mas não vi nada de agressivo de nenhum Parlamentar em relação ao Presidente Hugo Motta ou a quem quer que seja, a não ser uma Parlamentar — e eu posso estar equivocado —, que deu um chute em outro Parlamentar. Eu não me recordo quem era esse outro Parlamentar. Eu posso estar equivocado se foi em outra sessão, mas eu acredito que foi nessa sessão. Alguém se exasperou lá, nessa hora... Eu posso estar equivocado, mas eu acho que houve algum tipo de agressão.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - O senhor já respondeu isto, mas só para deixar bem claro. O senhor respondeu às perguntas do Relator. O senhor não observou nenhum óbice quanto ao Presidente Hugo Motta sentar-se à cadeira dele?

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) - Deixe-me lhe dizer: quando eu presenciei o Presidente Hugo Motta já em cima do tablado, lá na Mesa Diretora... Eu vi o



Presidente Hugo Motta cercado por muitos Deputados em mais de uma oportunidade. Quando ele chegou, estava o Deputado Marcel van Hattem e o Deputado Pollon, porque eu estava na lateral, mas percebi, olhando para frente. E quando o Presidente chegou à lateral, logo depois o Presidente teve acesso à sua cadeira. Eu não me recordo quanto tempo, mas eu sei que foi coisa breve.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Por qual motivo vocês estavam lá, e o senhor estava lá também?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu já falei isto aqui: eu estava lá por um ideal, porque eu acho uma grande injustiça no Brasil, cheio de bandidos soltos, cheio de bandidos nos poderes constituídos, a prisão de pais e mães de família. Então, é um ideal. Eu fui eleito com esse objetivo, luto por esse objetivo. Eu não fui eleito para ser porta-bandeira do bolsonarismo, porque eu fui eleito pela prestação de serviço, mas, chegando a este Parlamento, eu vi o tamanho da injustiça e imediatamente aderi a essa pauta, porque eu não acho correto o Brasil estar fazendo isso com pais e mães de famílias, e muito menos com um Presidente da República que não praticou crime. Por isso, eu defendo a bandeira da anistia e não me arrependo de absolutamente nada.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Perfeito, Deputado. Podemos atribuir, então, que foram trazidos ao Conselho somente esses três Deputados a uma perseguição da base ao Deputado Pollon, ao Deputado Marcel van Hattem e ao Deputado Zé Trovão, pelo protagonismo deles em várias pautas, enfim, inclusive da anistia?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Olha, eu posso dizer com toda clareza que na hora que fui ali participar do movimento eu fui arriscando até o meu mandato. Mas isso não é maior do que o meu ideal. Eu me sinto muito desconfortável com essa escolha de três pessoas que estavam exatamente fazendo a mesma coisa que quase uma centena de Deputados. Por isso, estou aqui na condição de testemunha, mas também me sinto na condição de réu como eles.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - O senhor referiu aqui que o senhor, enfim, quando o senhor assumiu, foram pelos seus bons serviços prestados ao Estado de Goiás, como Secretário de Segurança Pública, como Promotor de Justiça.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - É um pouquinho mais distante, doutor, é em Alagoas.



O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Perdoe-me, Alagoas. O senhor não é do mesmo partido do Deputado Pollon, o senhor...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Nem conheço com proximidade o Deputado Pollon. Estive com ele uma vez, quando eu era Secretário de Segurança. Ele me recordou isso quando estava aqui. Não é uma pessoa que eu mantenha contato, mas vejo a conduta dele. O Deputado Pollon é um Deputado que tem as pautas dele, defende com decência as pautas dele. Não vejo o Deputado Pollon, de forma nenhuma, desrespeitando o Parlamento ou praticando qualquer outro tipo de conduta, da mesma forma o Deputado Marcel, e pode até me colocar sob suspeição. Eu não tenho amizade com ele, mas tenho uma profunda admiração pela forma como ele se conduz. Eu acho que é uma das vozes lúcidas do Parlamento. E o Deputado Zé Trovão, eu tenho a imagem de uma pessoa truculenta, de uma pessoa desaforada, mas convivendo com ele hoje na CPMI do INSS, eu vejo o Deputado Zé Trovão como um excelente Parlamentar. Portanto, acho que a Casa tem hoje três excelentes Parlamentares sendo submetidos a um julgamento injusto.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Estou satisfeito, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Maia. Bloco/MDB - BA) - Tem a palavra o Deputado Marcos Pollon.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Muito obrigado, Sr. Presidente. De antemão, quero cumprimentar pela generosidade o Deputado Alfredo Gaspar, que poderia estar fazendo qualquer outra coisa mais interessante neste momento, mas, graciosamente, aceitou nos defender, como é do seu mister. Com muita honra, sei que o senhor é um dos grandes juristas que ocupam os átrios desta Casa, tem uma formação jurídica impecável e tem no seu currículo a defesa da justiça. Então, isso me faz pensar, embora nós não tenhamos uma amizade, uma proximidade pessoal, mas acompanhando o seu portfólio de trabalho e a sua atuação Parlamentar, que a justiça cala fundo no peito do senhor. Fico muito feliz em poder ter a oportunidade de inquiri-lo como testemunha, principalmente porque, em momento algum, V.Exa., ao contrário do que nós vemos nesta Casa algumas vezes, vai deixar o espectro ideológico influenciar a condução da verdade, no que o cumprimento, porque a única coisa que nós buscamos, eminente Relator, é que a verdade seja estabelecida num ambiente onde as narrativas muitas vezes nos levam a erro e, principalmente, que tenhamos um pouco de justiça, porque, como é uníssono em



todas as testemunhas, foi um ato coletivo que merecia, se fosse justo, que todos, inclusive como o próprio depoente pontuou, estivessem na mesma condição que nós três aqui neste momento. No entanto, acompanhando a inquirição de V.Exa., Sr. Relator, só queria deixar um ponto especificado. Nas outras duas testemunhas, se ocorreu, eu não me atentei, mas nessa vez me chamou a atenção, como temos um procedimento multiforme, por ser político, com viés jurídico, buscando dentro do Regimento e dos instrumentos normativos que tratam o Código de Ética, acompanhado subsidiariamente alguns momentos do processo penal, do processo civil e também do texto constitucional, nós não temos aqui a figura da fixação dos pontos controvertidos previamente à oitiva das testemunhas, que é comum nos ritos processuais, em que se fixam quais são os pontos controvertidos. No entanto, ouvindo uma de vossas perguntas, eu identifiquei um ponto que pode ser tomado como um ponto controvertido, nodal, desta representação que recai sobre nós três. V.Exa. perguntou se nós, de forma reiterada e insistente — perdoe-me a liberdade poética, como eu me recordo, não foi exatamente nesses termos, mas algo assim —, nos recusamos a sair da mesa, mesmo após selado o acordo, mediante solicitação direta de outros colegas da Oposição. Gostaria de perguntar a V.Exa., Relator, se podemos fixar este ponto aqui como um ponto controverso.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Deputado Marcos Pollon, os questionamentos do Relator precisam ser feitos para que nós tenhamos algumas fontes de embasamento. Na sua visão, é um ponto controverso. Na minha, não. Portanto, eu indefiro o seu pedido.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Só para ficar claro, eminente Sr. Relator, não é controverso porque já há uma adesão prévia à versão de que nós nos recusamos ou o senhor não quer mantê-lo como controverso exclusivamente por formalidade?

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Veja bem, o Relator tem autonomia para fazer os questionamentos.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Claro. Eu não estou questionando o seu questionamento. É só uma questão técnica.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Do mesmo jeito que eu estou dando a possibilidade, não estou interferindo em várias falas, inclusive falas que estão totalmente fora do contexto dos acontecimentos, como iniciamos já na primeira testemunha, quando se falou da questão dos motivos e tal, mas V.Exa. queria chegar a



algum lugar com aquela informação. Em nenhum momento, nem eu nem o Presidente interrompemos. Quanto a esse ponto, prefiro manter o questionamento e a interpretação de cada testemunha. Depois isso vai ser levado em consideração, claro, com base nas imagens, no que já foi instruído no processo na Corregedoria, com as informações que o senhor pode interpelar e discordar do questionamento, mas isso é uma fase posterior. Não posso adiantar nenhuma posição antes de concluirmos todas as oitivas.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Muitíssimo obrigado, Excelência. Em momento algum eu interromperia V.Exa. Como eu disse, eu tenho mais de 20 anos de advocacia. Esses anos me mostraram que não há erro maior do que você se insurgir contra o julgador antes que ele julgue. A cordialidade é medida que se impõe até por uma questão de sobrevivência. Eu inicio com esta pergunta, embora ela já tenha sido respondida, para que o nobre Deputado Alfredo Gaspar possa, mais uma vez, respondê-la. V.Exa., Sr. Deputado Alfredo Gaspar, presenciou o fato de que nós havíamos sido instados por colegas da Oposição para desocupar o ambiente antes da confirmação de que havia um acordo?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Como eu tinha dito, eu não estava exatamente no núcleo. Eu estava um pouco afastado.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Da posição em que o senhor estava.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Da minha posição, o que eu vi? Eu vi a chegada do Presidente Hugo Motta, em algum momento, e vi muita gente se aglomerando ao lado dele. No momento em que ele se aproximou da mesa, eu vi uma conversa sua com o Deputado Marcel van Hattem e outros Parlamentares. Depois, a saída de vocês, ou sua, não me recordo qual dos dois estava à mesa, na cadeira do Presidente, e o Presidente ocupando a cadeira. Foi isso que eu percebi. Nesse momento, eu me aproximei mais do centro dos acontecimentos para ouvir o pronunciamento do Presidente Hugo.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - A partir do momento em que nós fomos comunicados de que havia um acordo e de que o Presidente ali estava, como o senhor disse nós nos levantamos e nos retiramos imediatamente. Houve ainda um lapso temporal até que ele ocupasse a cadeira, após o fato de que a gente tinha saído, ou foi algo imediato: eu saí, ele ocupou a cadeira como se estivesse ao meu lado?



O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Não me recordo exatamente desse momento. Eu me recordo de que, com a saída, houve a ocupação da cadeira e o início do pronunciamento do Presidente, mas sem conseguir detalhar minúcias.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - O lapso temporal. Excelente. Bom, V.Exa., assim como as outras testemunhas, também fixou que havia uma aglomeração muito grande e uma fala generalizada entre todos de que ninguém sairia até que houvesse a atenção ao acordo de se pautar a anistia e a questão do foro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Verdade.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Era possível...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu só me recordo da anistia.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Só da anistia, perfeito. Excelente. Era possível, naquela atual circunstância, qualquer um dos Parlamentares ali, incluindo o senhor, ter certeza do que estava acontecendo, por conta dos burburinhos, ou havia necessidade, para saber exatamente, de que algum Líder fizesse o comunicado direto do que havia sido acordado?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Olha, eu vou tirar por mim. Eu estava lá. Não participei de reuniões externas às conversas lá na mesa, e eu vi o retorno de alguns Parlamentares. Tentei me aproximar para ouvir um pouco, mas não consegui, não consegui ouvir. Tentei adentrar mais um pouco, mas havia um tumulto grande, e eu acredito que eu fiquei nas cercanias, mas não consegui detectar o nível de conversa, apesar de estar tentando ouvir o acordado.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Assim como V.Exa., nós também não tínhamos a menor condição física de participar desse núcleo duro decisório, principalmente por conta da posição que nós ocupávamos. A gente estava sentado. Bom, no entanto, soubemos que haveria um acordo e que haveria a desocupação voluntária, ordeira e, como o senhor mesmo relatou, em etapas, para que, após a desocupação total, os membros da Mesa subissem e ocupassem os seus lugares. Eu pergunto a V.Exa.: esse rito foi observado?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Olha, eu não sabia nem do rito de desocupação, quanto mais se ele foi observado.



O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Pois muito bem. O senhor acompanhou o momento em que o Presidente chega. E ainda permanecia o cenário de tumulto e balbúrdia generalizada? Ainda estávamos apinhados ali naquele lugar?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Estávamos. Não vi ninguém saindo das suas posições.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Todos os Parlamentares tinham a condição de, nos seus lugares, saberem exatamente os detalhes do que estava acontecendo?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Não posso falar pelos outros Parlamentares, posso falar por mim. Por mim, eu confesso que acompanhei os acontecimentos sem saber o conteúdo do que tinha sido discutido, porque havia um núcleo, fizeram tipo uma roda, e da primeira roda fizeram a segunda, a terceira, e eu não conseguia adentrar aquele núcleo. Apesar de saber que alguma coisa tinha sido decidida, eu não consegui saber os detalhes.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Em algum momento, V.Exa. presenciou algum ato de afronta direta ao Presidente ou desrespeito de qualquer um dos Parlamentares à figura do Presidente?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Não, porque esse não era o objetivo do ato. O objetivo do ato não era contra o Presidente Hugo Motta, não era contra a atuação do Parlamento. O objetivo do ato era uma mobilização pela pauta da anistia, da qual havia inclusive rumores de que o Presidente Hugo Motta estava ora a favor, ora contra essa pauta.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Deputado, nós três — eu, o Marcel e o Zé Trovão —, exclusivamente, éramos os idealizadores do ato de obstrução?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu não reconheço nos três esse ato de liderança e também não me recordo, sinceramente, de quem foi o idealizador desse ato. Eu acho que foi uma junção coletiva de vontades pela pauta da anistia, afinal de contas estamos em um Parlamento e a gente tem Líderes formais, mas cada um é líder de si mesmo.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Em algum momento, antes do ato, eu procurei V.Exa. para tentar convencê-lo a participar?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu tenho muito pouco contato com o senhor. A gente não tem esse diálogo diário. Parece que eu não gosto do senhor e



o senhor não gosta de mim, mas não é verdade, é porque realmente a gente não tem esse diálogo diário. Não, não teve essa conversa, nem antes, nem depois.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - O Deputado Marcel ou o Deputado Zé Trovão realizaram esse tipo de abordagem a V.Exa.?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Não. Apesar de eu ter uma grande admiração pelo Deputado Marcel, não vi o Deputado Marcel sendo o líder dessa iniciativa. O Deputado Zé Trovão, ele é mais espalhado, porque é grande, fala grosso e tal, mas também não estava liderando essa ação. Como eu disse, eu não me recordo de liderança nisso. Eu me recordo de uma decisão coletiva da qual eu também fiz parte.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Então, assim como nós, V.Exa., que participou do ato de obstrução tomado em conjunto, de forma legítima e por motivos ainda mais que legítimos, como fica claro não só da exposição de V.Exa., mas também das outras testemunhas, de acordo com a experiência, a vasta experiência que V.Exa. tem na perseguição penal, por ser egresso do Ministério Público, a que o senhor atribui o fato de um ato em conjunto, com um acordo de decisões conjuntas, livres e autônomas, de mais de sete dezenas de Deputados, que convergiram inclusive no revezamento das posições, inclusive nas cadeiras e no ponto em que estava o Zé Trovão, dentro da sua experiência há algo que justifique o fato de apenas nós três estarmos sentados aqui?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Olha, eu não gostaria de emitir opinião pessoal. Em relação ao Marcel, me faz crer com muita convicção que a liderança dele incomoda bastante. O Marcel, ele afronta muito o sistema. O Marcel afronta muito no sentido de as verdades dele serem verdades que se sobressaem. Essa é uma oportunidade ímpar para puni-lo. Em relação a você, eu vi uma declaração ou alguém falando que você, lá no Mato Grosso, teria...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Do Sul?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu não sei aonde.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Do Sul.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - No Mato Grosso do Sul, você teria se dirigido teoricamente contra o Presidente da Casa. Em relação ao Zé Trovão, o Zé Trovão, confesso que eu não sei dizer por que ele foi escolhido, mas tenho certeza de uma coisa: que essa escolha partiu da liderança de alguns Parlamentares do Governo,



que apontaram o dedo para pessoas específicas, cada qual com a sua motivação, mas nós estávamos em mais de setenta. Essa é a realidade. *(Pausa.)*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor me permite uma comunicação ao Plenário rapidamente, Presidente? Não sei se já terminou...

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Sou eu agora, não é, Presidente?

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - É que eu ainda estou perguntando...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, é só que o Plenário acaba de ser evacuado. Somente Parlamentares podem ficar, porque Glauber Braga, cuja cassação está aprazada para amanhã, decidiu sentar na cadeira do Presidente, fazer discurso e ainda disse — e o senhor pode ter a certeza de que aqui a absolvição deveria ser sumária neste momento, em comparação com o que faz Glauber Braga — que só sai de lá arrancado pela polícia. Jamais fizemos isso.

Só era esse registro eu queria fazer, Presidente, porque isso está acontecendo agora, impedindo inclusive a realização da Ordem do Dia.

Devolvo a palavra ao Deputado Marcos.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Fica o registro, Deputado Marcel van Hattem. Concorde com V.Exa. Acredito que deva, sim, ser retirado pela Polícia Legislativa, porque, na situação em que nos encontramos hoje, imagino que ele tenha um motivo para estar sentado lá agora.

Deputado Marcos Pollon, peço que V.Exa. continue o seu interrogatório a um ex-membro do Ministério Público.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Pelo amor de Deus, interrogatório, não! *(Risos.)*

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Excelente. Pois muito bem, eu acredito que ficou claro que foi um ato coletivo onde todos têm o mesmo quinhão de responsabilidade e que, infelizmente, há um direcionamento. De toda sorte, ao que eu tinha preparado, era isso... Ah, deixa eu ver, isso foi falado. Não, acho que é isso. É isso. Da minha parte, é isso. Obrigado, Sr. Deputado.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Sou eu agora. Presidente, por favor...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - A sistemática é a seguinte. V.Exa., que é membro, Deputado Marcel van Hattem, agora...



O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O Deputado Cabo Gilberto faz questão de falar antes...

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Não, não. Acho difícil isso. Até mesmo porque a gente vai estar... A ordem de inscritos de membros e não membros é após o questionamento dos Deputados representados.

Então, passo a palavra ao Deputado Marcel van Hattem para que faça a inquirição da testemunha.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Estou aqui para cumprir as ordens, Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Só antes, Presidente, de fazer a inquirição aqui à testemunha, eu lhe questionaria se não era o momento de suspender esta reunião, porque, sinceramente, isto aqui é uma afronta inclusive ao próprio Conselho de Ética.

Veja bem, veja bem, nós estamos tratando aqui de um caso em que somos denunciados por Parlamentares de esquerda por termos feito uma obstrução de uma forma legítima, cortês, como a testemunha disse aqui — e vou reforçar depois as perguntas —, e foi o mesmo que disseram as outras testemunhas. Ou seja, não há contradição na narrativa ou, melhor dizendo, na história. E o Deputado do PSOL...

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Vixe!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - ... partido que me denunciou — estou sentado aqui na condição de representado por causa de um processo movido pelo PSOL —, está neste momento sentado na cadeira do Presidente da Câmara, dizendo que só sai de lá arrancado pela Polícia, Sr. Presidente!

Em nenhum momento eu disse isso. Em nenhum momento o Deputado Alfredo Gaspar disse isso, nem o Deputado Marcos Pollon, o Deputado Zé Trovão. Todos nós estivemos lá de forma pacífica, fizemos o nosso protesto, saímos no momento do acordo celebrado. E o que nós estamos vendo neste exato momento é uma Ordem do Dia sendo impedida de acontecer no plenário da Câmara dos Deputados por um Parlamentar do PSOL, que foi o partido que nos denunciou.



Sr. Presidente, há outro maior exemplo de hipocrisia que se poderia dar? Eu peço a V.Exa. que analise aqui com cuidado esse pedido de suspensão, porque não tem cabimento. Estamos desmoralizados aqui, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Deputado Marcel van Hattem, por mais que eu concorde que é um absurdo um Deputado sentar na cadeira do Presidente para obstruir os trabalhos, e essa é minha oposição, eu imagino que nós, como Parlamentares, temos que ter a liturgia do cargo, até mesmo como um Presidente da Câmara ficar impedido de fazer uso da sua mesa, uso da sua cadeira para começar os trabalhos, mas isso é um exemplo do que, daqui a pouco, a gente vai banalizar. Qualquer um que não concorde com uma pauta, ele vai sentar na cadeira, e as coisas vão terminar. Nós vamos tocar a nossa pauta aqui. Eu coaduno com a opinião de V.Exa., até porque eu imagino que o tempo do Deputado Glauber Braga nesta Casa é curto.

O Deputado Marcos Pollon já fez a...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sou eu agora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Deputado Marcel van Hattem, V.Exa...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas eu começo por aí mesmo, Sr. Presidente, eu começo mesmo por essa inquirição, porque a situação é muito diferente.

Pergunto ao Deputado Alfredo Gaspar, por quem nutro uma profunda admiração — e aprendi a admirar ainda mais a CPMI do INSS —, eu lhe pergunto inclusive se V.Exa. está confortável sentado na condição de testemunha nesse momento, vendo seus três colegas de oposição que estiveram junto nesse movimento hoje na condição de representados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Já disse, Deputado Marcel, que não sou daqueles que posam para foto e ficam escondidos na hora da rebordosa. Eu estou aqui por livre e espontânea vontade. Não me sinto confortável. Foi um movimento coletivo, e, baseado nisso, estou aqui prestando depoimento sobre a veracidade, deixando muito claro, independente do que aconteça, independente do que aconteça, não vi ato por parte de V.Exa. ou dos outros para desrespeitar o Parlamento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Olha, Deputado Alfredo Gaspar, eu lhe pergunto também aqui, com base no que o senhor já afirmou, se o senhor coadunaria em algum momento com uma manifestação de obstrução que fosse violenta.



O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Olha, não faz parte do meu perfil. Não acredito que o Parlamento seja o local para qualquer obstrução violenta, mas acho que o Parlamento é o local para obstrução legítima em que se exponha também uma parte da vontade dos Parlamentares. A gente vê o Governo o tempo todo tratorando com emenda, com pressão, com cargo. A gente vê a vergonha, muitas vezes, no noticiário, de Parlamentares com possível desvio de conduta em relação a emendas, e eu me sinto altamente constrangido de estar aqui como testemunha por conta de três Parlamentares, que eu não vejo desonrar o Parlamento, na condição de investigados.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E o senhor tem conhecimento de manifestações anteriores de obstrução que tenham sido parecidas com a que foi feita pela Direita, mas, aí sim, com episódios de violência ou de alguma grave ameaça?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Olha, durante essa discussão, eu ouvi vários pronunciamentos dizendo que a mesa já havia sido ocupada pela Oposição da época, hoje os governistas. E foram citados lá vários Parlamentares, e não houve nenhuma consequência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E o senhor se lembra de esses mesmos Parlamentares, dentro da Esquerda, terem feito qualquer tipo de menção de questionamento a esses métodos quando eles os realizaram?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu tenho visto com muita frequência aqui que, quando parte da Esquerda, qualquer e todo ato é legítimo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor disse uma coisa muito importante. O senhor falou há pouco sobre a decisão que foi coletiva, mas uma frase que me chamou a atenção foi quando o senhor disse: *"Não foi da cabeça do Pollon ou do van Hattem que eles permaneceram ali"*. E foi muito parecido com o que disse Adriana Ventura, Deputada que antecedeu, também tratando desse tema, lembrando que havia um combinado entre os presentes de que ninguém deixaria o local antes de que houvesse um acordo, inclusive que isso fosse de uma forma pacífica, de uma forma tranquila, de uma forma inclusive a preservar justamente a liturgia do cargo da Presidência da Câmara e do Parlamento. O senhor se recorda disso?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu me recordo. Não me recordo quem falou, mas essa é a verdade. A verdade é: *"Ninguém sai até o fechamento do acordo"*. Mas em nenhum momento para desmerecer ou diminuir o tamanho do



Presidente Hugo Motta, porque, pelo que eu tinha conhecimento no momento lá, estava havendo reuniões com o Presidente Hugo Motta para se chegar a um denominador comum.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu sei que o senhor não tem *habeas corpus*. Pode ficar em silêncio de qualquer forma, se quiser. Essa pergunta pode ser um pouco difícil. (Riso.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu prefiro sair preso do que pedir um *habeas corpus*.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Essa pergunta pode incriminá-lo, mas eu lhe perguntaria: o senhor tomaria a mesma atitude vendo que Marcel, Pollon e Zé Trovão fizeram naquele momento, que levaram a estar aqui?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Confesso, Deputado Marcel, que não é fácil nos tempos atuais exercer o mandato com independência, não é fácil expor as opiniões que vão contra o sistema. Eu pensei muito se deveria ou não aderir ao movimento, mas acharia uma covardia muito grande da minha parte não comungar com aquilo que eu penso. Portanto, eu fui para ali disposto a perder até o mandato, mas não fugir do meu ideal. Fui ali para defender a anistia diante das injustiças que têm acontecido. Posso até ser um idealista besta, mas eu não fujo daquilo que eu penso e defendo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E, quanto àquilo que foi acordado para que houvesse a desobstrução, foi cumprido aquilo que foi acordado?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Olha, eu não sei o que foi acordado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Fim do foro privilegiado, votação...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Como eu lhe disse, na hora que voltaram da reunião e fizeram... foram feitas várias, várias... O que é que eu ia dizer? Rodas. Uma roda menor, uma roda maior e tal. Eu cheguei... Como eu estava no canto, quando eu cheguei, quis me aproximar, mas não ouvi, certo? Eu não me recordo o que foi acordado ou o que foi... ou o que foi discutido, porque eu não peguei esses detalhes. Eu já vejo a narrativa que aquilo era inadmissível e que tinha que haver punição. É disso que eu me recordo.



O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu relatei, quando a Deputada Adriana estava aqui, eu repito, Deputado Gaspar, que eu aguardei ter a orientação daqueles que eu não diria que eram líderes, porque foi um movimento orgânico, surgido inclusive de uma manifestação da Oposição, aí sim talvez liderada pelo nosso Líder no Congresso Nacional, Senador Rogerio Marinho, e uma coletiva de imprensa, realizada diante do Congresso e depois incluindo as duas Casas. Eu disse que eu aguardava o resultado da reunião que tinha sido feita e da comunicação a todos os que estavam em cima da mesa sobre esse resultado. E o que o senhor vem a dizer aqui agora corrobora aquilo que eu tenho tentado explicar, inclusive para o próprio Relator entender bem o que estava acontecendo naquele momento, que foi uma falta total de comunicação havida ali em cima, que certamente não seria resolvida em uma questão de 30 segundos, ou 1 minuto, ou talvez até 5 ou 10, para que todos estivessem a par do que havia sido acordado. O senhor concorda com essa afirmativa?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - O que eu posso dizer, Deputado Marcel, é que os três estão pagando um pato que é coletivo. Foi uma decisão coletiva, e eu estou vendo três de mais de setenta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Vamos confiar que não paguemos o pato. Nós estamos esperando pela absolvição aqui...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu acho que o fato de já estarem sendo motivo de investigação, eu já acho que é uma grande injustiça.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu concordo. Eu concordo e acho que é também uma injustiça com todos aqueles que participaram e que pediram para estar junto aqui, inclusive liderados pelo Deputado Sóstenes Cavalcante, que pediu ao Presidente da Casa que fosse incluído e que todos os demais participassem. Mas a vida não é justa. Estamos aqui os Deputados Zé Trovão, Pollon e eu. E eu lhe perguntaria — também não quero amolá-lo, sei que o senhor tem muito ainda a fazer pelo Brasil em outros ambientes —, e gostaria de ser mais breve nessa oitiva, mas eu queria perguntar a V.Exa. se o senhor acha que a Casa procede corretamente ao dar andamento a um processo desse tipo, aqui no Conselho de Ética, contra esses três Parlamentares.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Olha, eu vejo isso e vejo de acordo com o que tenho percebido, portanto dentro do meu testemunho. Os senhores estão servindo de exemplo para que ninguém se atreva a movimentos como esse, mas eu



acho que esse exemplo deveria ser estendido a mais de setenta Parlamentares que praticaram exatamente as mesmas condutas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Só para confirmar ou contradizer o que já foi afirmado pelos depoentes anteriores, o senhor viu a mim sentado na cadeira do Presidente da Câmara?

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) - Como eu disse, eu não me recordo exatamente de quem estava na cadeira do Presidente, mas, depois, vendo as imagens, me disseram que quem estava na cadeira do Presidente era o Deputado Marcos Pollon. Mas ali a Mesa Diretora não tinha só duas cadeiras, ela tinha várias cadeiras. O que eu posso reafirmar — isso aí eu reafirmo — é que eu nunca vi, da sua pessoa, do Deputado Marcos Pollon ou do Zé Trovão, qualquer fato que possa ter sido para diminuir a autoridade do Presidente da Casa. Esse era um movimento pacífico, visando um ideal. E eu acho isso muito legítimo na democracia, são as armas que nós temos. Era um grito de socorro de mais de setenta Deputados em prol de uma parte do povo brasileiro. Gostem ou não das nossas convicções, mas era uma forma que a gente tinha para poder chamar a atenção e fazer valer um instrumento legítimo. A gente só queria que a anistia fosse pautada. Aprovada ou não, pouco importa. O que importava era que o Parlamento desse essa decisão, que até hoje nós não tivemos a oportunidade de mostrar ao Brasil se estamos a favor ou não, e estamos a reboque do que o Supremo Tribunal Federal acha que deve ser.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - As cadeiras ao lado do Presidente da Câmara — eu estava sentado em uma delas e outros Parlamentares também —, elas, tanto ao lado direito como ao lado esquerdo, são de uso vedado a outros Parlamentares que não sejam membros da Mesa Diretora?

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) - Acredito que não, porque eu já sentei lá algumas vezes.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E o senhor se sentou lá quando já tinha sido iniciada a sessão?

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) - Olha, eu sentei lá algumas vezes, que eu estou falando, no decorrer do meu mandato.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Enquanto a sessão estava em andamento?



O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Enquanto a sessão estava em andamento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E no caso em que eu estava sentado já havia sessão em andamento?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu não posso dizer com convicção, mas, se o senhor se levantou na hora em que o Presidente Hugo Motta assumiu, a sessão ainda não tinha sido aberta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Perfeito. É exatamente essa a resposta que eu estava esperando, porque é exatamente o que está sendo confirmado não só pelo depoimento de V.Exa., mas também dos demais Parlamentares. Eu quero agradecer à testemunha, Sr. Presidente, e quero reforçar aqui que a manifestação do Deputado Lindbergh na acusação é falsa. Ele disse que eu estava sentado na cadeira do Presidente, e não é verdadeiro. Começa por aí. Começa com uma falsidade daquele que gosta de acusar os outros de fazer *fake news*, e ele mesmo faz uma acusação tremendamente falsa. Em segundo lugar, que a representação do PSOL mais uma vez cai por terra quando se demonstra que eles são useiros e vezeiros da estratégia de obstruir, porém com violência. Inclusive hoje, ameaçando o Presidente da Câmara e constrangendo-o a utilizar a Polícia Legislativa para retirar o Deputado Glauber Braga da cadeira em que ele, neste exato momento — ironia das ironias — está sentado e tomou efetiva posse durante o andamento dos trabalhos, Sr. Presidente, o que nós não fizemos, porque os trabalhos não haviam sido iniciados. E mais uma testemunha corrobora esses fatos. E, finalmente, Deputado Alfredo Gaspar, eu quero dizer que o senhor acabou de dizer uma frase ou repetir uma frase que eu levo para a vida: *"O meu mandato não é maior do que o meu ideal"*. As pessoas que votaram em V.Exa. podem ter muito orgulho, porque elas sabem que podem esperar do senhor sempre a defesa de um ideal, mesmo que talvez não esteja alinhado com o que as pessoas esperam lá na ponta, porque as pessoas são falhas e podem votar de uma forma a se equivocar até mesmo sobre qual é o ideal do seu representante. O que mais importa é que o ideal desse representante e sua consciência não sejam traídos. E eu posso, eu posso e eu posso mesmo ser aqui alvo e objeto da maior das injustiças, com uma eventual punição. Jamais será maior do que a justiça que eu defendo para aqueles que hoje são injustiçados e que esperam



urgentemente por uma anistia ampla, geral e irrestrita. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, depoente. Parabéns, Deputado Alfredo Gaspar. Tem minha admiração.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito bem, Deputado Marcel van Hattem.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo de Moura, representante do Deputado Zé Trovão.

V.Exa. tem a palavra para inquirir a testemunha.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Obrigado, Presidente.

Boa tarde, Deputado Alberto Gaspar. Mais uma vez aqui também parabenizá-lo pelo excelente trabalho que o senhor vem fazendo na Câmara. Bom, acho que muitos pontos já foram aqui esclarecidos, mas eu queria saber da testemunha se ele tem ciência que já ocorreram outras obstruções aqui na Casa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu estou exercendo meu primeiro mandato. Eu ouvi, durante esse movimento, notícias, e que são verdadeiras, que houve outras obstruções com a mesma forma de proceder.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Diante da qualificação técnica até da testemunha, por ser conhecedora das leis, dentro dessa obstrução que a testemunha informa que inclusive participou, o senhor notou alguma ilegalidade nessa ocorrida, que é fruto desta Comissão?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Deixa eu te informar uma coisa. O Presidente Hugo me parece um democrata. E o Presidente Hugo o tempo todo negociou com as bancadas para saber até onde dava para ir. Dentre esses assuntos, estava a anistia, que, ao que me parece, entrou inclusive na negociação para a eleição dele como Presidente. E essa anistia não foi pautada. E eu vi o Presidente Hugo muito preocupado em se chegar a um consenso, sempre assim. O tempo que nós passamos lá ocupando, não houve sessão. Não havia sessão nem houve nenhuma ordem de retirada, não que tenha chegado até a mim. O que aconteceu é que, de repente, no meio dessa negociação, alguém teve a brilhante ideia de colocar o Presidente Hugo numa situação em que estava ocupado, ou seja, faltou ali uma interlocução, dizer: *"Minha gente, o Presidente Hugo quer chegar aqui e não quer ver mais essa mesa ocupada"*. Eu estou falando na minha concepção. E eu estava lá, no recinto, com todo o respeito ao Presidente e aos demais membros do Parlamento, e numa condição privilegiada de observador. Eu não vi afronta ao Presidente Hugo. O que eu vi foi a Esquerda montando



uma narrativa e querendo, a todo custo, punir algumas pessoas determinadas. Foi o que eu vi. E acho injusto. Eu acho que o que o Líder Sóstenes disse é a maior verdade. Se é para punir um, pune o movimento inteiro, no qual eu me incluo. Não vi ninguém praticando condutas diferentes. Então, assim, primeiro ponto: vai punir? É uma injustiça. Agora, vamos ser sinceros, não era um movimento para desmerecer o Presidente Hugo. O Presidente Hugo foi eleito legitimamente e tem toda a legitimidade para presidir o Parlamento. Ninguém quis afrontar a Presidência do... Mas a Esquerda ficou plantando essa narrativa, até que escolheu as pessoas que estão aqui selecionadas de forma injusta.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Deputado, diante do histórico aqui da Câmara, nós tivemos aqui algo similar no ano de 2017, quando teve a questão da reforma trabalhista e houve uma obstrução. Tivemos um ato similar em 2018 onde também houve uma obstrução. E não houve nenhum... nenhuma consequência. A Comissão de Ética não teve nenhum procedimento. O senhor acha que dá para falar que existe uma distinção, que, quando é feita essa obstrução pela Esquerda, não existe punição, só que, quando é pela Direita, nós temos que estar aqui nesta Comissão?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - Eu tinha falado isso um pouco antes. Qualquer ato, qualquer, bote aí, qualquer ato praticado pela Esquerda será sempre legítimo no Brasil atual.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - No tocante aqui, Deputado Alfredo Gaspar, existe uma... nós temos um litisconsorte passivo, mas está individualizado. Então, por mais que o Deputado já tenha feito de uma maneira ampla, eu vou perguntar de maneira específica, até para nos ajudar aqui na defesa. O senhor viu algum papel específico destoante do Deputado Zé Trovão ou ele participava de um grupo com o objetivo também do grupo?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - O senhor sabe que eu nem me recordo do Zé Trovão nesse papel. Mas o Zé Trovão é um cidadão de 2 metros de altura, ou perto disso, ou acima disso, com um chapéu na cabeça. Em qualquer ato, ele se destaca. É esse o destaque que eu posso dar a ele.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - A próxima pergunta seria se, no caso, o senhor viu o Deputado Zé Trovão cometer alguma injustiça, mas o senhor acabou de falar que não viu.



Existe um documento, no próprio procedimento aqui da Comissão, para ser mais específico, o item 28, que é taxativo ao falar que o Presidente Hugo Motta entrou às 22h14min no recinto. Existe outro documento, disponível para todos, que diz que a sessão se iniciou às 22h14min. Seria possível ter havido algum tipo de objeção, algum tipo de confusão em um lapso temporal tão curto, de apenas 10 minutos? Ou foi o que todos já vêm falando aqui, algo bem tranquilo, algo sucinto, que todos entenderam que ali tinha chegado ao limite, e a questão parlamentar foi totalmente respeitada?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) - O que eu posso afirmar com convicção, porque eu não sou muito bom de cronologia... O que eu posso afirmar com convicção é que eu não vi ninguém com o espírito de diminuir a autoridade do Presidente da Casa.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Presidente, de minha parte, são essas as perguntas.

Queria agradecer à testemunha pelos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito obrigado, Dr. Moura.

Eu concedo a palavra ao primeiro inscrito, o Deputado Cabo Gilberto Silva, para inquirir a testemunha por até 10 minutos.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, eu quero parabenizar pelo trabalho os advogados dos três Parlamentares, Deputado Zé Trovão, Deputado Marcos Pollon e Deputado Marcel.

Quero parabenizar V.Exa., Presidente, pela condução sempre ética, sempre coerente, com base no Regimento, independentemente das suas posições políticas, porque os 513 Parlamentares têm posições políticas na Casa, mas V.Exa. comanda como deve ser comandado o Conselho de Ética.

Então, eu quero já solicitar a V.Exa. o meu desagravo com relação às palavras de ofensa que V.Exa. recebeu na última sessão, de forma desrespeitosa, por Parlamentares que não respeitam o Código de Ética, não respeitam o Regimento, não respeitam a Presidência de V.Exa.

Quero parabenizar também o Relator, o Deputado Moses Rodrigues.

Deputado Moses, V.Exa. é Relator dos três casos, não é isso?



O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Sim, estão apensados, conforme vieram da Mesa.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Primeiramente, eu queria perguntar ao Relator, o nosso competente Alfredo Gaspar, um Deputado que tem uma história, cabelos brancos de muita experiência lá no Estado de Alagoas, nosso irmão nordestino. V.Exa. observou a conduta dos três Parlamentares de forma pessoal contra o Presidente da Casa, a autoridade do Presidente da Casa?

O SR. ALFREDO GASPARGAS (Bloco/UNIÃO - AL) - Nem observei em relação aos três Parlamentares, nem observei no seio do movimento qualquer ato direcionado ao Presidente da Casa. Esse não era o objetivo.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Assim como eu, V.Exa., tem o mandato de Deputado Federal. V.Exa. já observou, na história do Parlamento, algum Parlamentar de ideologia de esquerda, que faz parte, estão aqui através de votos, ser punido por qualquer tipo de protesto aqui na Câmara dos Deputados?

O SR. ALFREDO GASPARGAS (Bloco/UNIÃO - AL) - Confesso ao senhor que eu não me recordo.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Então, Sr. Relator, vou fazer um pedido a V.Exa. Sei que V.Exa. é do nosso querido Ceará e recebeu a missão de ser Relator dos três processos. Queria pedir vênias a V.Exa., Sr. Relator Moses, do nosso querido Estado do Ceará, partido União Brasil. Eu participei de toda a movimentação com os três Parlamentares que citamos anteriormente. Já deixa consignado, Sr. Presidente, que, se houver punição para os três, que me punam também, até porque eu vou assumir a Liderança da Oposição no próximo ano e não acho justo estes Parlamentares serem punidos e os outros — quase cem — que também participaram não serem punidos, Deputado Moses. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é que há uma interpretação equivocada por parte de alguns partidos. V.Exa. sabe da minha articulação aqui, eu conversei com todos os Parlamentares, de todos os partidos, de centro, de esquerda e de direita. Eles têm a concepção equivocada, Sr. Presidente, de que esses três Parlamentares fizeram algo para tirar a Presidência da Câmara, a sua autoridade perante os Parlamentares e perante a opinião pública, como terceiro na hierarquia de assumir a Presidência da República — o segundo, perdão, porque depois do Vice-Presidente vem o Presidente da Câmara. Deputado Moses, é muito importante que fique registrado que os



três Parlamentares, em momento nenhum, quiseram tirar a autoridade do Presidente, muito menos nós. Deputado Moses, se fosse o caso de uma normalidade democrática, eu tenho certeza absoluta de que esse movimento não teria acontecido. Mas V.Exa. há de convir, Deputado Moses, que o Congresso está sendo fechado. E, com aquela decisão e as várias decisões que vêm sendo tomadas reiteradas vezes — eu não vou repetir aqui, V.Exa. sabe da nossa posição com relação a isso —, o nosso Congresso vem sendo fechado reiteradas vezes. O último fechamento ocorreu na sessão passada. V.Exas. acompanharam atentamente o que está acontecendo aqui no Parlamento. Então, se a gente punir estes Parlamentares, estaremos cometendo uma grande injustiça. Eu estava lá, Deputado Moses, ao lado de Parlamentares, tanto do Deputado Marcos Pollon quanto do Deputado Zé Trovão, quando eu subi, e do Deputado Marcel. O momento era de muita tensão. Quando fizemos um acordo para esvaziar a mesa, naquele momento, dentro da sala do Presidente da Câmara, não houve tempo suficiente, por conta de todo o tumulto, Sr. Relator, daquele momento tenso que todos nós acompanhamos, de chegar a informação aos Parlamentares Zé Trovão, que estava sendo segurado... Tentaram chegar os servidores da Casa, os policiais, e a gente disse a eles: *"Este é um movimento pacífico contra a ditadura do Judiciário que vem ocorrendo no Brasil. A gente está aqui fazendo o nosso papel em defesa da Casa, e não contra o Presidente da Câmara dos Deputados"*. A gente deixou isso claro, Deputado Moses, diversas vezes. Por isso, eu peço que V.Exa. reconsidere isso. Eu sei que a maioria dos partidos de centro tem outra visão, mas eu peço vênha a V.Exa. Quando colocar o seu relatório aqui para todos nós votarmos "sim" ou "não", peço que se apegue a isto que eu estou falando. O Deputado Zé Trovão não tinha essa informação porque foi tudo rápido, Deputado Moses. Eu estava na Presidência da Câmara, saí correndo, e a gente não teve como fazer articulação porque recebeu a determinação do Líder do partido, que era o Deputado Sóstenes, bem como do Líder da Oposição, que era o Deputado Zucco, e da Líder da Minoria, a Deputada Carol de Toni, para segurar a entrada do Plenário, da Mesa. E ali se agiu dessa forma. Ele não fez nada em desrespeito à autoridade do Presidente da Casa. É bom que fique claro isso. Segundo ponto. O Deputado Marcos Pollon, que estava sentado, e, posteriormente, o Deputado Marcel... O Deputado Marcel saiu antes. Ele não tinha acompanhado o desfecho da negociação que fizemos, Deputado Moses. Então, ele não entendeu do que se tratava naquele momento, porque era uma gritaria enorme. Os Parlamentares da base do



Governo ficaram desrespeitando os demais Parlamentares, com gritaria, e eles não tiveram esse tempo hábil para se ater à nossa negociação, até porque, se assim tivessem feito, eles sequer estariam sentados, porque eles teriam saído imediatamente. Por isso que eu insisto, Deputado Moses, com V.Exa.: não leve isso em consideração, que eles estavam ali para desrespeitar a autoridade do Presidente da Casa. O Deputado Marcos Pollon, ele ficou atônito com tudo que ocorreu, porque eram várias informações ao mesmo tempo, mas, a partir do momento em que o Líder chegou ao seu ouvido e lhe pediu que se retirasse, junto com o Deputado Marcel, depois que eles entenderam, ambos saíram da mesa do Presidente, o Presidente retomou o seu assento e conduziu a sessão até o encerramento, Deputado Moses. Então, não teve prejuízo. Por isso que eu peço a V.Exa., ao Sr. Presidente também, que, se for para punir alguém, o justo seria punir todos os sessenta, os setenta Deputados. Eu pego a assinatura de todos que estavam participando, para que todos sejam punidos de forma igual. Então, eu peço a V.Exas. que não haja punição para esses três Parlamentares. O Deputado Marcel não é perfeito. Eu não sou perfeito. O senhor não é perfeito, Relator. O senhor não é perfeito, Presidente. O Deputado Marcos Pollon, o Deputado Zé Trovão... Todos sabem reconhecer quando há excesso, todos sabem pedir desculpa, todos sabem avançar e todos sabem dar um passo atrás. Eu deixo claro aqui o nosso posicionamento, como futuro Líder da Oposição, exercendo agora a Vice-Liderança da Oposição. Vamos trabalhar em harmonia, para não punir pessoas que não merecem ser punidas por conta daquele fato. Lembro a todos os senhores, senhores três Parlamentares que estão aqui no banco dos réus, que estávamos lutando por independência, estávamos lutando pela abertura do Congresso Nacional, estávamos lutando, Sr. Presidente, pela segunda independência do Brasil, que foi tomado de assalto — palavras do próprio Poder Judiciário, que vem perdendo toda a sua credibilidade por conta das ações da Suprema Corte, que já se acha o superpoder da República, já se acha acima da Constituição. Eles não só estão declarando inconstitucionais leis de 75 anos, como eles estão redigindo a lei, Sr. Presidente. Isso é de uma gravidade enorme e é uma afronta direta à nossa Constituição, à nossa Carta Magna, que todos juraram defender. Eu posso discordar de vários artigos, como eu discordo. Eu discordo de vários artigos — no meu entendimento, a Constituição deixou os militares como subcidadãos —, mas eu tenho que respeitá-la. Eu posso apresentar uma emenda constitucional. Se eu tiver a maioria da Casa, 308 votos, a



gente muda aqui na Câmara, e a matéria vai para o Senado. É assim que funciona em uma democracia. Da forma que está, eu peço a V.Exa., Deputado Moses, que é um Parlamentar bastante conceituado aqui na Casa, já foi Presidente da Comissão de Educação, ficou mais bonito com esse cabelo, e é do nosso querido Estado do Ceará, pelo qual eu tenho um grande carinho, eu peço a V.Exa. que, se porventura estiver pensando em pedir uma punição para os Parlamentares, que peça uma reprimenda por escrito, mas que eles não sejam punidos com o afastamento do mandato, porque isso seria de uma injustiça enorme, no nosso ponto de vista. Eu estou falando com vários Líderes de partidos, para que cheguem a V.Exa., e estou falando com o Presidente Hugo Motta, para que não seja dada essa punição, para que esses três Parlamentares não sejam injustiçados. E, se porventura for para serem punidos, que todos sejam punidos, de toda a Oposição, porque isso seria o mais justo, já que os três representavam todo esse movimento democrático de resgate do Parlamento. Eu quero deixar claro aos senhores, para finalizar meus 30 segundos, Sr. Presidente, que não era nada contra o Presidente da Casa. Isso é fato. Eu participei de toda a movimentação. Dormi aqui na Câmara dos Deputados. Ficamos lá. Era, sim, a favor da abertura do Congresso Nacional, que infelizmente vem sendo fechado reiteradas vezes. Vou repetir o que eu disse lá no plenário. Ano que vem a população vai perguntar para que Deputado, para que Senador, se não estamos defendendo a Constituição, se não estamos defendendo o art. 1º — todo o poder emana do povo. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Relator e, em especial, nosso querido Deputado Alfredo Gaspar, o nosso canhão da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito bem, Deputado Cabo Gilberto.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, agradeço a presença do Deputado Alfredo Gaspar e finalizo a oitiva.

Registro a presença do Deputado Messias Donato, testemunha arrolada pelo Deputado Marcos Pollon.

Agradeço a disponibilidade de V.Exa. e o convido para se sentar à mesa.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Sr. Presidente, eu recebi agora um *e-mail* de confirmação da eficiente Comissão aqui informando sobre a continuidade na quinta-feira.



O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Amanhã, quinta e sexta.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Isso.

Eu gostaria de solicitar... Não sei do Dr. Ricardo, mas a gente já costuma ter umas agendas prévias. Eu sei da celeridade e respeito. Estou pedindo de maneira bem respeitosa que pelo menos a agenda de quinta e sexta a gente coloque para a semana que vem. Acho que não só no nosso escritório, mas também nos demais, se conseguem reagendar algumas coisas, mas uma semana completa nos traria um prejuízo considerável lá. Eu gostaria que isso fosse avaliado. Amanhã, o.k. — quem é de fora, como eu, já calcula um dia a mais —, mas o restante realmente seria muito difícil para nós.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito bem, Dr. Eduardo.

Eu sei que V.Sa. representa o Deputado Zé Trovão. O Deputado Zé Trovão eu tenho certeza absoluta de que pode vir na quarta, pode vir na quinta e pode vir na sexta. Este é o momento de todos os representados fazerem uso da palavra. Por conta disso, eu indefiro o pedido de V.Sa.

Passo a palavra ao Relator, o Deputado Moses Rodrigues, para que inquirir a testemunha.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Presidente, eu queria só fazer uma consulta antes de iniciar os questionamentos ao Deputado.

Eu adotei a metodologia de fazer perguntas em blocos. Se eu mudar a metodologia e quiser fazer as perguntas em separado, isso fere o Regimento? Repito, Presidente — a Adriana está ali. Nós já tivemos três testemunhas, e eu mantive uma coerência de fazer os questionamentos em blocos. Estou perguntando se, se eu alterar a metodologia, regimentalmente eu trago algum prejuízo à ampla defesa.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - De maneira nenhuma, Deputado Relator Moses Rodrigues. V.Exa. tem a sua dinâmica para fazer os questionamentos.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Presidente. Então vamos fazer uma mudança na metodologia.



A primeira pergunta que eu queria fazer a V.Exa. é se V.Exa. esteve presente no plenário no dia 6 de agosto de 2025, no acontecimento dos fatos que já foram narrados aqui por todos.

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Sim, nobre Relator.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Outro questionamento, Deputado. Conforme afirmado por outras testemunhas, no dia dos fatos, houve um revezamento nas cadeiras da Mesa Diretora por parte de alguns Deputados da Oposição. V.Exa. participou desse revezamento?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Sim, participei.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - O senhor pode precisar em qual momento, horário, quanto tempo antes dos Parlamentares que estavam na cadeira, o Deputado Marcos Pollon e o Deputado Marcel van Hattem?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Nobre Relator, aquele dia 6 de agosto foi um dia em que todos nós que somos conservadores, que somos oriundos de base que defende a vida desde a concepção, os valores cristãos, que defende a liberdade econômica e também a nossa Pátria, que é o nosso Brasil... Se o senhor me permite, assim como agiu com benevolência com todos aqueles que se sentaram nesta cadeira, o sentimento de nós Parlamentares, hoje, é o sentimento de que estamos em um país em que o Estado é de exceção. Eu viajei para a Corte Interamericana de Direitos Humanos com o Deputado Marcos Pollon, o Deputado Zé Trovão e o Deputado Marcel van Hattem, e denunciemos lá, naquela ocasião, o ativismo judicial que acontece hoje no Brasil. Todos nós que estamos aqui, seja o senhor lá no seu Estado, o nobre Presidente, os demais Parlamentares aqui, somos questionados todos os dias a respeito dos presos políticos que ainda se encontram encarcerados no nosso Brasil. Isso fez com que nós, que somos representantes do povo, viéssemos a dialogar, de forma permanente, no intuito de que fosse pautada a anistia. E assim nós estabelecemos diversos espaços de diálogo para que isso fosse pautado. E havia, por parte desta Casa, essa promessa de pautar a anistia. E todos nós somos muito cobrados em relação a isso. E aqui na Casa, o Congresso, na sua maioria — o Brasil é um país continental —, e, através de suas representatividades, nós representamos ali uma parcela da população que não concorda, de todas as formas, com a permanência desses brasileiros e brasileiras, que, neste exato momento, estão encarcerados. Só para concluir,



Relator, eu não tive a oportunidade de visitar os presos políticos na Papuda, assim como o Paulão teve, o Marcel van Hattem e tantos outros Deputados que aqui estão, mas há uma cena que não sai da minha cabeça e, todas as vezes, quando eu vou dormir, essa cena passa como se fosse um filme na minha mente: o velório do Clezão. Eu estive no velório do Clezão, eu participei do velório do Clezão. Eu estava lá ao lado do Deputado Sóstenes. O Clezão era evangélico, da Igreja Assembleia de Deus, do Vitória em Cristo, do Pastor Silas Malafaia. E quando nós chegamos, o Deputado Sóstenes e eu, chegou a urna, o caixão, contendo ali o corpo de um homem que teve um ataque fulminante dentro da Papuda, depois de diversas recomendações da PGR para que soltassem aquele homem devido às comorbidades que ele tinha. Então, essas questões mexem muito com a gente. Agora, neste exato momento, o nosso Presidente Bolsonaro está preso e, a qualquer momento, pode morrer. E o sangue do Estado estará com a digital na morte do Presidente Bolsonaro também, devido às comorbidades que ele tem. Então, todos nós que estamos aqui somos movidos por essa paixão, que traz, dentro do nosso coração, essa indignação, que faz com que a gente vá para as manifestações, assim como fomos à Praia de Copacabana, à Paulista. Em tantos outros Estados houve manifestações. Aqui também não foi diferente, de forma pacífica, ordeira e respeitosa à Mesa Diretora e principalmente ao nosso Presidente Hugo Motta. E todos nós aqui, os três Parlamentares que aqui estão sentados, como diz o Cabo Gilberto, no banco dos réus, respeitamos muito o Presidente Hugo Motta, que é um Presidente que age com cortesia e respeito com todos os 513 Parlamentares.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa. pode descrever qual era o cenário no momento em que o Presidente Hugo Motta chegou à Mesa para iniciar os trabalhos? V.Exa. pode especificar como os representados agiam nesse momento? Estavam sentados nos assentos da Mesa Diretora?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Na verdade, aqui nós somos muitos Parlamentares da Oposição. No espaço de diálogo que foi estabelecido, sempre houve alguns interlocutores conversando em tempo real com o nosso Presidente Hugo Motta. E me parece que, em determinado tempo, esses interlocutores saíram para poder estabelecer esse vínculo de diálogo, estabelecendo esse diálogo, até mesmo para a questão que o Presidente pudesse abrir os trabalhos da Casa, que era essa a intenção dele, e, em dado momento, o Presidente chegou de forma que todos nós também não



esperávamos. Mas, em nenhum momento, dentre os Parlamentares que aqui estão, agiram com truculência, com desrespeito, com raiva. Enfim, todos nós queremos a pauta da anistia, que é o pensamento de todo o povo brasileiro, que quer que as pessoas voltem para suas famílias, para seus lares. Mas nenhum dos Parlamentares que aqui estão, que foram denunciados pelo PSOL, inclusive, que agora, neste exato momento, Relator, ocupou... Eu estava ao lado do Lucas, que é servidor de carreira desta Casa e sempre chega antes para poder estabelecer um diálogo para que se iniciem os trabalhos da Casa, e eu fiquei ali 35 minutos com a sessão aberta, enquanto a Mesa Diretora estava tentando dar abertura na Ordem do Dia, e o PSOL lá, obstruindo. O mesmo PSOL que chegou aqui e me denunciou é o mesmo que, neste exato momento, está fazendo o contrário daquilo. É muita hipocrisia.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa. percebeu algum tipo de incômodo ou constrangimento do Presidente Hugo Motta no momento em que ele chegou à mesa e durante o tempo em que permaneceu aguardando para tomar assento em sua cadeira e iniciar os trabalhos no plenário?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - O Presidente Hugo Motta é um lorde no tratamento com todos os Parlamentares, seja com a Oposição, seja com o Governo, seja com os Deputados independentes. Em momento algum, eu observei, da parte desses Parlamentares, qualquer desrespeito, resistência. Pode ter havido por parte daqueles também, porque a Esquerda tomou ali, em determinado momento, aquele espaço em que fica a Mesa Diretora e a extrema esquerda. Se o senhor olhar nas imagens, vai ver Parlamentares da Esquerda tentando, de todas as formas, tumultuar aquilo que foi estabelecido como negociação, para que o Presidente voltasse a dar abertura aos trabalhos.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa. apoiou a conduta adotada pelos Deputados Marcos Pollon, Marcel van Hattem e Zé Trovão naquela ocasião?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Relator, com todo respeito que eu tenho ao senhor, que tenho ao nosso Presidente — que fazem aqui um trabalho brilhante, que têm estado em uma posição que nenhum de nós gostaríamos de estar, com toda a responsabilidade que têm de interrogar, às vezes até em saia justa, porque aqui todos nós somos colegas no Parlamento —, eu de fato não vi, não observei,



em nenhum momento, qualquer desrespeito, qualquer momento de truculência que viesse a atrapalhar a abertura dos trabalhos.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Para concluir, Deputado, V.Exa. fez uma abordagem quanto a esse momento lá no plenário da Câmara. E aqui eu pedi ao Presidente uma manchete do Deputado Glauber Braga, que ocupa lá a Presidência, impossibilitando que os trabalhos possam ser realizados. O senhor até coloca o PSOL como um dos partidos que entrou com as representações contra os representados: Deputado Marcos Pollon, Deputado Marcel, Deputado Zé Trovão. Na sua visão, esse tipo de atitude, como a do Deputado Glauber, pode afetar a imagem da Câmara como um todo, na pessoa do nosso Presidente Hugo Motta?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Nobre Relator, eu acho que o que nos move na vida são as causas que nós defendemos. Pela causa que eu defendo, eu dou a minha vida, assim quanto os demais aqui representados. O intuito daquela obstrução era a anistia: anistia para os presos políticos; anistia para a Dona Adalgiza; anistia para o Presidente Bolsonaro; anistia para tantos outros presos políticos que já são idosos e outros que têm comorbidades. O Deputado Pollon e o Deputado van Hattem visitaram e viram a situação em que se encontram esses encarcerados hoje, nessa democracia relativa que nós vivemos no Brasil. Então, o que nos motivou a estar ali, naquela obstrução, foi justamente a liberdade dessas pessoas, que, na maioria delas, não cometeram crime algum. Agora, a obstrução que move a causa deste Parlamentar que o senhor acabou de citar, do Glauber, é justamente o contrário. Então, eu acho que, neste contexto, ele não merece o nosso respeito.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Presidente, agradeço as considerações do nobre Deputado.

Havendo necessidade de alguma informação complementar, peço a V.Exa. que delibere para que eu possa fazer novas intervenções.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Com certeza, Relator, Deputado Moses Rodrigues.

Antes de passar a palavra ao Deputado representado Marcos Pollon, eu queria cumprimentar nosso sempre Deputado Federal, que foi Deputado por esta Casa por dois mandatos, nosso Prefeito de Chapecó, João Rodrigues, uma das maiores lideranças da direita de Santa Catarina.



Seja bem-vindo, Prefeito João Rodrigues! O senhor deixou saudades aqui. Tenho certeza de que vai mudar os rumos de Santa Catarina.

Cumprimento também o Presidente do Diretório Estadual do PSD, o Eron Giordani.

Agora eu passo a palavra ao Deputado Marcos Pollon e ao seu advogado para os questionamentos da testemunha.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Boa tarde, Deputado Messias. Agradeço a V.Exa. por ter atendido o chamado para ser testemunha, mesmo tendo sido feito de última hora. O Relator questionou a V.Exa. se há uma similaridade entre o que o Deputado Glauber fez na data de hoje — neste momento, ele não está mais ocupando a mesa, porque foi retirado pela Polícia Legislativa — e o que ocorreu na data de 6 de agosto. São casos idênticos ou são casos totalmente diferentes?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Doutor, o comportamento desse Deputado que ocupou a Mesa Diretora, a cadeira do Presidente, é um comportamento que nós enquanto colegas aqui no Parlamento a gente acompanha de perto e, certamente, pelos meios de comunicação também: desacato aos seus colegas, desrespeito. A última que aconteceu foi ele colocar para fora deste Parlamento, a chutes, um brasileiro que aqui estava participando da sessão. Então, eu acho que não há similaridade nenhuma entre o momento em que nós estávamos, o que nos movia, e este momento agora.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Excelência, o senhor estava em cima do tablado ali também. V.Exa. revezou as cadeiras também em momentos anteriores?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - A Oposição esteve presente ali, apoiando. O que nos move enquanto oposição é justamente a vontade de fazer com que os patriotas, os brasileiros, que neste exato momento, doutor, enquanto nós estamos aqui passando um dia exaustivo — muitos dos senhores, o senhor advoga aqui; e alguns Deputados, o Marcel, o Pollon e o Zé Trovão —, essas pessoas estão encarceradas, longe de suas famílias, umas há 1 ano, há 2 anos, há 3 anos. Outras que nunca tiveram, na sua folha corrida, uma só mancha, nunca colocaram os pés em uma delegacia estão sendo condenadas a 14 anos, 15 anos, 16 anos, 17 anos de prisão. A Elize Matsunaga, um caso que repercutiu em todo o Brasil, arquitetou, executou o plano, matou o seu marido, esquartejou, ocultou o corpo e teve uma pena inferior a muitos daqueles brasileiros que, neste exato momento, estão na Papuda, na Colmeia ou, como



no meu Estado, na Penitenciária de Segurança Máxima de Viana, onde tem um pai, um filho e um genro, puxando cadeia — homens, empresários de bem que nunca colocaram os pés em uma delegacia, nem para um depoimento.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Excelência, eu como advogado e como cidadão brasileiro, lamento profundamente o que está acontecendo. Da posição em que estava, V.Exa. visualizava o Deputado Pollon e o Deputado Marcel, que estavam sentados à mesa?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Nesse momento, assim que o Presidente Hugo Motta chega, alguns Parlamentares estavam próximos à mesa. Nesse momento eu tive uma visão porque eu estava de frente. Eu estava de frente naquele exato momento. Havia muitos Parlamentares. Se o senhor der uma olhada com calma naquelas imagens, o senhor vai ver Parlamentares de todos os partidos, inclusive daqueles que denunciaram os três Parlamentares que estavam na Mesa Diretora.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - V.Exa. estava embaixo?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Estava embaixo, vendo de frente.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - O senhor recorda se, quando o Presidente Hugo Motta entra e passa atrás da tribuna, havia a possibilidade de o Deputado Marcos Pollon visualizar a entrada dele, ou tinha outros Parlamentares que obstruíam o campo de visão do Deputado Pollon?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Doutor, era impossível o Pollon enxergar quem estava na retaguarda dele. Ele tinha uma visão frontal, mas na sua retaguarda era impossível ele enxergar, dado o aglomerado. Eu estava de frente, eu estava embaixo, onde funcionam aqueles microfones de um lado e de outro. E era quase impossível ver quem estava na sua retaguarda. Eu conheço o Dr. Pollon, um excelente militante na área jurídica. Conheço o comportamento, Sr. Relator, do Deputado Pollon aqui na Câmara. A gente participa das mesmas Comissões. Eu viajei com o Pollon para a posse do Presidente Milei, junto com o Presidente Bolsonaro, na Argentina. Fiz algumas outras viagens com ele. Nós tivemos, em muitas Comissões desta Casa, debates extremamente calorosos, mas o comportamento do Deputado Pollon sempre foi o de um cordeiro, daquele Deputado equilibrado, que não altera a sua voz. Claro, se mexerem com a nossa honra, qualquer um de nós altera a voz. Aqui, a gente sempre fala, e isto é o



que o Pollon também pensa: a gente diverge no campo de ideias, mas os corpos sempre se respeitam. O Pollon é um exemplo disso, é um exemplo de Parlamentar. Por isso, quando, de forma repentina, a defesa do Pollon fez contato comigo, eu não me eximi de estar aqui e de prestar todos os esclarecimentos possíveis, porque ele é um representante honrado do seu Estado, é um chefe de família, é um advogado e, sobretudo, um brilhante Parlamentar, que, assim como eu, está indignado com os presos políticos ainda encarcerados nas penitenciárias de segurança máxima.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Excelência, no momento em que chega o Presidente Hugo Motta, havia a possibilidade de o Deputado Pollon ouvir algum comando ou havia bastantes Parlamentares falando ao mesmo tempo? Era quase inaudível? Tinham que gritar?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - É uma loucura. Não sei se o senhor já participou ali do Parlamento. Quando há votações que são importantes, que impactam a vida dos brasileiros, ou quando tem uma pauta em que há uma expectativa ou com um clamor popular muito grande, é quase impossível ouvir as pessoas falando ao redor, tanto que, geralmente, quando um colega está relatando um projeto, por diversas vezes o Presidente — não só o Presidente Hugo Motta, mas aqueles que estão presidindo, naquele momento, a sessão — aperta a campainha ou pede ao Plenário que diminua um pouco o tom dos ruídos, para que possa ouvir ali o parecer do Relator ou o orador que está ali na tribuna.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - O senhor lembra, cronologicamente, assim, quando adentra o Presidente, quanto tempo, aproximadamente, ele leva quando ele entra no plenário até ele chegar à mesa, à cadeira dele?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Doutor, como eu falei, eu estava ali onde a gente fica — os Parlamentares que são conservadores. A Esquerda se expressa do lado esquerdo. E nós, Deputados da Direita, conservadores, a gente fica do lado direito. Então, naquele exato momento em que o Presidente Hugo Motta chega ao Parlamento, ele entra ali para ter acesso à mesa, não só à cadeira, mas à mesa, realmente tinha muitos Parlamentares. E todos, de forma cortês, de forma muito respeitosa... Como eu falei agora há pouco, eu acho que cortesia gera cortesia, generosidade gera generosidade. E o Presidente Hugo Motta é cortês com todos os 513 Parlamentares. Então, não tem por que, independentemente do lado em que a gente está



ou do espectro político que a gente exerce, a gente agir de forma impensada, de forma irracional, com um Presidente que cuida de todos nós aqui na Casa. Então, acredito que não houve qualquer agressão, mas houve, sim, um intuito de negociação. Esta Casa é uma Casa em que se negocia tudo, se negociam as pautas, a pauta do Parlamento. Então, é natural que as intervenções, que as negociações aconteçam, e talvez por essa razão tenha retardado um pouco a chegada do Presidente até a sua cadeira. Mas posso garantir para o senhor que o Presidente Hugo Motta, para tomar posse da cadeira naquele dia, demorou muito menos do que eu, ao lado do Lucas, tentando abrir a sessão que estava em curso no dia de hoje, nesta terça-feira.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - V.Exa. estava visualizando o Deputado Pollon? O senhor estava à frente? Quando o Deputado Hugo Motta chega atrás do Deputado Pollon, que não conseguia visualizá-lo em razão... O senhor se recorda de que o Deputado Luizinho estava atrás do Deputado Pollon?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Havia muitos Parlamentares ali na retaguarda do Deputado Pollon, não para fazer a segurança dele, longe disso. Eu recordo, como se fosse hoje, que tinha muitos Parlamentares também da Esquerda ali, de uma forma ou de outra, tentando tumultuar para que acontecesse o que resultou na vinda destes três Parlamentares, brilhantes Parlamentares, aqui para o Conselho de Ética. Então, eu não recordo se foi o Luizinho, mas teria dificuldade. Não sei hoje, mas o Deputado Pollon sempre fica de fone. Não adianta você falar: "*Pollon... Ei, Pollon!*" Se não colocar a mão... Eu não sei se ele está de fone aí, mas ele sempre usa um fone, e isso dificulta. Não sei se é devido à questão de, pouco tempo atrás, ter descoberto o autismo, mas, talvez, muitos ruídos façam com que ele use o fone para poder trabalhar um pouco mais à vontade.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Nas filmagens, aparece o Deputado Hugo Motta chegando, o Deputado Pollon está sentado e não consegue visualizá-lo em razão de o Deputado Luizinho estar conversando do lado esquerdo do Deputado, no ombro esquerdo, e o Deputado Hugo Motta chega pelo lado esquerdo. O senhor se recorda se o Deputado Pollon tem alguma resistência em se levantar da cadeira, ou imediatamente ele se levanta da cadeira quando o Deputado Hugo Motta chega? O Deputado Helio Negão avisa ao Deputado Pollon que o Presidente havia chegado? O senhor se recorda se ele ficou ali resistindo ou imediatamente ele desocupa a cadeira?



O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Eu não me recordo dessa cena propriamente dita, mas, volto a dizer, pela terceira vez, que, pelo que eu conheço aqui de convivência nesses 3 anos, o Deputado Pollon jamais iria resistir de forma a enfrentar a autoridade do Presidente desta Casa, que, como eu já disse, age com cortesia, com respeito a todos nós Parlamentares.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - A minha última pergunta, Excelência: somente três Deputados estão aqui sendo levados ao Conselho. O senhor atribui isso a uma perseguição a esses Parlamentares, aos Parlamentares da base que ocuparam a mesa? O senhor atribui isso somente a esses três Deputados, sendo que sessenta Parlamentares, setenta Parlamentares estavam ocupando o tablado? O senhor atribui isso a uma perseguição política, enfim, a uma desproporcionalidade somente com esses três Deputados, em razão do que ocorreu no dia 6 de agosto?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - A gente vive um estado de exceção. Estamos hoje vivendo uma democracia relativa, onde há a ditadura do PT. Isso está claro para todos nós aqui. E, no livro *A Arte da Guerra*, diz que se você quer parar o seu adversário, o seu inimigo, arrume problema para ele. Então, hoje aqui nós tivemos, dentre os 513 Parlamentares, os três mais brilhantes Parlamentares deste Congresso ocupados desde a manhã, a tarde inteira, agora já são 18h39min, em um dia importante, em que seria pautado o PL da anistia, um sonho para todos nós que, no dia a dia, somos demandados, seja pelos advogados, pelos familiares em nosso gabinete. Então, a Esquerda está cumprindo o seu papel e a sua função, tirando três grandes combatentes das tribunas hoje da Câmara Federal.

O SR. RICARDO DE SIQUEIRA MARTINS - Estou satisfeito, Excelência. Agradeço os esclarecimentos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Tem a palavra o Deputado Marcos Pollon.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Messias, nós convivemos, creio, por quase 3 anos. O senhor se recorda de algum momento em que eu tenha elevado o tom de voz, faltado com respeito com algum colega ou ainda feito qualquer coisa que minimamente atentasse contra o decoro desta Casa?



O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Deputado Pollon, eu não recordo. Certamente isso nunca existiu. Volto a falar agora, olhando para o senhor: eu tenho muita alegria, muito orgulho de ombrear este Parlamento com V.Exa., um homem honrado, um homem que respeita quem pensa diferente, haja vista os Parlamentares que pensam diferente de nós, o respeito no tratamento, a cortesia que o senhor tem com todos eles. Então, não me recordo — ou melhor, isso nunca existiu.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Obrigado, Deputado Messias. Eu queria atestar um ponto para deixar claro para o eminente Relator e logo em seguida lhe devolvo a pergunta. Foi inquirido o senhor sobre o ato realizado hoje pelo Deputado Glauber, um ato que visa defender exclusivamente ele mesmo e o seu mandato depois de ter agredido um cidadão aqui dentro desta Casa. Questionou-se como o senhor vê que isso afeta a imagem do Parlamento. O senhor está em qual mandato?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Este é o meu primeiro mandato.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Pois, muito bem, veja: são atos absurdamente distintos, que não merecem comparação. Num, nós tínhamos mais de setenta Parlamentares imbuídos no mesmo propósito, na mesma função, sem uma liderança específica, todos pedindo legitimamente que se pautasse a anistia. E todos, como o senhor já disse, se revezavam em várias posições. Calhou de os últimos a estarem ali fossem eu, o Marcel e o Zé, nessas mesmas posições. No entanto, não havia uma liderança ou algum Parlamentar especificamente interessado nisso. Então, é ultrajante ser comparado com alguém que é useiro e vezeiro em faltar com respeito com os nossos colegas, e isso é da sabença de todos aqui. É fato notório que ele falta com respeito com absolutamente todo mundo. Eu tive a oportunidade de debater com esse senhor num órgão de imprensa, e ele ficava me xingando no órgão de imprensa. Falei: *"Vamos respeitar pelo menos a audiência"*. Ele falou: *"Achou ruim, recorre ao Conselho de Ética"*, desprezando e desrespeitando este Conselho, do qual eu, muito respeitosa e, fiz parte todos estes anos. Em relação à imagem do Parlamento, é interessante lembrar que, em 1948, ocorreu o mesmo tipo de obstrução. Em 1984, também, capitaneado por Tancredo Neves e Ulysses Guimarães. E não só isso não causou nenhuma mancha à reputação desta Casa, que na entrada do plenário há uma estátua em tamanho real de Ulysses Guimarães, e ele nomeia o plenário de Plenário



Ulysses Guimarães. Então, não há essa conexão, principalmente porque o nosso motivo é mais que legítimo e o nosso ato de obstrução é direito e dever dos Parlamentares da Oposição. Mas, além disso, em 2016, fizeram o mesmo, a Esquerda fez o mesmo pelo *impeachment*. Em 2017, fizeram o mesmo pela reforma trabalhista. Ainda em 2017, fizeram o mesmo pela Reforma da Previdência. Em 2018, fizeram o mesmo contra a prisão do Lula. E agora, em 2025, nós fazemos para tirar da cadeia pessoas que nem sequer deveriam entrar numa delegacia, pessoas que nunca cometeram qualquer ilícito, pessoas de conduta ilibada, que, como o próprio Alexandre Moraes disse, estão respondendo pelo crime de — abre aspas — "estarem lá". E, como disse aos meus colegas aqui, não há nada que justifique a permanência dessas pessoas na prisão. E mais ainda: não há nada mais importante do que livrar essas pessoas da prisão injusta. Não há mandato que justifique isso. E eu sei certamente que o senhor, assim como todos os Parlamentares que participaram desse ato, pensa assim. A liberdade dessas pessoas é maior e mais importante que a defesa de quaisquer mandatos. E vou além: enquanto hoje nós presenciamos alguém que, junto com a Esquerda, obstaculiza os trabalhos praticando um ato violento e se recusando a sair graciosamente, como nós fizemos, o Deputado assim o faz exclusivamente para defender o seu mandato. Quando nós lá estávamos — e creio que o senhor também pensa assim —, colocamos os nossos mandatos também em risco, mas para salvar pessoas inocentes. Pergunto: o sentimento de V.Exa. é que seu ato engrandece a sua atuação Parlamentar ou é motivo de vergonha para este Parlamento?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Pelo contrário, Deputado Pollon. Acho que cada um de nós aqui sabe para quem presta conta e anda de cabeça erguida em nossas bases, em nossas cidades, em nossos Estados. Deputado Marcel van Hattem, quando estivemos na Corte Interamericana de Direitos Humanos e fizemos, pela primeira vez, aquela denúncia do ativismo judicial que estava acontecendo e que acontece hoje no Brasil, parecia que não ia dar em nada. Muda-se o Conselho, o Presidente, o Secretário, e hoje o Estado brasileiro é provocado — e agora tem que responder — a dizer quais foram as circunstâncias em que houve o óbito, dentro da Papuda, do patriota Clezão. Por diversas vezes, pela PGR, houve recomendação para que ele cumprisse a pena de forma domiciliar, mas lhe foi negada. Então, agora, o Estado brasileiro, a Suprema Corte, o STF e o Ministro Alexandre de Moraes vão ter que explicar



para a OEA para a Corte Interamericana de Direitos Humanos quais foram as razões pelas quais foi negada a soltura daquele patriota que deveria ter o seu tratamento em casa. Então, são causas que muito importam à nossa vida e ao nosso mandato. Portanto, de forma alguma, nós Deputados conservadores e da Oposição nos vergonhamos do nosso posicionamento, até porque nós colocamos o nosso mandato em risco para que mais de 2 mil presos políticos, sejam os que ainda estão presos ou os que estavam presos naquela ocasião nas penitenciárias de segurança máxima, na Papuda, na Colmeia ou em presídios dos nossos Estados, presos políticos "tornozelados" que cumprem prisão domiciliar, ou até mesmo aqueles que estão exilados na Argentina, nos Estados Unidos e na Europa. Então, eu certamente faria de novo.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto a V.Exa. — e fiz essa pergunta a todas as testemunhas porque quero que fique bem claro e consignado: o ambiente lá em cima estava espaçoso, gracioso, com tranquilidade ou estava lotado, apinhado de gente? Pergunto ainda: o espaço estava silencioso e tranquilo, a ponto de qualquer um, em qualquer posição, entender qualquer combinado ou qualquer comando, ou estava tumultuado, cheio e representando um cenário de verdadeira bagunça?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Era impossível ouvir alguém naquele exato momento. Volto a falar, se olhar nas imagens, que havia Parlamentares de diversos partidos, inclusive da Esquerda, aqueles mesmos que imputaram aos senhores aqui neste Conselho de Ética, foram os mesmos que estavam ali. Eles, sim, estavam tentando tumultuar, até porque, em nenhum momento, houve baderna da nossa parte. Nós estávamos ali para poder expressar o sentimento daqueles que não têm voz, porque estão encarcerados neste momento. Mas, de nossa parte, não houve nenhum desrespeito à Mesa Diretora e muito menos ao Presidente Hugo Motta.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Sr. Deputado, observando as imagens e recordando os fatos, vê-se que um grupo de Líderes se reunia atrás das cadeiras, em um círculo menor, apontando uns acordos e proposições, e havia círculos concêntricos e um amontoado de gente ao redor. Eu pergunto a V.Exa: quem não estava no círculo menor — como é o meu caso, do Marcel e do Zé Trovão, que nós estávamos na mesa — e o Zé Trovão ali na entrada do acesso à mesa, havia a menor condição de que nós escutássemos alguma coisa que estava sendo deliberada ali?



O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Não, até porque os interlocutores que estavam conversando estabelecendo o espaço de diálogo com o Presidente Hugo Motta, houve um ruído na comunicação, e nós não conseguimos ter a devolutiva. Quando eu estava, volto a falar, ali de onde nós nos expressamos, na parte direita — e eu estava de frente à mesa e vi o Presidente Hugo Motta chegando — , volto a reafirmar que, no período em que o Presidente Hugo Motta sobe a escada, ao lado da tribuna, onde a gente faz ali os breves comunicados, onde os Parlamentares leem os seus relatórios, durou menos a chegada dele à mesa para sentar na cadeira do que hoje, neste exato momento, quando houve a obstrução da cadeira por aqueles que noticiaram, notificaram ou incriminaram V.Exas. aqui no Conselho de Ética. Eu fiquei ali ao lado do Lucas, cerca de 35 minutos, esperando o Glauber levantar da cadeira para que desse a abertura à Ordem do Dia, e ele se negou de todas as formas, atrapalhando, claro, a pauta importante — e o Presidente já havia anunciado que iria pautar hoje —, a anistia.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - V.Exa. estava embaixo, logo à frente da mesa. É isso?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Isso. Eu estava olhando.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Então, dentre todas as nossas testemunhas, o senhor é o que tem a melhor visão do cenário, tomada da perspectiva de onde se vê, primeiro, a mesa. Estávamos eu e o Deputado Marcel van Hattem. Atrás de mim, havia vários Parlamentares. Eu pergunto a V.Exa: houve a abordagem do Presidente direto à minha pessoa pedindo que eu me retirasse?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Eu não consigo lembrar o que foi propriamente dito ali à sua pessoa, que estava sentado na cadeira. Mas, conhecendo V.Exa., conhecendo o Deputado Marcel e o Zé Trovão, vocês são pessoas incríveis, maravilhosas no trato com as pessoas, no respeito com o próximo e reconhecem... Já houve debates calorosos na Casa, e sempre V.Exas. agiram com brandeza, com tranquilidade. Se fosse esse o pedido para V.Exa. desocupar e se o senhor tivesse ouvido, certamente teria de pronto atendido.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Exatamente. Na posição em que nós estávamos, como ficou claro, era impossível ouvir qualquer conclusão das Lideranças. Por isso, a necessidade da comunicação direta que aconteceu, salvo engano, pelo



Luizinho — que o avisou —, e o Marcel me reputou. O senhor se lembra... Consultado o Zucco, o Sóstenes e o Luizinho, nós saímos na sequência. O senhor se lembra, assim que nós levantamos, de observar que ainda o Presidente estava no meio das pessoas, se deslocando para ocupar a cadeira?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Volto a falar: o Presidente chegou, e o tempo que ele...

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Foi mais rápido do que para chegar lá.

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - É, ele chegou. É claro que todos nós somos lideranças. Independentemente de ser Líder da Oposição ou Vice-Presidente da Casa, a gente está aqui pelo voto da nossa base. Então, todos nós e o Presidente... Ele é um Presidente que atende, Deputado Pollon, a todos os 513 Parlamentares. Então, assim que o Presidente chegou, muitos Parlamentares — e isso eu vi — se dirigiram até ele, de forma muito respeitosa. Claro que o momento ali estava bem acalorado, mas não desrespeitoso. Ninguém agiu com desrespeito ao Presidente. Mas a dificuldade que ele encontrou para chegar acho que foi mais pelas abordagens mesmo dos Parlamentares.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Deputado Messias, eu peço escusas a V.Exa. por tocar num ponto que, com certeza, o senhor se empenhou em esquecer no seu histórico, mas eu sou obrigado a tocar nele. O senhor foi vítima da maior atrocidade que pode acontecer num Parlamento: o senhor sofreu uma agressão física dentro do Parlamento. Eu pergunto a V.Exa.: houve algum ato da mesa decorrente da agressão que V.Exa. sofreu?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Não, não houve. Eu fui agredido — você acompanhou aquilo — e levei um tapa no rosto de um Parlamentar que era Vice-Presidente Nacional do PT. E, quando eu falo que hoje nós vivemos a ditadura do PT é porque, após esse episódio, eu fui notificado pela PGR, pelo STF, e a coisa se inverteu: de vítima a narrativa fez com que eu passasse a ser o agressor. É o que está acontecendo com V.Exas. hoje. Eles estão ocupando a mesa, neste exato momento, os trabalhos da Câmara foram suspensos, a transmissão, neste exato momento, não está acontecendo. Então, é uma inversão de valores muito grande.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) - Obrigado, Deputado. Sr. Relator, fica evidente que não houve dolo em impedir diretamente o Presidente de se ocupar do seu



trabalho, uma vez que nós não tínhamos condição física de obter essa informação de que ele estava ali. E, mais evidente que isso, existe a sensação em todo o Brasil de que há um sistema de dois pesos e duas medidas, porque, como relatei a V.Exa., a Esquerda realizou atos da mesma natureza em 1984, em 2016, em 2017, por duas vezes, em 2018 — são cinco vezes — e agora, por uma questão ilegítima. E, pior que isso, o Deputado Messias foi vítima de agressão física dentro do Parlamento, e nenhuma atitude foi tomada em relação ao Deputado Quaquá, que foi o seu algoz, o seu agressor. É lamentável que nós que estamos lutando para que cesse uma das maiores injustiças da história do Brasil... E todos os que se sentaram ali, que participaram do ato, vão corroborar comigo que fariam de novo, pois o ato não teve condução por fulano, beltrano ou sicrano. Foi uma decisão conjunta de todos na luta pela anistia, que é mais do que legítima e faz parte de vários compromissos que não foram cumpridos. Se houver qualquer condenação no processo dessas três pessoas que estão aqui: eu, o Deputado Marcel e o Deputado Zé Trovão, nós estaremos vendo mais um episódio de imensa injustiça, em um país que, infelizmente, imergiu em uma democracia relativa. Mas atesto, como atestou o meu colega há pouco: se for necessário perder o mandato para que essas pessoas conheçam a liberdade e para que essa agressão cesse, nós estamos dispostos a isso, e não só eu, mas também todos nós que nos levantamos naquele dia. Obrigado, Deputado Messias.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito bem, Deputado Marcos Pollon.

Tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem para inquirir a testemunha.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares...

(Intervenção ininteligível fora do microfone.)

Não. Eu não falei ainda, não. Inclusive, eu não sei se eu vou conseguir concluir a minha fala e a minha inquirição, porque eu tenho informações de que em breve deve ser aberta a Ordem do Dia no plenário. Enquanto a gente não tem essa confirmação, eu sigo aqui falando.

Tenho duas observações rápidas. Em primeiro lugar, eu vi um absurdo agora na Globo News: uma jornalista disse que, em virtude do que o Deputado Glauber acaba de fazer no plenário, os Deputados Pollon, Zé Trovão e eu seríamos punidos ainda hoje. *(Risos.)*



Isso não tem o menor cabimento. Obviamente, a informação é absolutamente inverossímil. Se é verdadeira não sei, mas é inverossímil, absurda. O segundo ponto, Sr. Presidente, é que eu queria fazer uma diferenciação. Foram tratados aqui os dois casos. Se eu não me engano, foi o Relator que fez a pergunta, ou, se não foi ele, alguém fez pergunta à testemunha sobre o caso do Deputado Glauber hoje e sobre a nossa obstrução. A primeira observação que faço sobre isso — e peço à testemunha que confirme — é que não havia sessão em andamento quando nós estávamos na mesa. Confere, testemunha?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Confere.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não havia sessão em andamento. Segunda observação: ninguém utilizou a palavra para se dirigir a todos os Parlamentares, mesmo que os microfones estivessem desligados, a não ser naquele tumulto geral que aconteceu, inclusive da parte do Governo, xingando Parlamentares da Oposição que estavam à mesa. Confere, Deputado Messias?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Confere.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Pois é. Terceira observação: ninguém, absolutamente ninguém, fez qualquer tipo de ameaça, chantagem ou constrangimento em relação ao Presidente da Casa, como fez hoje o Deputado Glauber Braga, dizendo: *"Eu só saio daqui retirado pela polícia"*. Confere?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Confere.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Finalmente: ninguém precisou ser retirado pela polícia, não houve pancadaria geral, como nós acabamos de ver no plenário da Câmara, decorrentes da ação policial e do tumulto provocado por aqueles que estavam ali a defender o Deputado Glauber Braga. Nós nos retiramos pacificamente, na ocasião em que estivemos obstruindo o plenário. Confere, testemunha?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Confere, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Então está muito clara a diferença entre ambas as situações. Sr. Presidente e Sr. Relator, eu sinceramente acho que nem precisaríamos ouvir as demais testemunhas, porque a nossa melhor testemunha de defesa é o que ocorreu agora no plenário. O melhor testemunho é o que o próprio PSOL nos dá, inclusive com a sua hipocrisia, porque quem moveu o processo contra nós foi o PSOL, o PT e o PSB. O Deputado Lindbergh, que fez a manifestação contra mim, que



representou contra mim, especificamente, obstruiu agora no plenário o trabalho da Polícia Legislativa. As imagens são evidentes. Ele segura no braço, ou melhor, ele tenta passar por cima do policial legislativo, no braço. A Deputada Camila Jara, que, aliás, deveria estar respondendo neste Conselho de Ética por agressão naquele mesmo dia, até hoje não respondeu por nada. O único ato de violência ocorrido... Nós estamos dizendo aqui que não houve violência. Houve um ato de violência, e ele foi de uma Deputada do PT, agredindo o Deputado Nikolas Ferreira. Confere, testemunha?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Confere. E esse episódio chocou todos os que estavam ao redor da Mesa Diretora, mas principalmente nós que estávamos de frente. Nós não conseguimos saber o que estava acontecendo. Depois vieram as imagens, mostrando, o que chocou todo o Parlamento, todos os brasileiros. Essa atitude, sim, a da agressão, rebaixa este Parlamento — a postura dessa Deputada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E a minha solidariedade a V.Exa., o que eu já inclusive expressei na tribuna da Câmara dos Deputados, pela agressão sofrida no plenário da Câmara dos Deputados, desferida pelo Deputado Washington Quaquá. Fui solidário com V.Exa. e lamento que esta Casa não tenha tomado atitude contra aquele Parlamentar, que hoje é Prefeito, assim como até hoje não tomou atitude contra a Deputada Camila Jara. E, hoje, ela, reincidente — não sei se todos já estão cientes dessa informação —, agrediu o Secretário-Geral da Mesa, o Lucas Ribeiro. O Deputado Nikolas Ferreira acabou de postar a imagem dela empurrando, agredindo o Secretário-Geral da Mesa, o Lucas. Ou seja, nós estamos vendo uma reincidência da atividade violenta da Esquerda e uma perseguição implacável aos Parlamentares da Direita, que agem pacificamente. Podem discordar dos métodos, podem não gostar do que foi feito. Aliás, se fosse para eu gostar de tudo o que meu adversário faz, eu não precisava estar na política. Era só eu votar no meu adversário. Eu estou na política por não gostar do que o meu adversário faz e estou na política para que meu adversário não goste do que eu faço. Depois, democraticamente, pacificamente, resolvemos no voto democrático os nossos impasses. Aliás, não só no voto, corrijo-me, também na intenção. Eu pergunto à testemunha: havia mais de metade de Deputados que assinaram a urgência para pautar o projeto da anistia no momento da obstrução? Sim ou não?



O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Nós estávamos em um grupo enorme ali de Parlamentares. Naquele exato momento ou naquele movimento que foi feito para que fossem colocados em liberdade os presos políticos, Deputado Marcel...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu me refiro ao requerimento de urgência para o projeto de anistia. O senhor tinha conhecimento de que já existia um requerimento de urgência com quase trezentas assinaturas de Deputados para que o projeto fosse pautado no plenário da Câmara dos Deputados?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Sim, sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Aliás, foi por isso que nós fizemos a obstrução.

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Havia um acordo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Havia uma maioria, não é isso?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Sim, é verdade.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Nós estávamos em mais de cem ali, ou perto de cem, não sei exatamente o número, mas havia uma maioria que já se havia manifestado em direção ao Presidente da Câmara para que se pautasse o requerimento de urgência para aprovação do projeto da anistia, correto?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Correto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E o senhor considera democrático que não seja pautado um requerimento que tenha a assinatura da maioria do Parlamento?

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - A nossa expectativa era de que fosse pautado. Se tivesse sido pautado, teria sido evitado qualquer tipo de comportamento nosso. E, a meu ver, foi um comportamento que faz parte da ação no Parlamento. Em nenhum momento, nós fomos desrespeitosos. Pelo contrário, desrespeito há agora, com os microfones desligados. Nós, a tarde toda, nas Breves Comunicações, nos expressamos. Havia uma lista de Parlamentares para poderem se expressar, e a Ordem do Dia estava para começar. E, por mais de 30 a 40 minutos, eu fiquei ao lado do Lucas, com ele tentando convencer o Deputado Glauber Braga a sair da cadeira da Presidência, e ele não saiu.



O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor chegou à questão fulcral. Agradeço pelo depoimento de V.Exa. Veja bem, Deputado Marcos Pollon: se tivesse sido observada a maioria democrática desta Casa, que pedira, já havia semanas, por meio da aposição das assinaturas individuais de mais da metade da Câmara dos Deputados, no requerimento de urgência para o projeto da anistia, nós não teríamos chegado a essa situação, porque nós não teríamos precisado fazer o movimento de obstrução. Estaria resolvido o assunto. A obstrução só foi feita para que a democracia fosse respeitada. E mais, em um sinal de apoio ao Presidente Hugo Motta, que havia empenhado sua palavra com a Oposição, principalmente com aqueles que votaram nele — obviamente que eu, como candidato à Presidência, não votei no Deputado Hugo Motta —, porque aqueles que nele votaram aguardavam, Deputado Sóstenes Cavalcante, que fosse pautado o requerimento de urgência para o projeto da anistia. Aquele movimento de obstrução não era contra o Presidente Hugo Motta. Não! Era para dar-lhe o apoio para que pautasse o projeto da anistia, conforme desejo que a maioria dos Deputados havia expressado no requerimento de urgência. Eu ouço aqui de vários que já se iniciou a Ordem do Dia. Eu posso continuar a minha inquirição quando terminar a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Continue, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, não dá para continuar com a Ordem do Dia em curso. Eu vou ter que ir para lá. Eu continuo depois que retomarmos os trabalhos, ou amanhã, como preferirem.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Na realidade, Presidente, nós não podemos mais retomar os trabalhos hoje, porque já tivemos uma pausa de 1 hora. Então, temos que finalizar a reunião. Ou nós a finalizamos faltando V.Exa. concluir a sua inquirição, Deputado Marcel, ou concluimos a inquirição para podermos liberar o Deputado Messias, para que ele não precise estar aqui amanhã ao meio-dia. Essa é uma decisão do Presidente e de V.Exas.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) - Pela ordem, Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Se o depoente tiver dificuldade de estar aqui ao meio-dia, eu encerro com mais uma pergunta ou duas perguntas. Se ele puder estar, eu teria mais perguntas, e seria importante fazê-las.



O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Sr. Relator, eu me coloco à disposição.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O Deputado Zé Trovão também não fez as perguntas ainda.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Tem a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) - Obrigado, Presidente.

Eu sou a próxima testemunha e sou Líder de partido. Com a Ordem do Dia aberta...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, a gente volta amanhã ao meio-dia.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) - Ah, entendido! Eu ia pedir a minha liberação. Eu estou aqui para testemunhar, só que com a Ordem do Dia em curso eu não posso ficar. Se ficar para amanhã, eu estou às ordens de V.Exa., Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - O.k.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Então, só para ficar registrado, Deputado Marcel, o Presidente vai encerrar as atividades porque começou a Ordem do Dia. Amanhã, ao meio-dia, nós daremos continuidade aos trabalhos, e V.Exa. continua a sua inquirição ao Deputado Messias Donato. Então seguiremos a sequência já estabelecida pelo Presidente Fabio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Entendido, seguiremos a sequência. Obrigado. E traremos todas as testemunhas.

Parabéns pelos trabalhos, que foram muito bem-feitos!

O SR. PRESIDENTE (Albuquerque. Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Diante do início da Ordem do Dia no plenário, quero informar que vou encerrar a reunião. Antes, convoco reunião de oitiva deste Conselho para amanhã, às 12 horas, com pauta remanescente desta reunião, sem plenário definido ainda. Também fica convocada reunião deliberativa para amanhã, às 14 horas, em plenário a ser definido, destinada à continuação da discussão e votação do parecer preliminar do Deputado Fernando Rodolfo, referente à Representação nº 9, de 2025, em desfavor do Deputado Lindbergh Farias.



Comunico, ainda, que a reunião de oitiva referente à Representação nº 26, de 2025, convocada para amanhã, foi transferida para a próxima semana, a pedido do Deputado Marcos Pollon.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, agradeço a presença aos Srs. Deputados.

Está encerrada a reunião.